



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1274/09	DATA: 25/08/2009
INÍCIO: 15h35min	TÉRMINO: 20h39min	DURAÇÃO: 5h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h06min	PÁGINAS: 104	QUARTOS: 62

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ PINGUELLI ROSA - Coordenador do Programa de Planejamento Energético da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Consultor na Área de Energia.
ILDO LUÍS SAUER - Diretor da Divisão de Ensino do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

SUMÁRIO: Discussão sobre os valores praticados nas tarifas de energia elétrica no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Há termos ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da sétima reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, coloco-a em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Foram distribuídas cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais encontram-se à disposição, para consulta, na Secretaria da Comissão.

Audiência pública com os Srs. Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador do Programa de Planejamento Energético da UFRJ; Roberto Pereira de d'Araújo, consultor na área de energia; e Ildo Luís Sauer, Diretor da Divisão de Ensino do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

Convido os participantes a tomarem assento à mesa.

Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 33, de 2009, de autoria do Relator desta CPI, Deputado Alexandre Santos, aprovado no último dia 19 de agosto.

Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem inscrever-se na Secretaria da Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tomei conhecimento de que há estudos entregues na Comissão a respeito dessas tarificações, de toda essa conceituação e de todo esse aparato que estamos a investigar, realizado pelo BNDES e por outros institutos.



Peço a V.Exa. que esses estudos sejam destinados ao meu gabinete para que eu possa ter acesso a eles, no sentido de colaborar mais com o processo investigatório.

Peço a V.Exa. que autorize o envio para o meu gabinete de todos os estudos que a Comissão detiver até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já vou pedir ao secretário da CPI, Sr. Francisco, que encaminhe, não só ao gabinete do Deputado Claudio Cajado, mas ao gabinete de todos os Deputados que fazem parte desta CPI.

Quero ressaltar que o pedido de dispensa de leitura da ata foi feito pelo Deputado Chamariz, representante do Estado de Alagoas que muito ilustra nossa CPI.

Vamos iniciar agora, passando a palavra o primeiro palestrante.

Tem a palavra o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador do Programa de Planejamento Energético da UFRJ, por até 20 minutos.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Agradeço por este convite.

Vou expor algumas ideias que, tenho certeza, serão desenvolvidas pelos 2 outros convidados, que deverão entrar em detalhes sobre questões que eu levantarei.

A questão da tarifa da energia elétrica. Existem dados muitos concretos — que serão apresentados depois — de que a tarifa da energia elétrica no Brasil é muito cara, mais cara do que em vários países desenvolvidos, o que é um paradoxo. Em primeiro lugar, porque somos um país pobre, onde a população tem um nível de renda menor. Em segundo lugar, porque somos um país hidrelétrico, e, geralmente, é mais barata a geração elétrica — e o exemplo está inclusive na comparação internacional quando se toma, por exemplo, o Canadá, que é um país também de utilização de hidrelétrica em grande escala. Então, não é razoável por que o Brasil tenha essa tarifa tão cara.

Agora, em primeiro lugar, devemos fazer algumas observações. A tarifa cara é a tarifa na rede, paga por todos os consumidores residenciais, pelas empresas em geral também, pelos serviços. A tarifa industrial, em parcela muito grande, é diferente. Na realidade, não é nem uma tarifa. Cerca de 30% do consumo elétrico



brasileiro, ou um pouco menos, mas próximo disso, é de consumidores livres, que contratam diretamente energia com os chamados produtores independentes e comercializadoras, que, muitas vezes, compram a energia também das geradoras concessionárias. Esses contratos bilaterais, fora da rede, são muitas vezes muito baratos.

Logo após a crise de energia elétrica de 2001, houve um excedente de energia elétrica e, por muito tempo, esses consumidores livres compraram energia muito barato. Continua essa situação de consumidores livres. Hoje, o preço da energia dos consumidores livres é novamente barata e varia dependendo da situação do mercado. Então, essa parcela de grandes consumidores de energia pagam uma energia mais barata por meio desses contratos bilaterais fora da rede, enquanto que a tarifa que nós pagamos, todos que estamos ligados à rede, é muito alta. Isso é um primeiro ponto. Mesmo considerando encargos setoriais, etc., essa tarifa é muito alta. Não é apenas uma questão dos encargos setoriais para financiar a transmissão, o Luz para Todos, que é uma função social que eu acho correta. Não. Mesmo tirando tudo isso, a tarifa brasileira, comparada com a de outros países, é alta. E tem crescido muito, e cresceu a partir das privatizações. Uma razão para isso é matemática: as usinas elétricas de serviço público, segundo uma visão, uma filosofia de operação de concessões públicas, após a amortização do capital, não deveriam custar para os consumidores mais do que sua manutenção. Elas foram pagas ao longo do tempo. Esse tempo pode ser, por exemplo, 30 anos, para uma hidrelétrica. Esse tempo é convencionado. Na realidade, a hidrelétrica funciona por muito mais que 30 anos. Mas vamos admitir que a amortização do capital tenha sido programada para 30 anos. Depois desse período de tempo, o custo dessa energia é pequeno, porque é muito barata a operação da hidrelétrica: ela não consome combustível, ela não compra petróleo, ela não compra carvão, e é uma usina robusta, em geral de manutenção simples.

Bem, quando houve a privatização, não só as usinas, mas também a distribuição foi revalorizada. Venderam-se as usinas, e aí teve de pagá-las novamente, para remunerar o capital de quem as comprou. Esse é um fator.

Em segundo lugar, criou-se um modelo para estimular o investimento privado e a privatização das empresas. Esse modelo prometeu tarifas módicas e prometeu



investimentos. Era essa a discussão que se colocava naqueles anos. E isso não se deu. A tarifa, desde então, cresceu sistematicamente. É um dado estatístico, pode-se pegar esses dados — embora, estranhamente, a ANEEL tenha tirado, de sua histórica base de dados na Internet, as tarifas mais antigas. Elas não estão disponíveis, o que é uma coisa totalmente errada, porque é necessário haver essa disponibilidade para estudos sobre a evolução da tarifa. Mas como temos acesso a arquivos anteriores, sabemos que houve um aumento de tarifa muito maior do que a variação dos índices, como, por exemplo, a inflação brasileira. Isso é um dado real.

Na concepção do novo modelo do setor elétrico, no início do Governo do Presidente Lula, discutiu-se muito como resolver esses problemas, e havia uma proposta de mudança maior do que a feita neste setor. Vou dar alguns exemplos que poderão esclarecer. Uma das questões muito discutidas era a da chamada “descontratação da energia”, vendida pelas grandes estatais geradoras para o sistema elétrico como um todo. Por exemplo, Furnas vendia energia para a Light, que é uma distribuidora da área do Rio de Janeiro, e para muitas outras empresas, assim como a CHESF vendia para as empresas do Nordeste. Por uma lei, na realidade uma medida provisória do Governo do Presidente Fernando Henrique, a partir de 2003, haveria uma descontratação progressiva dessas empresas estatais com as distribuidoras.

Fizemos um esforço muito grande para que não houvesse essa descontratação, para que ela fosse feita em outro prazo, em outros termos. Por uma opção do Governo do Presidente Lula, desde o início, não foi mudado nada e foi mantida a descontratação. O que aconteceu? Uma energia vendida por Furnas — aqui vou dar um exemplo de memória impreciso, mas o valor aproximado —, digamos 40 reais o megawatt/hora, foi descontratada e muitas vezes substituída por outra de 140 reais o megawatt/hora. Isso aconteceu.

Então, tirou-se para o consumidor uma energia barata e colocou no lugar dela uma energia cara. Como explicar isso? Por exemplo, Furnas, como eu disse, tinha muitas usinas amortizadas. Ela podia se remunerar vendendo energia a um certo valor, principalmente porque era hidrelétrica. Muitas das usinas que passaram a vender para as distribuidoras, às vezes ligadas à própria distribuidora do mesmo grupo econômico, francês ou espanhol ou norte-americano, empresas que vieram



para o Brasil, eram termelétricas que tinham uma tarifa, um valor de energia mais caro porque pagavam o combustível também. Agora, o mais curioso é que essas termelétricas frequentemente ficavam desligadas, porque havia um excedente de energia, já que o consumo caiu muito a partir de 2001. Houve uma queda de 20% no consumo por imposição do racionamento. Como houve uma crise do crescimento econômico naquele ano e nos anos sucessivos, em parte contribuiu para isso a própria falta de energia, houve um excedente de energia, ela ficou muito barata. Então, o que acontecia? Furnas gerava energia elétrica, que era entregue para a distribuidora, mas como o contrato não era mais com Furnas para essa quantidade de energia, a distribuidora pagava à termelétrica uma tarifa maior, um valor maior de energia. E Furnas era remunerada por um valor muito pequeno. Naquele tempo chegou a ser 8 reais o megawatt/hora.

Então, o quadro era esse: uma termelétrica passa a ter um contrato com uma distribuidora; a energia dela está contratada a 140 reais por megawatt/hora, mas ela não é ligada porque há excesso de energia hidrelétrica disponível. Então, quem fornece à distribuidora é, por exemplo, Furnas, mas quem é remunerada é a termelétrica desligada. Por muito tempo assim ficou. Essa foi uma das minhas grandes brigas na ELETROBRÁS: a remuneração de termelétricas desligadas por tarifas muito altas, enquanto que Furnas era remunerada no chamado mercado spot, que vendia uma energia muito baratinha. Furnas era muito mal remunerada. A termelétrica era remunerada pelo contrato que ela tinha — e vigorava o contrato.

A descontratação de energia, imposta pela lei e que poderia ter sido mudada logo no início do Governo do Presidente Lula — houve essa reunião, era uma medida provisória, quem coordenava a reunião era o Deputado Zica —, depois de um dia de reunião muito atribulada, em que esse era um dos pontos fundamentais, mudar a regra de descontratação, porque a descontratação estava dentro de uma filosofia de privatização dessas empresas. Se não era mais essa filosofia — e não foi, elas não foram privatizadas — por que então fazer essa descontratação? Isso podia ser pensado de uma outra forma, não daquela. Mas isso acabou, por uma decisão política. Tenho certeza de que o Deputado Luciano Zica não tem nada a ver com isso. Eu o vi defendendo essa mudança da medida provisória. Mas por uma decisão política do início do Governo, não se mudou nada nessa medida provisória e



essa descontratação foi sendo progressivamente feita. Em muitos casos, ela substituiu a energia por uma energia mais cara. Então, passou a onerar a tarifa. Esse é um dos problemas que eu vejo.

Acho que devíamos fazer uma discussão, no Brasil, por uma mudança desses aspectos do atual modelo de energia elétrica, visando inclusive entender e corrigir por que estamos com uma energia cara. Certamente isso leva em conta a proporção muito grande dos chamados consumidores livres que compram energia no mercado e muitas vezes conseguem situações muito favoráveis para eles. Como a soma tem que bater com o todo, acaba a energia na rede ficando muito cara. Então, uma parcela fica com uma energia muito barata e o restante acaba pagando uma energia muito cara.

Eu acho também que era preciso fazer uma discussão clara desse fluxo de dinheiro gerado no setor elétrico. Se pegarmos o total do faturamento do setor elétrico, são algumas dezenas de bilhões de reais anuais que remuneram a transmissão de energia, remuneram a distribuição, remuneram a geração e geram fundos, encargos setoriais que têm aplicações que considero basicamente corretas, como financiar o Luz para Todos, fazer uma compensação da conta de combustíveis que se gasta nas regiões mais distantes do País, nos chamados sistemas isolados. Mas tirando isso tudo fora, acho que há uma geração de recurso muito grande apropriada por algumas empresas.

Esse quadro que descrevi é basicamente pelas empresas elétricas privadas, não as estatais.

Acho que seria possível uma mudança que permitiria inclusive direcionar esses recursos para alavancar investimentos necessários para a ampliação da energia elétrica no Brasil. Eu acredito que isso podia ser corrigido, sem mudar profundamente a filosofia do atual modelo, que teve méritos, mas que deve ser corrigido.

A ANEEL tem um papel de aplicar uma regra. Pode-se discutir como essa regra é aplicada, e acho que muitos pontos também devem ser pensados.

O que acho é que houve uma promessa não cumprida. A promessa não cumprida foi de que, com a privatização do setor elétrico, teríamos investimentos e modicidade tarifária, por meio de uma competição. Isso não se deu. Depois, nós



mudamos o modelo, no Governo atual, e novamente se esperava que se caminhasse na direção da modicidade tarifária e dos investimentos. Eu acredito que isso não está sendo feito da maneira adequada. Essa modicidade tarifária não está ocorrendo. As nossas tarifas continuam altas, embora tenha havido uma variação dos percentuais de aumento da tarifa, seguindo as regras existentes. Algumas vezes os percentuais foram menores, outras vezes foram maiores. E os investimentos estão sendo feitos. Mas mesmo assim, ainda nesses investimentos, eu acho que há fatores que contribuirão para a tarifa ser alta. Um desses fatores é o chamado Índice de Custo Benefício, aplicado nas licitações para a expansão do setor elétrico. Esse Índice de Custo Benefício não traduz uma competição real pela energia mais barata. A própria concepção da venda de energia, como é feita no Brasil, é equivocada. O que deveria ser feito, no Brasil, é a contratação de potência, de capacidade instalada das usinas. E as usinas serem remuneradas conforme a geração elétrica que elas, efetivamente, venham a ter.

Num sistema hidrelétrico, frequentemente, uma usina termelétrica permanece desligada, como no exemplo que citei no início. Porque, havendo água, não faz sentido queimar combustível. É isso mesmo que tem de ser feito. Mas como se contrata energia, cria esses paradoxos, como o que eu expliquei. E pior: não há um verdadeiro mercado de energia elétrica. Existe um mercado virtual. Por quê? Num país de base hidrelétrica, quando se expande a energia elétrica, tem-se que levar em conta vários fatores: como vai ser o comportamento hidrológico, que é probabilístico. Então, faz-se uma análise do passado e projeta um futuro provável. Além do que, o mercado, no sentido real, aquela energia demandada para o consumo, também tem uma incerteza, pode crescer mais ou menos no futuro. Isso tudo somado, levando em conta, em particular, o papel da hidreletricidade, que, tenho certeza, vai ser bem explanado pelo Roberto, que é um especialista e trabalhou comigo na ELETROBRÁS, vai-se fazer uma programação desse futuro. Vai admitir um certo comportamento da oferta de energia hidrelétrica, da demanda do que vai ser necessário para atender ao crescimento do País e ao consumo, em geral, vai-se programar qual seria a mistura de usina ideal para isso a um custo menor e coloca-se em licitação.



O que tem acontecido, em alguns leilões, foi um número excessivo de termelétricas. Algumas delas, a carvão mineral e a óleo combustível, que ganharam essas licitações, estão sendo construídas. Algumas delas, a *diesel*, eram, inclusive, usinas emergenciais instaladas na época do racionamento, em 2001. Todas essas usinas, em geral, geram energia muito cara. O óleo combustível é caro. O *diesel* é mais caro ainda. Além do que elas têm uma poluição ambiental maior.

Como elas entram num leilão e vencem? Vencem por esse critério de custo/benefício que leva em conta um fator muito incerto: o tempo que será necessário o funcionamento dessas termelétricas. Como elas complementam a hidreletricidade, elas vão entrar numa ordem de mérito. Algumas delas poderão entrar num tempo muito pequeno. Vai depender da necessidade. Se chover muito, como no momento ocorre, as termelétricas poderão ficar desligadas por tempo muito grande; se faltar, diminuir um pouco a chuva, como ocorreu há pouco tempo, é preciso colocar as termelétricas. Lembremos até que houve problema com o gás natural. Foi diminuído o fornecimento para uso veicular e até industrial para garantir a presença da termelétrica operando.

Então, esse índice de custo/benefício joga com essa incerteza. Se uma usina, que está entrando na licitação, é prevista para funcionar pouco tempo, não importa se o combustível é muito alto. Ela pode ganhar a licitação, porque funcionará pouquinho tempo. E ela, então, pode oferecer um valor por esse critério de custo/benefício. É capaz de vencer a licitação. Eu acho que isso tudo são problemas do modelo atual que contribuem para o encarecimento da energia, porque depois, frequentemente, pode precisar de mais tempo dessa usina termelétrica de geração claríssima, e acaba pagando caro. O consumidor paga, sempre paga.

Nós podíamos dar outros exemplos, mas eu acho que o meu tempo está por se esgotar. Eu tenho certeza de que os outros colegas que estão aqui têm muito a dizer e poderão fazê-lo em detalhes. Eu acho que será interessante para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa.

Passo a palavra ao Dr. Roberto d'Araújo, para que faça sua explanação.



O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Bom, eu trouxe aqui uma apresentação.

Gostaria de agradecer pelo convite. É uma grande oportunidade de explicar um pouquinho do setor elétrico, que é muito complicado. Muitos não entendem o setor elétrico brasileiro. Provavelmente, os representantes dos consumidores nas agências reguladoras não vão entender as complicadas relações que o setor elétrico brasileiro tem.

O CONFEA, que é a confederação dos CREAS, me pediu que escrevesse um livro. Eu tentei escrever um livro que tentasse explicar para as pessoas que não são do setor como o setor elétrico brasileiro funciona. O livro é gratuito. Eu tinha pedido ao CONFEA que trouxesse alguns exemplares para cá, mas parece que eles não trouxeram. Praticamente, o livro é quase que o meu depoimento escrito.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira pergunta que faço é a seguinte: como se coloca o Brasil, em termos dos outros setores elétricos, no mundo? Será que todos os setores elétricos no mundo funcionam iguais? Será que todos os setores elétricos no mundo podem usar a mesma fórmula, podem usar o mesmo modelo mercantil, podem usar a mesma institucionalidade? Isso começou na Inglaterra e no Chile também, mas principalmente na Inglaterra, por causa do porte. Alguns engenheiros ingleses ficaram espantados com o fato de o modelo inglês ter servido de paradigma para tantos outros setores no mundo.

Então, eu gostaria de mostrar alguns dados que revelam que o setor elétrico brasileiro é extremamente singular, não existe quase nenhum outro sistema parecido no mundo.

A primeira coisa é a liderança absoluta dos nossos recursos hídricos. Ali há duas colunas: os rios que nascem dentro do território brasileiro e os rios que nascem fora do território brasileiro.

Os senhores podem reparar que, mesmo descontando os rios que nascem fora do território brasileiro, por exemplo, o Amazonas e o Madeira, o Brasil ainda é o líder absoluto dos recursos hídricos.



A produção de hidreletricidade no mundo é altamente concentrada. Os senhores podem olhar ali que 5 países dominam 50% da produção de hidreletricidade; 10 países dominam 66% da produção de hidreletricidade.

Outra coisa é a função dessas usinas hidrelétricas no atendimento à carga. Ali, os senhores podem reparar que existem alguns países que têm fatores de capacidade, ou seja, as usinas estão funcionando o tempo todo. Elas não estão atendendo apenas o momento que a carga sobe e forma a ponta do sistema.

No caso brasileiro, nós estamos nesse grupo do lado de cá, ou seja, com setores hidrelétricos funcionando na maioria do tempo totalmente ligados.

Outro dado importante é a estrutura da matriz elétrica. Quais são os países que têm uma dependência de eletricidade forte? A Noruega é quase 100%, o Brasil, a Venezuela, o Canadá, a Suécia, e vai decrescendo rapidamente.

Agora, o grande diferencial é a capacidade de armazenagem dos reservatórios brasileiros. O que nos diferencia dos outros sistemas dos térmicos e dos outros sistemas hidrelétricos é o fato de podermos guardar água para muitos anos. Por que isso muda? Porque quando eu guardo água no reservatório, estou guardando uma água que pode ser para gerar energia elétrica no futuro. Então, isso coloca para o gestor um dilema. O que ele faz com a água? Gera hoje ou guarda para gerar no futuro? E gera um outro problema: quem é que gera? Geram as hidrelétricas ou geram outras usinas? Isso faz com que o sistema exija que o contrato comercial não tenha relação com a produção, porque às vezes precisa-se só gerar com hidrelétrica. E, na realidade, outras fontes de energia têm contratos de venda e têm que vender energia. Na realidade, quem está gerando no lugar deles são as hidrelétricas.

Essas semelhanças estruturais não se refletem nos preços. Eu vou citar um exemplo. Vou pegar o Canadá, porque o Canadá tem o sistema mais parecido com o brasileiro. Ele tem grandes reservatórios, grandes extensões de linha de transmissão.

Ali há a cidade de Toronto, em Ontario, e a cidade Calgary, em Alberta. Essas duas províncias adotaram o sistema de mercado, adotaram o sistema competitivo. Inicialmente, elas tinham tarifas mais baixas, mas agora estão com tarifas mais altas. Outras províncias, por exemplo Montreal, continuam mantendo a sua produção com



base numa empresa estatal, a Hydro-Québec, e não há nenhuma implantação de um sistema mercantil.

Outro exemplo é a cidade de Vancouver, na província de British Columbia, que também é uma empresa estatal. Eu coloquei ali como comparação, colocando a tarifa do Rio, da Light, com o preço de dólar canadense um pouco mais baixo do dólar americano, de 1,87, e a tarifa do Maranhão.

Então, os senhores podem comparar que nós estaríamos pagando 16 centavos de dólar canadense, enquanto a província de Toronto paga 11. Nós, sem impostos, e aqui já aparece o problema da desequalização tarifária, em que o Maranhão paga 22 centavos de dólar canadense.

Eu trouxe um exemplo concreto. Eu trouxe uma conta de uma pessoa que mora na Capital do Canadá, mora na cidade de Ottawa, e ela paga exatamente o que estava escrito ali na tabela: 11 centavos de dólar por quilowatt. Isso traduzindo para o Brasil dá 20 centavos de reais por megawatt/hora.

A conta a seguir é a minha própria, do Rio de Janeiro. Eu pago o dobro do que paga um morador de Ontario e 3 vezes o que paga um morador de Montreal.

Muitos dizem que isso seria, por exemplo, devido ao fato de que o custo do dinheiro no Canadá é muito mais baixo do que no Brasil. Mas — meu Deus do céu! — é o dobro e 3 vezes mais. Há alguma coisa esquisita aí.

Trazendo a tarifa de Ontario, que não é a mais barata do Canadá, junto com as tarifas brasileiras.

Essas são as tarifas dos Estados brasileiros e ali do lado está a tarifa de Ontario. Há um discurso de que o problema do Brasil é que os impostos são muito caros.

Aqui estão marcados os impostos por Estado. Nós vamos retirar os impostos.

E aí está a situação sem impostos: parecida com a tarifa de Ontario só a tarifa de Brasília. E a tarifa de Brasília está sem impostos, e a tarifa de Ontario tem impostos.

A comparação com os Estados Unidos também é bastante preocupante.

Esse outro gráfico mostra o seguinte: os Estados que estão em vermelho são os que adotaram o sistema mercantil. Lá, houve uma reforma do setor elétrico, é um setor gerido pelo mercado. Os Estados que estão em verde são os que ainda



permanecem sobre o velho regime do serviço pelo custo. Vejam: isso não quer dizer privado. Isso não quer dizer nem estatal nem privado. Quer dizer que um dono de uma usina recebe uma tarifa que pague os seus custos, mas uma remuneração garantida. É o nosso velho sistema do serviço público.

Os senhores podem reparar que os Estados sob regime de serviço público ainda têm tarifas mais baratas. Há um grande engano, por exemplo, sobre a composição de empresas estatais nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm 2 mil empresas estatais de energia elétrica, 2 mil empresas municipais de energia elétrica na área de distribuição.

Ali está o gráfico do Brasil, sem impostos. Quer dizer que o Brasil, sem impostos, está pagando mais ou menos a mesma tarifa que Massachusetts, sem impostos.

Abandonando a comparação com outros países e olhando apenas a nossa tarifa — e o Pinguelli já comentou isso. Infelizmente, esses dados sumiram da página da ANEEL, os dados de 1996 a 2003. Hoje em dia, a ANEEL só disponibiliza os dados de 2003 em diante. Isso mostra que se se fizer uma análise de 2003 em diante, a tarifa não fica cara. Podem reparar que há uma corcova ali que, na realidade, não está subindo tanto. Se se colocar como ponto zero os dados de 2003, nós não estamos com a tarifa tão cara, mas se colocar desde a reforma mercantil, nós estamos com a tarifa cara.

Isso aí é tarifa industrial. E a residencial está bem acima da inflação.

Essa aqui é a renda média, um dado do IBGE, da população acima de 10 anos. Reparem que o Brasil teve uma recuperação na renda média. Depois de 2002, houve uma melhoria da renda média, mas se se pegar esse dado e dividir pelo preço do quilowatt/hora, como se cada pessoa que ganhasse salário fosse comprar tudo em quilowatt/hora, ele cai. Ou seja, inicialmente, nós podíamos comprar quase 7 mil quilowatts/hora e hoje nós temos dinheiro apenas para comprar 3 mil quilowatts/hora.

A pergunta é: o que teria acontecido para que o Brasil tivesse essa eletricidade tão cara? Na minha opinião é o seguinte: primeiro, mesmo sob estabilidade monetária, nós temos indexação nos contratos de concessão. A parcela B, que é a dos gastos com pessoal, gastos com manutenção, remuneração de



capital, é corrigida pelo IGP-M. Tivemos uma redução do mercado no pós-racionamento, pelo fato de nós termos consumido menos energia no racionamento, nós diminuímos a receita das distribuidoras. Se diminuímos a receita das distribuidoras, a ANEEL, pela lei, aumenta a tarifa mais para compensar. Eu vou mostrar esses dados aqui.

Tivemos a permissão de autossuprimento, totalmente contrária à competição. No Brasil, adotou-se um princípio de que era possível que as empresas distribuidoras pudessem se autossuprir em até 30% do seu mercado. Então, nós temos descontratação de valores muito mais baixos e a contratação de valores mais caros. Temos uma adoção de modelo mercantil que exigiu uma complexa indexação. Se aqui mostrar qual é a base do modelo mercantil, muitos não vão entender, porque são fórmulas extremamente complicadas. Houve aumento de custos e encargos associados à configuração do modelo.

Essa é uma questão que vejo poucos falarem. Para se implantar um modelo, pensou-se implantar uma série de encargos, uma série de custos que não existiam antes. Isso daí trouxe o aumento.

Só para seguir essas razões do aumento, esse aqui é o dado da diferença entre IGP-M e IPCA de 1996 em diante. Então, até 1999, quando 1 real valia 1 dólar, estava tudo bem. Depois houve a desvalorização do real, acumulado de diferencial entre a inflação e o IGP-M, quase 40% — aliás, mais de 40%.

O gráfico seguinte é o nosso comportamento depois do racionamento. O mercado caiu, mais ou menos, 15% abaixo da tendência anterior. Portanto, houve uma frustração de receita do setor elétrico compensada por aumentos tarifários.

Os aumentos tarifários foram muito grandes no ano de 2003. Em 2003, houve uma compensação pela queda de mercado. Ali está a correção tarifária em decorrência da revisão, feita em 2003, em 2004 e 2005 — dados do DIEESE.

A descontratação, que o Pinguelli citou, mais a autocontratação chamada *self dealing*, substituiu contratos da ordem de 70%, 60% por contratos da ordem de 140%, com aumento de 170%, 155%. Isso foi permitido, tudo legítimo, tudo legal, mas completamente contrário à modicidade tarifária.

Outra coisa é a incrível proliferação de encargos depois da adoção do sistema mercantil.



Esse é um ponto extremamente importante. Eu preferi não trazer um gráfico meu, trouxe um gráfico da FIESP, que mostra a elevação dos preços da transmissão.

Eu até sugeriria aos senhores que trouxessem um especialista em transmissão para contar o que está ocorrendo hoje na transmissão: o modelo competitivo da transmissão.

Não sei se os senhores sabem que as subestações hoje recebem linhas de proprietários diferentes. A Subestação de Samambaia, de Furnas, por exemplo, recebe linhas de 3 proprietários de linhas que não são os mesmos. A licitação feita foi de que o proprietário da linha ganha a concessão, tem que construir a linha e tem que construir toda conexão dentro da subestação. Então, dentro da subestação de Furnas existe um proprietário A, que tem os funcionários deles operando a conexão da linha dele na subestação de Furnas; há o proprietário da linha B, que tem os funcionários deles operando...

O casamento dessas conexões é extremamente complicado. O sistema brasileiro não é automatizado como se pensa. Numa manobra, para se evitar um racionamento, para se evitar um apagão, é preciso operação manual. Então, imaginem, dentro de uma subestação, 3 equipes de funcionários de empresas diferentes e mais a equipe de Furnas! E o operador nacional do sistema tendo que coordenar tudo isso!

Isso é custo de operação e manutenção mais alto. Portanto, não me espanta o fato de que a transmissão tenha aumentado de custo. Evidentemente que há um aumento de custos, porque estamos construindo muito mais transmissão do que tínhamos antes. Mas evidentemente que a eficiência do sistema se perdeu pela desmontagem do sistema de transmissão, que, a meu ver, era um monopólio.

Isso é a proliferação dos encargos. Reparem que a reforma de 1995 trouxe muito mais encargos do que havia antes.

Essa aqui é a lista dos encargos. Eu vou pular.

Isso é como é a composição da tarifa. A receita da empresa: 64% é energia comprada. Isso, em média, no Brasil, em todas as empresas são assim. Em média, é assim.



A parcela B, que é chamada parte gerenciável, que é a parte justamente que a empresa gerencia, pessoal, é o capital dela, é manutenção. É a parcela B, 36%, e a energia, 64.

Essa parcela A é composta de quê? De energia comprada, 44%. A transmissão custa 9% e tem os encargos de 11%. Se você abrir a transmissão, você vai ver que 75% dela é a rede básica. A rede básica é uma transmissão que todos usam, é como se fosse um condomínio onde nós todos temos que pagar essa rede.

Temos a transmissão de Itaipu, temos os encargos de conexão e todas essas... O encargo de conexão, por exemplo, é um encargo que não existia antes, porque, na realidade, a tarifa de transmissão estava incluída dentro da tarifa das empresas. Temos o encargo da distribuição, porque há uma parcela da distribuição que é parte da transmissão e que você tem que pagar também. O menor valor ali é o custeio do operador nacional do sistema.

Agora, vamos abrir os encargos. Quanto as encargos, você tem a CCC, que é o financiamento da tarifa mais alta dos Estados da Região Norte que não estão interligados; você tem a CDE, a Contribuição do Desenvolvimento Energético, que é um subsídio; você tem o PRÓ-INFRA; você tem a RGR, que é um fundo para, caso você cassasse uma concessão, você poder pagar os investimentos que foram feitos — essa RGR também serviu muito tempo, e ainda serve hoje, como financiamento do setor —; você tem outro subsídio, que é pesquisa e desenvolvimento; você tem encargos sobre serviço, isso é um custo; você tem a taxa de fiscalização do setor elétrico, que é o pagamento da ANEEL; e você tem a contribuição financeira de uso dos recursos hídricos.

Portanto, dentro desses 11%, se nós pudéssemos expurgar tudo da tarifa brasileira, além dos impostos, expurgássemos todos encargos, 11%... Entrem naquela tabela lá da comparação brasileira com os Estados Unidos e com o Canadá que nós ainda teríamos a tarifa muito alta.

Então, eu lembro o seguinte: esses países, esses sistemas têm encargos também. Esses países, esses sistemas têm impostos também. Eles não são tão altos quanto os brasileiros, mas não é possível que imaginemos que a tarifa brasileira expurgada de todos os encargos e todos impostos ainda tivesse o preço acima dos seus similares, que são o Canadá principalmente.



O CCC é uma conta que nós, que somos servidos pelo sistema interligado, que teoricamente temos uma vantagem de ser servidos pelo sistema hidrelétrico, nós pagamos uma diferença para que o Norte do País, que não é servido pelo sistema interligado, tenha uma tarifa mais baixa.

Então, essa conta é uma conta de combustíveis, que é uma conta do consumo da Região Norte isolada, que é colocada para os consumidores do sistema interligado. Então, nós subsidiamos essa diferença. Isso realmente é muito alto. O CDE é Contribuição do Desenvolvimento Energético. O CDE, por exemplo, é uma das fontes de financiamento do Luz para Todos.

Então, ali está marcado, por exemplo, com um tracinho vermelho embaixo, realmente existem, dentro dos encargos, subsídios, mas nem tudo é subsídio. Veja bem, alguns subsídios retornam para o setor elétrico, por exemplo, o PRÓ-INFRA. O PRÓ-INFRA é a maneira de trazer investimentos para dentro do setor elétrico.

Então, é difícil saber o que pode ser peso dentro da tarifa de energia elétrica. A Dinamarca tem subsídio dentro da tarifa dela para financiar, por exemplo, a implantação de energia eólica, em que a Dinamarca é a líder absoluta.

Pinguelli falou sobre isso. De onde é que vem esse conceito da energia velha, das usinas amortizadas? Vem daí. Uma usina hidroelétrica, pelo fato de ela durar muito tempo, ela devolve para seu investidor 100 vezes a energia que ele gastou para construí-la. Por que uma outra usina não devolve assim? Por que a térmica não devolve tanto uma proporção tão grande? Porque essa conta, vida útil, é uma conta econômica. Como ela gasta combustível durante a vida dela, então, a vida dela é pequena, é 20 anos, no máximo. Uma hidroelétrica dura muito tempo, e, como ela não gasta combustível, a vida econômica dela é muito grande.

Então, o conceito de energia velha tem no mundo inteiro e é praticado hoje. Ou seja, quando você adota o regime de serviço pelo custo, você captura essa renda para a sociedade.

Aqui nós temos uma coisa que é extremamente complicada, porque, na realidade, esse princípio da justa remuneração foi eliminado da Constituição de 1988. E, por incrível que pareça, a Constituição de 1988, que é considerada como estatizante, na realidade, ela abriu a possibilidade de se implantar a mercantilização na energia, de tratar a energia como uma mercadoria.



Reparam que na Lei nº 8.987 tem uma frase que é interessante. Ali acaba-se o princípio da justa remuneração. E o § 1º diz o seguinte: “A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior”. Bom, eu não conheço nenhuma regra que uma lei especificando o contrário alguém venha fazer justamente o que está proibido. Evidentemente que essa frase aqui é uma frase que não é nem necessária.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - É, mas me pareceu um ato falho. Ou seja, era extremamente importante se terminar completamente o princípio da justa remuneração. Era justamente uma mudança de paradigma mesmo.

Eu nem vou passar tudo, porque eu acho que não vai dar tempo. A partir da adoção dessa concepção mercantil, o Brasil abandonou esse princípio do serviço pelo custo, que, no caso de sistemas parecidos com o brasileiro, isso não é verdade. O Canadá continua sob o regime de serviço pelo custo. O Estado do Oregon, que tem hidroeletricidade, continua sob o regime de serviço pelo custo.

Então, nós estamos, vamos dizer, com uma raiz na Constituição, adotando um critério que não era consenso no mundo, não era consenso. Na privatização, como o Pinguelli falou, foram vendidos muitos ativos, onde eles foram revalorizados, e nós perdemos essa contabilidade. E, proximamente, até 2015, concessões vão vencer. Mais ou menos 20 mil megawatts vão vencer. E como é que nós vamos fazer? Porque, pela lei, nós tínhamos que fazer uma licitação. Ou seja, ou nós desobedecemos ao princípio da vantagem da hidroeletricidade ou nós desobedecemos à lei, porque, se prorrogarmos as concessões sem licitação, nós estamos desobedecendo a lei, estamos mantendo o princípio de que uma hidroelétrica, quando é passado o seu tempo de concessão, ela tem que baixar a tarifa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - O total de consumo? No sistema interligado, mais ou menos uns 360 terawatts/hora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)]

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Milhões de megawatts.

Bom, além disso, hoje nós temos muito mais agentes no setor elétrico. Há uma dispersão de responsabilidade muito maior, o que era concentrado



antigamente. Por exemplo, a comercialização, a operação e o planejamento estão em lugares diferentes. E isso cria uma série de problemas. Eu vou tentar mostrar isso para vocês. E aí é engraçado que nós estamos exatamente numa situação como a da Inglaterra, porque a Inglaterra, quando implantou o sistema de mercado, aconteceu exatamente isso: ficou mais caro. Por quê? Porque as empresas tiveram que se adaptar, elas tiveram que implantar terminais para negociação.

Esse aqui é um artigo de uma engenheira inglesa publicado numa revista extremamente respeitada, que é a *I3E*, que é uma espécie assim de, como se fosse a revista *Nature* do setor elétrico; não é uma revista política. Interessante é dizer esta frase aqui: “*Assim, longe de simplificar a tarifação de energia elétrica e eliminar a regulamentação, mais regras e regulamentações antes inexistentes foram criadas e implementadas desde que se iniciou o processo de restauração da indústria de energia elétrica e mais ainda estão sendo diariamente modificadas*”. Essa é exatamente a nossa experiência. É, por exemplo, a reclamação do setor privado de que as nossas regras vivem mudando.

Agora, apesar de tudo isso, essa é a rentabilidade sobre o patrimônio líquido das nossas distribuidoras. Eu até vi uma apresentação do Instituto Acende Brasil sobre a rentabilidade. Ele usou um índice muito discutível; ele usou o índice chamado de Valor Adicionado Econômico. Nesse índice, o capital é valorizado pelo custo de oportunidade, ou seja, como seu eu tivesse aquele capital e eu pudesse, por exemplo, aplicar nos títulos do Governo. Se eu fizer isso, realmente a remuneração cai muito. Se eu fizer a remuneração pelo patrimônio líquido... Nós estamos com uma remuneração das distribuidoras muito alto. Tem uma ideia ali, por exemplo, que a AES Tietê tem 102% de remuneração. Isso aqui inclusive vocês podem obter de qualquer site de análise de fundamentos de ações das empresas do setor que vocês vão ver isso aí.

Agora, é possível termos tarifas tão caras, por um lado, e ter preços irrisórios por outro? Pode. Vou mostrar aqui para vocês. Isso aqui, de 2002 até 2004, é o preço médio do mercado de curto prazo e a quantidade que foi negociada. Naquela curvazinha lá em baixo é o preço do mercado. Inicialmente, era 4 reais por megawatt/hora. Isso é que o Pinguelli estava dizendo. Quando uma térmica não gera e ela vende energia — ela vende energia e sem gerar, o sistema brasileiro é



assim —, ela tem que liquidar essa diferença, zero de geração. Venda de 100, ela tem que liquidar esses 100 no mercado de curto prazo. Como é que ela liquida essa coisa? Ela paga o chamado Preço de Liquidação das Diferenças. O que é o Preço de Liquidação das Diferenças? É uma negociação da térmica com as hidráulicas? Não, é um preço determinado pelo operador nacional do sistema, que não tem absolutamente nada a ver com a parte comercial. É o modelo computacional que dá, para o Operador Nacional do Sistema, uma valoração da água. Ele quer saber: “Quanto é que vale essa água aqui? Eu uso ela agora ou eu uso ela no futuro?” Então, nós temos um sistema no Brasil onde o preço de curto prazo, o spot é determinado por um programa de computador e é determinado de maneira monopolística, porque o Operador Nacional do Sistema calcula esse preço se imaginando dono de todas as usinas, porque ele opera todas as usinas. Ele manda desligar, você liga, você desliga. Então, nosso mercado é um mercado *sui generis*. O preço spot é determinado monopolisticamente. E isso é uma tremenda vantagem, porque, nesse preço monopolístico está justamente a natureza brasileira. Ou seja, na maioria do tempo, nós temos muita água. Então, na maioria do tempo, os preços estão lá embaixo. Então, quem pode comprar energia liquidando no mercado de diferenças tem uma enorme vantagem. Não são só térmicas que fizeram isso, são, por exemplo, comercializadores, são intermediários que vendem energia até com contrato, mas que podem liquidar essa diferença de contrato no mercado de curto prazo.

Isso aqui tanto é vantagem que vocês veem, por exemplo, a evolução do número de consumidores livres. Explodiu. Evidentemente todo mundo foi querer ser consumidor livre.

A própria Procuradoria-Geral da República, preocupada com isso, porque é como se você estivesse pegando uma carona nos investimentos, você estivesse na onda da chuva... Então, houve uma pergunta para a ANEEL se, para resguardar os consumidores cativos, se esse consumo que estava sendo feito com contrato de curto prazo ou até sem contrato, qual era o impacto disso no suprimento. E a resposta da ANEEL foi de que ela não discrimina o tipo de consumidor. Ou seja, dentro do mercado livre, você pode encontrar contrato de 1 mês como contrato de 2 anos e você não é discriminado por isso; você pode fazer isso.



Depois de 2005, houve uma implantação de uma penalidade, que é justamente a penalidade para quem não tem lastro, ou seja, para quem está consumindo energia tomando uma carona, mas ninguém é desligado por isso. Ou seja, quando você está fazendo isso, consumindo por curto prazo, com contrato de curto prazo, pegando carona, você na realidade está se aproveitando da vantagem estrutural que existe no sistema brasileiro, que é a abundância das afluências. Isso significa que você pode estar esvaziando os reservatórios, porque o Operador Nacional do Sistema pode estar errado, ele pode estar achando que a água vale pouco. Na realidade, uma mudança, logo 2 meses atrás, vai fazer ele mudar de ideia. Portanto, ele não vai ligar térmicas, que ele vai dizer: eu devia ter ligado essas térmicas.

Isso aqui é a evolução da penalidade, que foi só depois de 2005 e, mesmo em 2005, era muito barato.

Isso aqui é o que aconteceu no mercado de curto prazo. Reparem lá que, em 2007, no final de 2007, os preços explodiram. No sistema brasileiro é assim, ou seja, você pode estar num mar de bonanças, porque você tem muita chuva ou você tem uma queda do mercado, mas, de repente, por uma mudança nas afluências, você precisa ligar as térmicas. E você só liga as térmicas se esse PLD sobe.

Então, aconteceu uma coisa muito engraçada, porque os grandes consumidores brasileiros que estavam contratados, consumindo energia no mercado livre, olha o que eles disseram: “Os consumidores já estão dando sinais de que não suportam esse nível de preço, o que pode gerar tomada de medidas drásticas. O maior temor é o aumento da inadimplência e quebra de contratos. Pode gerar desligamento de máquinas ou fechamento de unidades e partes industriais”. Isso está no *Canal Energia*, nessa data que está aí. Ora, se alguém está dizendo isso, é porque não tem contrato de longo prazo. Está comprando como? Está comprando indexado ao PLD. Por exemplo, ele compra a PLD mais 10%. Alguém que... Por exemplo, a térmica, ela tem que liquidar sua fatura no PLD, ela paga o PLD e ainda cobra 10% para quem está vendendo. Então, aqui isso mostra que, na realidade, o mercado livre estava surfando nas sobras que são estruturais do setor elétrico brasileiro. O mercado livre chega a um patético apelo de intervenção do Governo, o que é uma total contradição, porque o mercado livre devia totalmente se manter.



A única voz isolada foi a voz do Presidente do Operador Nacional do Sistema, que reclama, porque ele, apesar de não ter nada a ver com a comercialização, ele sabe que esses contratos de curto prazo são extremamente perigosos para o sistema.

Por que isso é possível? Isso aqui é uma representação do sistema brasileiro, dos 4 subsistemas mais o futuro sistema do Madeira. Só para vocês terem uma ideia, se nós colocássemos o sistema de transmissão brasileiro em cima da Europa, nós conseguiríamos ir lá de Portugal até a Finlândia. Não existe nenhum sistema no mundo que tenha esse nível de interligação. Nós somos o único sistema no mundo com uma interligação de 4 mil quilômetros. Você pode andar por cima das linhas de transmissão, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão, andando por cima das linhas de transmissão. E o que isso significa para nós, consumidores, e para o Operador Nacional do Sistema? Isso aqui significa o seguinte: resumidamente, simbolicamente, esse sistema funciona como 4 grandes caixas d'água. A maior caixa d'água está no Sudeste. Ela guarda mais ou menos 70% da reserva de todo o sistema. Esse sistema, se as caixas d'água estivessem todas cheias e os rios secassem, por exemplo, nós poderíamos continuar consumindo energia por 6 meses. Isso é recorde no mundo. Não existe nenhum sistema que tenha uma capacidade de reserva de água, em proporção à carga, como a do sistema brasileiro. O Canadá, por exemplo, também tem, 3 meses só, da carga. Então, nós temos a maior capacidade de reserva. E o que significa isso? Qual é a energia que chega para o Operador Nacional do Sistema? Quem é o fornecedor de energia dele é São Pedro. E ali estão, embaixo, as curvas, o que pode acontecer com a afluência nas 4 regiões. A linhazinha branca é a média, a área preta é o máximo e o mínimo. Vejam as variações que podem ocorrer.

Portanto, quando o Operador Nacional do Sistema decide operar o sistema, ele procura uma correlação de uma configuração de gerações que faça com que o sistema como um todo atenda a carga. Na realidade, existe uma diversidade de situações. Às vezes, é o Sul que está gerando; às vezes, é o Sudeste que está gerando. Às vezes, o Sul gera e transfere a energia lá para o Norte, através do Sudeste. Às vezes, o Norte gera e transfere a energia para o Sul. Nossa capacidade de transferência de energia é muito grande. Isso faz com que nós não tenhamos



caixas d'água jogando água fora. Então, nós mantemos as caixas d'água cheias. É como se fossem vasos comunicantes.

Só que a diferença entre a menor energia e a máxima é por volta de 3 vezes. Você pode receber, em 1 ano, mil e, no outro ano, você pode receber 3 mil. Então, a variação é muito grande. Então, para saber qual é a responsabilidade de cada usina, é extremamente difícil. Ninguém pode dizer: esta usina é responsável por tanto. O todo tem X%, tem uma capacidade de gerar o consumo do Brasil, mas por quanto cada usina é responsável é extremamente variável.

Então, apesar de essa individualização ser variável, isso aqui, essas fórmulas aqui que vocês estão vendo, que parecem, assim, física quântica, isso é a base de nosso sistema mercantil. E ali tem uma variável, chamada Custo Marginal de Operação, que é exatamente a variável mês a mês do Operador Nacional do Sistema. E é exatamente o que eu estou dizendo.

O mercado de energia brasileiro é extremamente estranho. Uma usina não vende a sua energia, vende o determinado no certificado, dado *a priori*. Existe um certificado dado *a priori*. A EPE simula a operação do sistema — simula, não é uma operação real, é uma simulação da operação — e determina o quanto do todo pode ser atribuído a cada usina. É um certificado, como se fosse um cartório que emitisse: “Olha, você tem direito a vender tanto. Não precisa gerar”.

Então, existe uma diferença muito grande entre a visão do planejamento e a visão mercantil e a visão do Operador Nacional do Sistema. Hoje em dia, o operador está adotando medidas de muito mais segurança do que aquelas assumidas no modelo mercantil. Por exemplo, esse efeito que aconteceu no final de 2007, de subida de preço, foi uma decisão do Operador Nacional do Sistema de ligar as térmicas. Na realidade, esse efeito não estava previsto no mercado, no modelo mercantil. Essa discrepância está cada vez maior.

Só para vocês terem uma ideia, isso aqui é a distribuição de probabilidade desse Custo Marginal de Operação. Vocês podem imaginar, por exemplo, como se isso aqui fosse um jogo. Se fosse a Mega-Sena, por exemplo, todos os números são equiprováveis. Teoricamente, se não houver nenhuma manipulação daquelas rodas, todos os números são equiprováveis. No caso brasileiro, os preços de energia, é muito mais provável um preço em torno de 40 reais do que um preço caro. Por quê?



Porque isso aqui é a tradução do fato de o Brasil ter afluências tropicais, afluências com grande variação. Na maioria do tempo, você está com muito mais água do que você precisa.

Isso eu já citei. Cada vez mais uma discrepância entre a visão da operação e a visão do modelo de mercado.

E, finalmente, os leilões. E aqui eu gostaria de gastar um pouquinho mais de tempo. Um leilão, no Brasil, não é vencido por uma usina que tem o menor preço de geração. Por exemplo, uma térmica que tenha um preço de geração, por exemplo, de 600 reais por megawatt/hora, ela pode ganhar um leilão no Brasil, competindo com outras fontes. Por quê? Porque o que é calculado e o que ganha o leilão é o índice custo/benefício, que é uma avaliação com base naquelas fórmulas complicadas, num modelo altamente complexo, olhando para a frente, usando fatores, por exemplo, como taxa de retorno do capital, como custo do déficit, que diz assim: “*Olha, você pode vender essa energia*”. Então, em função desse índice custo/benefício, uma térmica a *diesel* pode ganhar de uma térmica a gás. E foi o que aconteceu no Brasil nos últimos tempos, o que, na minha opinião, é um defeito do modelo, porque tenta fazer com que um sistema como esse, tão diferente, seja parecido com o sistema inglês. Nós não poderíamos fazer uma concorrência de preços pelo preço de combustível da térmica, porque nós não pegaríamos esse efeito sistêmico, mas esse efeito sistêmico é altamente subjetivo, porque é feito para um futuro, com fatores altamente difíceis de se estimar, custo do déficit, custo da falta de energia. Vocês conhecem algo mais difícil de se estimar do que o custo do déficit? Esse é um dos fatores mais importantes dentro da modelagem.

É o último eslaide. Isso aqui é o resultado dos últimos leilões: no A-5, que é o leilão feito 5 anos antes da construção, 64% foram térmicas a óleo e, no leilão de A-3, 57%, térmicas a óleo. Portanto, usando a modelagem de mercado, nós estamos termificando o nosso sistema, nós estamos contratando uma quantidade enorme de térmicas. Evidentemente, não é só isso. O fato de termos interrompido os nossos processos de planejamento, de levantamento de inventário de usinas hidroelétricas, retirou da prateleira uma série de usinas hidroelétricas que não puderam entrar nos leilões.

Então, era isso que eu queria mostrar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de agradecer ao Sr. Roberto D'Araújo e passar a palavra ao Sr. Ildo Sauer, antes informando que esta audiência está sendo gravada pela *TV Câmara* e que vai ser transmitida para todo o Brasil.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados aqui presentes, eu agradeço a oportunidade dupla: primeiro, por estar aqui de volta para debater um assunto importante, e, segundo, pela enorme alegria que me dá estar de volta com o meu Prof. Pinguelli Rosa e o grande companheiro Roberto D'Araújo, com quem temos, ao longo dos últimos 20, 30 anos, tentado compreender o que se passa no setor energético brasileiro.

Então — eu vou tentar falar daqui, não sei se estou atrapalhando alguém no ponto de visão —, eu pretendo fazer uma breve exposição de 36 transparências e, depois, Presidente, eu gostaria de lhe passar um conjunto de documentos que, talvez, venham a ser de interesse desta Comissão, que merecem investigação, na minha opinião, que foram feitos por outros colegas que trabalham na mesma área. Um é sobre revisão tarifária na CEMAT, no Mato Grosso, onde um colega, professor da Universidade Federal do Mato Grosso, Dorival Gonçalves Júnior, fez uma análise muito minuciosa e didática sobre como são os processos e as dificuldades. Outro é sobre a situação do Maranhão, onde a minha universidade foi convidada a dar uma ajuda, para entender uma situação onde explodiu a tarifa dos consumidores de baixa renda. Suspeitava-se que os medidores estavam medindo equivocadamente. Constatou-se que não era assim. Constatou-se que o que estava acontecendo era um equívoco na conversão das leituras em tarifas. Cento e quarenta mil casos examinados, 80 mil consumidores de baixa renda pagaram mais do que deviam. Esses laudos estão aqui. E, finalmente, outra contribuição do Carlos Augusto Kirchner, que tem assessorado a Procuradoria da República em algumas investigações, talvez possa ser de interesse, porque é um avanço para contribuir com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida, Prof. Ildo Sauer, irá engrandecer muito os nossos trabalhos.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - E eu até sugiro que aqueles colaboradores sejam convidados a comparecer aqui, se puder, o Dorival, o Carlos Augusto Kirchner e os



técnicos lá do IEE, que foram ao Maranhão a pedido a Assembleia Legislativa do Maranhão e do Ministério Público de lá.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muito bem. Os tópicos que eu pretendo tratar e, brevemente, seguindo a sequência, explicar que provavelmente a situação em que nós vivemos hoje tem origem, primeiro, na reforma liberal mercantil dos anos 90, que levou ao racionamento e convenceu a sociedade brasileira de que ela precisava buscar um novo modelo. E a segunda etapa, que explica a situação atual de tarifas e de energia, é a política de gestão de energia do atual Governo, isto é, as escolhas feitas, as ações empreendidas e as omissões que vêm ocorrendo desde então para cá acho que ajudam a explicar, como já foi aqui brevemente relatado pelo Prof. Pinguelli e pelo Roberto D'Araújo.

Bom, como já foi explicado aqui, viemos de um modelo baseado no custo do serviço, apropriação social dos recursos hídricos, gestado desde a década de 30, mas implementado, finalmente, a partir dos anos 50, 60, e que perdurou até a reforma liberalizante dos anos 90, para ser substituído e inspirado nos experimentos do Chile e nos da Inglaterra, para criar um duplo mercado: um mercado competitivo na geração e, depois, liberalização, um mercado competitivo na entrega da energia ao consumidor final, dizendo que esse paradigma de liberdade absoluta levaria o País à energia mais abundante, mais barata, mais segura. Esse modelo acabou nos levando ao racionamento de 2001, que teve enormes consequências políticas para o País.

Está aqui demonstrado por que o racionamento aconteceu. Em vermelho, aqui, a progressiva geração média de energia ano a ano no Brasil; abaixo, a construção de capacidade firme adicional para produzir energia. Aqui, ao longo dos anos, como os reservatórios foram sendo operados, e chegamos no período 2000, 1999, 2000 e 2001, mesmo com chuvas médias, não conseguindo segurar o rojão e houve o racionamento. E por que não houve acréscimo na capacidade instalada naquele período? Parece-me que é muito interessante entender, está na base dos problemas de hoje. Dizia-se que o próprio mercado, isto é, o preço da energia futura, vai atrair os investidores.



Ora, no Brasil, como o Roberto já explicou, o preço da energia futura, calculado pelo Programa Newave, depois explico o que ele é, é baseado em vários fatores: quanto vai ser a demanda no futuro, qual o consumo previsto no futuro, a expectativa sorteada aleatória da hidrologia, a estrutura atual e as novas usinas. Ora, quem vai jogar bilhões de dólares para construir usinas térmicas ou hidroelétricas, sabendo que o seu retorno está preso ao comportamento da natureza, da chuva, da hidrologia. Isto é criar um cassino. Quer dizer, essa lição infelizmente me parece que não foi inteiramente aprendida ainda, como mostrarei daqui a pouco, porque nós mantivemos esse mesmo preço, como o Roberto já explicou e o Pinguelli também, com uma base de remuneração numa parte significativa da capacidade instalada. Eu acho que grande parte das dificuldades que nós vivemos tem a ver duplamente com isso.

Bom, na tentativa prévia do apagão, o Governo lançou mão da PETROBRAS, do gás natural boliviano, criou o Programa Prioritário de Termeletricidade apressadamente, em 1999, na tentativa de fazer essas usinas serem construídas rapidamente, porém a história é conhecida. Elas não foram concluídas, grande parte delas foi abandonada e todas elas foram ancoradas ou na PETROBRAS ou na COPEL, por exemplo, ou em outras estatais, como FURNAS, ou em contratos de suprimento de energia contratados com as distribuidoras de gás e de energia elétrica. Parte delas faliu, como disse, outras, a maior parte delas hoje está na mão da PETROBRAS, que teve enorme prejuízo para recuperá-las e deixá-las à disposição do sistema para que pudessem vir a cumprir um papel produtivo daqui para diante.

Bom, agora, então, pretendo tratar das questões que me parecem ajudam explicar a situação em que nos encontramos hoje. A política, a gestão da energia, no atual Governo, suas escolhas, suas ações, suas omissões. Algumas delas apontarei aqui, outras eu vou sugerir investigações adicionais para ajudar a esclarecer. E daí talvez, como propõem o professor Pinguelli e o Roberto, dessa análise desta CPI possam sair sugestões para o aprimoramento, coisa que já foi tentada no passado. Quando eu estava na PETROBRAS, eu mandei várias cartas ao Governo sugerindo. Quando, em 2005, eu percebi a gravidade da situação do mercado livre, que o



Roberto abordou, mandei várias cartas, sugeri aprimoramentos, eles não foram feitos e as consequências continuaram só se aprofundando.

Muito bem. Primeiro um grave problema: houve um longo processo de discussão e a letargia para o novo modelo. Em 2003, obviamente, quando o novo governo assumiu, toda a herança maldita do governo anterior estava muito clara para todo mundo, que foi a questão do apagão e a necessidade. Ao mesmo tempo, haveria uma sobra grande de energia, estimada entre 4 e 8 mil megawatts médios que dariam conforto por vários anos. Constatou-se mais adiante que parte daquela capacidade instalada não era capacidade firme e confiável e por isso... Segundo grave problema: a manutenção da descontratação, que já foi explicada aqui.

No governo anterior, visando à criação do mercado competitivo, criou-se mandatoriamente a obrigação de descontratar toda a capacidade existente das usinas estatais, principalmente as que eram geradoras e ainda são as principais, à taxa de 25% ao ano. Isso foi feito, e, com isso, criou-se uma massa de energia disponível sem contratos que foi servir depois para pressão para criar o mercado livre, que já havia sido criado no governo anterior, mas que provavelmente deveria ser extinto naquela visão e não foi. A instalação tardia... Se nós levamos 2003 inteiro e parte de 2004 para aprovar a nova lei, só começamos a operar no final de 5, com os novos leilões de contratação. A empresa... Você mudou o caráter, quem fazia planejamento antigamente era a ELETROBRÁS e o Ministério, decidiu-se quem ia fazer era a EPE. A EPE só começou a funcionar em 2005. E, com isso, perdeu-se precioso tempo para fazer estudos de inventário de bacias hidrográficas, relatórios de passivo social, de passivo ambiental, licenciamento ambiental para que novas usinas pudessem ser colocadas, hidroelétricas, no mercado em licitação. Isso passou a ter consequências mais adiante. É preciso lembrar que, quando o debate mais adiante começou a existir da falta de usinas, o discurso hegemônico passou a dizer não. Não tem usinas porque na área ambiental tudo é barrado, o que não corresponde à verdade dos fatos, porque basta ver o inventário, o balanço dos inventários feitos nos últimos anos das bacias hidrográficas brasileiras, dos estudos de passivo ambiental, social, e dos licenciamentos prévios obtidos para licitação. É preciso lembrar também que o Complexo do Madeira é fruto de uma iniciativa ainda anterior do Grupo Odebrecht com Furnas antes de 2003.



Bom, finalmente, em 2004, o modelo foi promulgado. E, notem bem, ele é muito elucidativo quando fala que ele é produto, a construção dessa regulamentação. Primeiro, um processo participativo, medidas negociadas, acordo entre os agentes, entre os agentes, arbitragem do Governo. Quem são os agentes? Os que têm atuação forte no mercado. Isso ajuda a explicar a exuberância com que ressurge e é implantado depois o mercado livre de energia.

Aqui a regulamentação. Os princípios básicos do modelo mercantil criado no Chile, testado na Inglaterra, feito por Fernando Henrique aqui, acabaram substancialmente mantidos, embora uma inovação importante foi feita. A necessidade de voltar ao planejamento e de contratar com antecedência mínima de 3 e 5 anos toda e qualquer demanda futura. Essa era, então, a visão que tranquilizava a todos. De repente, mais adiante, os fantasmas voltam a aparecer. E tudo indicou claramente depois que era o fato de que uma lacuna regulatória importante nesse modelo que manteve o mercado livre, na verdade, fraudou essa garantia da plena e prévia contratação de toda energia, como mostrarei mais adiante.

Aqui, então, o modelo que resultou dessa continuidade com algum ajuste, esse ajuste importante que citei há pouco, positivo, que foi feito, que, no entanto, mantém um conjunto de instituições e que ajuda explicar uma das indagações do Roberto. Para manter isso daqui tudo, para mimetizar um processo concorrencial na geração, para mimetizar um processo concorrencial na distribuição, criou-se necessariamente um conjunto de custos e encargos para pagar ANEEL, ONS, a Câmara de Comissão de Energia e todo um conjunto de agentes com seus riscos, seus salários, seus pareceres jurídicos, todos com uma parafernália para garantir o quê? Primeiro, no Brasil não existe risco de demanda de energia. Toda demanda é firme porque, sem eletricidade, a sociedade não consegue nem viver, muito menos crescer. Segundo, todo mundo que organizar investimentos vai ter o seu retorno. O problema é que se criou um monte de riscos entre os agentes, cada um busca se remunerar pelo seu risco, que, quando se faz a soma do todo, ele é consolidado e, no entanto, serve para explicar grande parte desses encargos, impostos, seguros, honorários etc, etc. Mantivemos. Isso aqui é tudo custo de mimetizar o mercado



competitivo daquilo que teoricamente já foi provado por acadêmicos. É um grande monopólio natural e devia ser gerido de outro jeito.

Bom, então, como disse antes, o grande problema foi que, a partir de 2003, tomou-se a drástica decisão já relatada pelo Pinguelli, com o testemunho do Deputado Zica, de que nós resolvemos, ao contrário do que indicava o senso comum do programa de governo de 2002, mantivemos a descontratação a 25% ao ano, que criou um colchão de energia disponível não contratada. E, quando os especuladores ficavam de olho, de um lado, de olho na gata, de outro lado, no queijo, eles viram que a gata era mansa e o queijo estava lá e cresceram extraordinariamente a partir daí, 2003. Isto é, sabia-se que havia uma sobra de energia firme assegurada e se autorizou que grande parte dessa energia passasse a ser comprada pelo preço especulativo, que não serve para orientar preço nem investimento. Esse é um problema conceitual que eu abordarei mais adiante.

Bom, aqui, então, é claro, foi feita a liquidação do MAE. Isso aqui, em 2004, é a liquidação do MAE etc. etc. Um bilhão e oito milhões de reais foram gastos para resolver as pendências do modelo anterior, enfim.

A autocontratação, *self-dealing*, daqueles que foi feita para viabilizar as termoelétricas do PPT foram mantidas. Muitas concessionárias, como a do Ceará, a de Pernambuco, as do Rio de Janeiro, que ancoraram algumas termoelétricas que não foram para o polo da PETROBRAS ou da COPEL, arcaram com essa coisa. Deixou-se de comprar energia a 50, a 60 reais das concessionárias federais para comprar energia a 140, a 160, do chamado Valor Normativo Térmico, que foi criado para incentivar a entrada das termoelétricas e atender outras políticas que não vou discutir aqui agora. O pior... Então, isso foi mantido. O novo modelo podia ter alterado essa questão, resolveu não fazê-lo, em nome da santidade dos contratos. O *self-dealing* continua hoje ainda presente, mostrarei.

E, como disse antes, o Ministério de Minas e Energia dizia que a grave crise do setor, em 2003, era a sobra entre 3 e 7 mil megawatts. É nessa aparente sobra, eu vou mostrar daqui a pouco que ela não era 3 a 7 mil megawatts, que caiu o consumo por causa do apagão. E esse colchão e a descontratação fizeram o ambiente no qual os agentes que negociaram aquele assunto do novo modelo, o Governo apenas arbitrou, está dito lá naquela transparência, essa é razão.



Aqui, o Ministério de Minas e Energia de então dizia: “*Olha, aqui há um enorme excedente*”. Como eu disse, aqui é a capacidade firme disponível. Isto é, como o Roberto explicou, cada uma das usinas hidráulicas se lhe faz o julgamento estatístico de qual a capacidade que consegue aportar, soma-se a das térmicas e diz-se que essa é capacidade de geração. Essa sobra aqui... Ora, alguém que sabia que esse era o excedente econômico tão grande, sabia também que o Programa Newave ia ter como resultado, como teve, que o preço de liquidação ia ser muito baixo. Foram 4 reais, depois passou (*ininteligível*) para 16 reais o megawatt/hora, que é menos do que 20% do custo efetivo para recuperar o capital investido e o custo de operação e manutenção de qualquer usina hidroelétrica ou termoelétrica no Brasil.

Bom, surpreendentemente também, mesmo com esse quadro de sobras e excedentes, a escandalosa contratação da energia emergencial feita em 2000, contra o qual o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva mandou uma carta ao então Presidente dizendo que aquilo ali era um escândalo. Foram contratados 1.800 megawatts, cujo investimento foi de 2 bilhões de reais, ou menos do que isso. Foram mantidos, cumpridos até 2006. A população brasileira pagou 6,2 bilhões de reais. A solução adequada, me parece, era fazer o que a PETROBRAS fez. A PETROBRAS entrou em arbitragem, em negociação, com todos aqueles que eram sócios das termelétricas. Elas foram retomadas. Só em 3 contratos, a PETROBRAS retomou 1 bilhão de dólares.

Nesse caso aqui, a solução indicada era o quê? Essas usinas não eram mais necessárias, porque o Ministério dizia que havia sobra. A solução era chamar os contratantes que as construíram de boa-fé, indenizá-los pelo 1 bilhão e 800 ou 2 bilhões de reais e deixá-las de reserva. Não, em 3 anos, até 2006, eles receberam 3 vezes mais do que elas custaram, parte foi desmantelada e levada para o exterior, e outra parte foi recontratada, está aqui, nos leilões, como vou mostrar daqui para frente. Isso tudo é custo que foi se agregando ao que está aí, gestão e política da energia nos últimos anos.

Outra coisa mais surpreendente ainda. Em 1984, dentro de uma visão de desenvolvimento, de necessidade de busca de mercados no exterior, construiu-se Tucuruí e outras usinas para permitir eletrointensivos. A energia lá, da



ELETRO NORTE especialmente, custava de 14 a 20 dólares o megawatt-hora. Custava não, era vendida a isso; custava 38, 40. Muito ansiosamente se esperou, ao longo dos anos, que 2004 chegasse, para que essa energia fosse recontratada em outro patamar. Para minha surpresa e de muitos, está o anúncio aqui dos compradores. Parte dessa energia foi revendida por mais 20 anos por preço da ordem de 53 reais, cerca de 27 dólares, coisa que esta CPI pode investigar, saber quem fez isso, por que fez isso sabendo que o custo estrutural da energia é, no mínimo, o dobro ou o triplo disso. E essa energia foi vendida a esse preço para eles, poderia ir para as tarifas do mercado cativo no lugar disso. Vocês podem... São sugestões.

E aqui, então, o modelo. O modelo, de fato, a ideia de que é necessário contratar previamente toda a demanda é um progresso extraordinário, porque permite transparência. Sabe-se que, se a demanda está prevista, a demanda está contratada, se as usinas virão, o risco do apagão desaparece. A questão, daí em diante, passa a ser quanto custa e quem paga, e se as melhores escolhas para expandir estão sendo feitas ou não.

Mas o problema é que ficou, então, o ambiente de contratação livre presente junto com o regulado. Se no regulado é necessário contratação prévia de 3 a 5 anos, neste aqui, para este aqui, a lei nada disse. E, sabendo que havia um colchão de energia descontratada e que havia sobras, sabendo que o PLD do programa Newave seria de menos de 20% do custo da energia, por que se fez isso? Eu, até hoje, não entendo.

Aqui, então, finalmente, depois de feito o modelo, começou-se a recontratação de parte da energia. Aqui estão os resultados dos leilões: 50 reais, 60 reais, 70 reais etc. Para contratar energia velha existente, recontratar, e os outros leilões, mais adiante, para contratar energia nova a partir de 2005.

Energia nova. Vejam como os preços lá... A energia das estatais foi vendida a 50, 60 reais. Aqui os preços começam a explodir: 100, 130, 140, 150 reais. Só aqui. É importante lembrar: grande parte dessa energia é térmica, e o preço que está aí é fictício, como o Roberto explicou. Ele resulta de recuperar o custo fixo ao longo da vida útil da usina térmica e uma estimativa, estimativa calculada, da probabilidade de



horas que essa usina vai operar nos anos futuros, que é estimada por um programa de computador, algo extremamente obscuro.

Quer dizer, essas usinas térmicas... a grande quantidade de energia contratada. Termelétricas: 10.859 megawatts. Uma Itaipu de poluição e de custo, porque, se elas operarem horas muito maiores do que foi estimado pelo programa de computador — não é o programa? —, pelos que calcularam isso, a sociedade vai pagar muito caro, porque o custo da energia operada a *diesel* pode chegar a 400, 500 reais o megawatt-hora. E os contratos feitos entre os geradores e as distribuidoras vão levar de novo de maneira diferenciada. Por quê? Porque cada leilão tem um grupo de concessionárias compradas. Elas compram aquilo que é oferecido. Só que se, no futuro, as térmicas vierem a operar, esse custo vai ser transferido para aquelas que compraram.

De maneira que esse é o quadro. Portanto, se a situação hoje está ruim, ela pode ficar pior, se por acaso as hidrelétricas, combinadas com outras fontes, não forem a base de expansão daqui para frente. Uma base térmica, com custo de capital pequeno, e mesmo de custo variável de combustível, é salutar para usar para operar só nos anos críticos, desde que o sistema seja gerido e operado de forma que não haja risco de operá-las continuamente, como aconteceu ano passado.

Do fim de 2007 até o fim de 2008, todas as térmicas foram operadas. O custo foi de 2,3 bilhões de reais, para quem dizia que toda a energia brasileira estava contratada com segurança, e não estava. Explicarei mais adiante isso.

Hoje, estamos jogando água fora, e está sobrando gás, mas criou-se uma crise em 2007, e o custo está sendo transferido para a tarifa, 2,3 bilhões de reais do último ano, devido a insegurança. E essa insegurança que levou a operar as térmicas, na minha leitura, é muito clara. Se toda a demanda do mercado regulado estava contratada, sobre o mercado livre nada se sabe, porque a lei permite, não é culpa dos agentes, é culpa de quem criou essa oportunidade para que os agentes assim operassem.

Contratamos toda essa montanha de térmicas sabendo que temos no Brasil ainda o maior potencial hidráulico remanescente, cujo progresso nos inventários foi, no mínimo, para ser elegante, insuficiente nos últimos 6, 7 anos. Os estudos de passivo social, de passivo ambiental, de licenciamento ambiental... E não adianta



demonizar o IBAMA, isso é responsabilidade de quem geriu, e não geriu adequadamente, o setor elétrico brasileiro.

Nesse sentido, então, a lacuna regulatória que permeia o surgimento do mercado livre — vou mostrar daqui a pouco os dados — permitiu uma canibalização do mercado regulado. Se essa energia estivesse disponível, e se fosse aceitável que estatais vendessem energia a 14, 15, 20, 22 reais o megawatt-hora, que vendessem para o mercado cativo, não para o outro. Essa é a grande lacuna. Fora o risco de se saber que 25% da energia brasileira hoje está no mercado livre, e ninguém tem informações sobre ele. Não é questão ideológica ser contra o mercado livre ou não. Ele pode existir, desde que não canibalize o mercado regulado.

Pior, foi feito um leilão de energia de reserva. Quem paga isso é, na proporção do consumo, o consumo livre e o consumo regulado, 75% do consumo regulado. Ora, o consumo regulado já está comprando energia cara, como estreante, com segurança. A insegurança é que levou a contratar energia de biomassa como reserva — e a energia da biomassa é salutar, é bom que venha para o mercado, não é problema —, foi a insegurança sobre o grau de contratação do mercado livre.

O grave erro conceitual é aceitar que o custo marginal de operação, calculado apenas para orientar o operador do sistema... saber se ele deve ou não guardar água, porque, se ele guardar água hoje e, no futuro, tiver muita água, ele queimou combustível hoje para jogar água fora no futuro. Do contrário, se ele não guardar água hoje, no futuro o custo da térmica pode ser muito caro. Só serve para isso, porque, como a hidrologia — o Roberto mostrou isso muito bem — é muito variável, os investimentos são feitos apenas para garantir a energia que está assegurada estatisticamente. A excedente pode ser aproveitada, mas é um erro gravíssimo alguém achar que esse indicador para orientar a operação pode ser usado para orientar a precificação de energia assegurada e firme, que tem custos estruturais de capital, de operação e manutenção, de pessoal e de impostos, etc.

Esse equívoco, criado no Governo anterior, foi mantido neste, não foi corrigido, está ainda criando esse processo, porque serviu para orientar, como mostrarei daqui a pouco, a venda de grande parte da energia no mercado livre.



Esse, então, é o programa Newave, que nós já explicamos como é que opera. Ele vê a configuração térmica hidráulica, as usinas, vê a demanda e a capacidade de transferência entre as regiões, faz uma análise das expectativas de vazões de chuvas futuras; depois, faz o cálculo da função de custo futuro, decide se opera ou não opera e qual é o preço, o valor estimado para orientar a operação.

Agora vem, então, uma outra forma de olhar o mundo. Esta aqui, de novo, é a capacidade firme de energia existente estimada, calculada, térmicas mais hidráulicas. Lembro que parte dessa energia térmica aqui, que se dizia assegurada, que estava no *deck* do Newave para calcular o preço futuro, eram 2 mil megawatts contratados da Argentina, que não tinham a mínima condição de virem ao Brasil, porque estava faltando energia na Argentina. A térmica de Uruguaiana não tinha gás porque na Argentina não tinha gás; a térmica de Cuiabá não tinha garantia de gás porque era a última prioridade da Bolívia.

E havia também um conjunto de usinas térmicas da COPEL, a maior parte em litígio entre a PETROBRAS e seus sócios — no futuro elas passaram a ser da PETROBRAS —, que não tinham energia vendida, não tinham combustível, nem tinham sido construídas ainda, algumas delas, quando aconteceu o primeiro quiproquó em 2004. Usinas em construção constavam do *deck* para usar o preço, mesmo assim, notem bem, essa diferença entre a capacidade existente e a demanda firme prevista mostrava claramente que o mercado livre seria uma festa.

Aqui, os preços calculados, de 2003 até 2009, do PLD, com o susto no final de 2007. O Roberto já se referiu a ele. Mas, em média, notem bem, o valor da energia é considerado de 20 reais. Não existe nenhuma energia nova no Brasil que custe menos do que 100 reais o megawatt-hora, quando se considera trazê-la para cá — a térmica do Madeira podemos analisar um pouco —, muito menos térmicas.

Eu me dei conta do que estava acontecendo em 2005 porque, no final de 2005, a PETROBRAS participou de um leilão para tentar vender 3 mil megawatts de capacidade que ela tinha disponível. Não conseguiu vender, porque ninguém queria comprar. Vendeu 1.900. No entanto, começaram a aparecer pressões para que ela disponibilizasse todos os 3 mil megawatts com gás, mesmo não tendo vendido energia, não tendo receita. Eu não entendia por quê. Se o Governo dizia que toda a



demandava segurança, bastava todo mundo cumprir seus contratos. O que estava acontecendo?

Aí começaram a aparecer os estudos do mercado de energia livre. E aqui está a evolução dele ao longo do tempo. Cresceu drasticamente de 2003 para cá. Consumidor livre é aquele que consome mais de 3 megawatts e está ligado numa tensão acima de 69 quilovolts. E existem ainda os livres especiais: eles pagam o aluguel da transmissão, o aluguel do fio e podem contratar de quem quiserem. E o PLD está aqui.

Agora, o mais dramático vem a seguir. Quando vi estes gráficos que aqui estão — vou tentar explicá-los —, levei um susto. A Associação Brasileira das Comercializadoras de Energia, que são aquelas que vão lá, compram de uma geradora ou se expõem no mercado atacadista... no mercado especulativo e vendem energia. Eu vi eles mostrando isto aqui: em 2005, mais ou menos 8 mil megawatts médios, cerca de quase 20% da energia brasileira — 8 mil megawatts médios para 48 — já estavam no mercado livre. “*Olha, quem comprou da gente pagou 61 reais o megawatt-hora, em média. Quem comprou do mercado regulado, com os cálculos feitos pela ANEEL, na tarifa mais baixa, para a indústria, para alta tensão, paga 109 reais o megawatt-hora.*” Esses 109 reais vêm de um cálculo estruturalmente correto que diz que tem um custo de geração média de 90 reais, 100 reais o megawatt-hora, e os outros 9 reais são para conexão à transmissão.

Só que havia naquele ano já uns 400 consumidores livres, intermediados por comercializadoras, muitas delas pertencentes às próprias empresas distribuidoras de energia elétrica, que cooperam com os 2 chapéus, operam nos 2 mercados. E esse número ilustrativo... Aqui estão apagados, não sei por que, esses 2,6 bilhões de reais. Algum motivo houve. Não sei o que houve aqui, mas aqui são 2,6 bilhões de reais. Quem comprou no mercado livre em 2005 poupará 2,6 bilhões de reais. Deixou de pagar 109 para pagar 61. O que a comercializadora não diz é que ela comprou aqui a 20. Portanto, as geradoras deixaram de receber 5 bilhões de reais, mais ou menos, naquele ano. A maior parte dessas geradoras eram estatais, e é claro que tem algumas privadas no meio.

Então, essa questão, que já vinha de antes, se agravou em 2005, e em 2006 continuou. Eu estimo, a CPI pode investigar isso, se quiser... E a forma de fazer isso



é muito complicada, porque se criaram tantos conjuntos de informações obscuras, registradas sob o critério da privacidade, que não estão disponíveis. Acho que só a CPI pode perguntar para as geradoras, mês a mês, de 2003 para cá, quanta energia elas venderam, a que título e quanto receberam liquidamente numa ponta, porque na outra ponta há indícios claros. E saber para onde foi essa energia. Esse é o balanço que precisa ser feito, para a gente saber o que aconteceu com a energia barata brasileira nos últimos anos.

Eu acho que cerca de 10 a 15 bilhões de reais deixaram de entrar nos cofres das geradoras estatais, não foram para o mercado cativo e foram para esse cassino onde alguns ganharam muito sem correr risco algum. Esse é um assunto sério, em minha opinião, precisa ser investigado. Academicamente, eu tentei orientar alguns trabalhos. Esbarramos sempre na falta de acesso às informações da Câmara de Comercialização de Energia, da ANEEL.

Ao Ministro de Minas e Energia, em 2005, eu mandei uma carta e pedi que ele investigasse isso. Ele tentou, mas acabou barrado e não continuou a investigação, para explicar o que estava acontecendo com isso. Dei esses números para ele e disse: “*Me explique o que está acontecendo*”.

Em 2006, depois de ver esta figura, eu constatei que passou a haver... De um lado, o Governo continuava dizendo que toda a demanda estava contratada, não havia motivo de preocupação; de outro lado, criou-se a exigência de que as térmicas, sem energia vendida, portanto sem suprimento de combustível assegurado, porque isso era um custo adicional para quem não tem receita, ficassem à disposição do sistema, com um CVU fictício, que ia para o programa de computador, que não refletia os custos de oportunidade, como quer o Newave.

Havia pressões no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico para que a PETROBRAS garantisse o suprimento de *diesel* no lugar de gás a preço do PPT, que é um preço artificial criado em 1999 pelo então Ministro Tourinho, que fixava o preço do gás firme ao longo do tempo de 3 dólares por milhão de BTU. E eu não entendia por que tudo isso. Vim a entender depois que vi que havia uma enorme pressão do mercado livre para continuar, porque, quanto mais energia ofertada aparece nos programas de computador, menor é o preço do mercado livre, maior é a segurança de que eles podem continuar comprando energia.



Eu não sei quem faz isso. Nem todos os consumidores livres agem assim. Eu não sei, porque não há transparência. Acho que só a CPI pode levantar esses dados e ter os detalhes do que efetivamente aconteceu. É preciso fazer um mapa que vá ano a ano, mês a mês, indique quanta energia foi vendida, faturada por geradora, especialmente as estatais, quanto eles receberam, em média, por *megawatt-hora* e como esse preço vai subindo ao longo da cadeia, para chegar no consumidor final, cativo ou livre.

Esse processo culmina, paradoxal, quando a PETROBRAS foi chamada ao Palácio do Planalto e mandada assinar um termo de compromisso dizendo que ela se comprometeria, a partir daí, a garantir suprimento de gás, mesmo não tendo energia vendida nem gás vendido. A PETROBRAS fez isso, mas exigiu oportunidade de vender a energia futura para recuperar seus custos. Porque ela havia investido em 2 terminais de GNL, com custo superior a 1 bilhão de dólares; havia feito o PLANGAS, deixando de produzir petróleo para produzir mais gás. Precisa, para uma gestão eficiente, recuperar seus custos. Não pode deixar que esses investimentos também fossem canibalizados para sustentar um mercado especulativo com a origem que já foi explicada aqui por nós.

Foram realizados, como eu disse também, leilões de reserva de biomassa, eu já disse isso antes, que é uma ótima opção como opção de recurso para gerar, mas não do jeito que foi feito. Porque reserva significa: ela não entra no sistema normal, ela fica à disposição para cobrir eventual falha.

Ora, se os consumidores cativos contratam uma energia cara para ter confiabilidade, só quem está dando origem a essa insegurança, suspeito eu, pode ser a insegurança em relação ao grau de contratação e antecedência desses 25% da energia brasileira, que também é uma coisa muito séria. Se, de um lado, os especuladores das comercializadoras... Especuladores, no caso, não é um termo pejorativo. É um termo conceitual, técnico, de quem opera no mercado financeiro. Ele especula para tirar vantagens de oportunidades que apareçam. Especulador, oportunista, aqui, não é pejorativo. É o termo técnico de quem atua nessas oportunidades. E a responsabilidade não é de quem atua, é de quem cria essas oportunidades, me parece, e essa grave lacuna que foi feita.



Então, aqui, a biomassa foi contratada, é paga pelo cativo e, na verdade, é mais um subsídio para garantir o colchão de energia, de reserva, cuja necessidade está pela manutenção do mercado livre não transparente.

Finalmente, então, os processos de... Quer dizer, essas são questões ligadas ao modelo, à lacuna regulatória grave que existe, uma cavalaria de transferência de excedente econômico entre as geradoras, ou os geradores, comercializadores e um grupo de 666 consumidores, aproximadamente, que devem ter amealhado esse butim.

Em paralelo, nós temos, então, um assunto que já foi discutido aqui. Para o consumidor final, existe um modelo regulatório que, em minha opinião, também é falho e merece ajustes. É a forma como as tarifas são ajustadas periodicamente.

Aqui está muito claro, como o Roberto dizia. De 1995 até 2007 — de lá para cá, não pude atualizar, e de 2008 não tenho os números ainda —, nota-se claramente que o modelo mercantil orientado para garantir a segurança de qualquer risco de quem opera teve uma trajetória exponencial, com um pequeno ajustamento aqui em cima, substancialmente devido à queda do câmbio, que fez com que o IGP-M se estabilizasse. Mas, estruturalmente, o modelo criado de 1995 para cá, substancialmente mantido em sua essência até agora, com os ajustes do último Governo, conduz a esse processo aqui, onde as tarifas têm subido sistematicamente.

As razões disso os senhores estão investigando, eu sei disso. Parte das dúvidas e para onde foi o dinheiro... Eu tentei colocar aqui as perguntas que os senhores podem avaliar e investigar. Tenho certeza de que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o Pinguelli, e a USP, conosco, e outras, como a de Mato Grosso, estarão à disposição dos senhores para ajudar a esmiuçar esses dados. Para nós, academicamente, há muito interesse em entender o que aconteceu. Só que nós não temos acesso às informações.

Aqui, então, evidentemente, a energia tem essa seqüência que o Roberto já explicou muito bem. De um lado, é a geração, a transmissão, depois os encargos, os custos operacionais, distribuição e, aí, então, energia, transmissão, encargos, distribuição e os tributos. É isso que compõe a seqüência. Como o Roberto já explicou, vou passar mais rápido por isso. A dele até foi mais bonita.



Parcela A, parcela B. Ironicamente, para quem não sabe, a compra de energia é considerada um custo não gerenciável de repasse automático.

Como mostra o relatório do Prof. Dorival, de Mato Grosso, isso não é inteiramente assim, porque as distribuidoras têm margem de manobra de como contratar a energia distribuída local, contratos anteriores ao novo modelo. Tudo isso permite caminhos, como foi mostrado por ele no relatório que vou entregar aqui aos senhores.

Aqui, então, a variação. Notem bem, isso já foi mostrado aqui, como é que a tarifa residencial está evoluindo por assimetria em todas as regiões, mostrando que a CEMAR é a mais cara. Então, aqui há um indício claro de uma perversa alocação de custos e riscos entre todos os atores do setor energético brasileiro, as geradoras, as distribuidoras, os consumidores livres, os consumidores cativos. Basta olhar um pouco para a rentabilidade. Como não tenho acesso a outros dados, olho para quem está ganhando dinheiro nesse negócio, quem são os agentes que estão ganhando e quem está perdendo.

Vamos ver isso agora. Isso aqui o Roberto já mostrou. É exatamente a mesma informação, que eu peguei dele ontem inclusive, mostrando que tem empresa lucrando 100% sobre o patrimônio líquido por ano. Notem bem, todas elas aqui praticamente são privadas, aqui em cima, operam lá na ponta. Quando vamos para o outro lado... vejam a ELETROBRÁS aqui, que é dona de Furnas, ELETRONORTE e CHESF. É a que menos faturou. Fora o problema da CESP, 19% negativo. Seis por cento ao ano.

Então, isso aqui é um indício claro de que, nesse processo, a regulação, se ela está permitindo essa rentabilidade para quem opera lá, obviamente isso aqui vem das tarifas. Pode vir com a operação delas no mercado regulado ou livre, que é outro detalhe, com que eu não quero tomar muito tempo aqui, que permite a migração de consumidores. E quem gerencia eles, em geral, é a própria comercializadora da distribuidora, que coloca ele de um lado ou do outro, conforme a sua conveniência, para mantê-lo fiel.

Vamos ver então como é que ficou o negócio da ELETROBRÁS, patrimônio líquido de 85 bilhões, lucro de 6 bilhões. E olhem aqui: CHESF e ELETRONORTE, um enorme prejuízo. Claro, tem o problema da Região Norte, mas tem o problema



de Tucuruí, tem o problema de venda de energia dos eletrointensivos, que os senhores precisam verificar, em minha opinião.

Vejam que, no ano passado, foi pior. Isso daqui foram os lucros de 2008. Aqui, os de 2007, e a razão delas aqui na ELETROBRÁS. De onde é que vem o resultado da participação societária, da receita, de financiamentos liquidados etc.?

O que mostrei aqui sobre quem está ganhando e quem está perdendo é claro. Se não temos dados exatos para seguir a rota da energia e o retorno financeiro, porque a energia vai para um lado, e o dinheiro volta por outro, que não é inteiramente o mesmo, mas no fundo tem uma compensação, nós não conseguimos seguir. Por isso é que eu digo: ver onde está o dinheiro. Se querem entender o que está acontecendo com as tarifas, *where is the money*, onde está o dinheiro? Lucros grandes de uns, prejuízos ou lucro muito baixo de outros, abaixo do custo do capital.

O Roberto já falou disso. O índice custo/benefício adotado como instrumento final para decidir os vencedores nos leilões de energia é de tão grande importância que não deveria ser calculado por algum programa de computador, programado por alguém. É uma decisão seriíssima que está nas mãos dele. Ele não é transparente. O Roberto mostrou isso há pouco aqui. Eu acho que é preciso rever esse método de escolher, diretamente, antes do leilão, os vencedores. As consequências estão no horizonte. Se a economia brasileira crescer e não houver investimento em hidráulicas, essas térmicas a óleo vão operar e vão custar caríssimo. E vai piorar a situação.

Eu sugeri isto aqui: investigar, fazer um diagrama físico e financeiro. Vamos seguir o fluxo físico da energia entre geradores, transmissores e distribuidores, e vamos ver para trás, ver como vem o dinheiro, quando é que ele acaba e quanto sobra para cada um nesse processo. Isso vai ser muito elucidativo. Investigar o faturamento mês a mês das geradoras, por megawatt médio, que é como elas recebem, é o produto delas. Principalmente as estatais, verificar o preço médio e comparar com o ambiente de contratação regulada e livre.

Há outro problema lá na ponta. A tarifa que é adjudicada a cada consumidor deveria refletir a cadeia de custos. Há muito tempo não se vê, não se faz pesquisa de campo para aferir o comportamento de todos os consumidores, saber quem está



na ponta, quem está fora da ponta, quem está na origem dos investimentos necessários para atendê-lo. Vira uma coisa completamente esquecida isso.

Tenho ainda aqui os procedimentos de faturamento da CEMAR, o caso que eu trouxe aqui de uma investigação que começou numa CPI da Assembleia do Maranhão. A USP foi chamada a cooperar, vou entregar o relatório. Foi feita uma auditoria, constatou-se que os medidores, que eram suspeitos, não se comportavam mal, mas um auditor independente constatou que havia equívocos sistemáticos na transferência dos dados medidos. É terceirizado esse processo. Alguém vai lá e lê, coloca num computador, manda para uma empresa; ela elabora as contas e faturas. Nesse processo, houve sistematicamente um equívoco para o lado de cima. E a indicação do nosso investigador aqui é a de que cerca de 80 mil consumidores de baixa renda, ao longo do período de alguns meses, dos 140 mil investigados, tiveram contas acima do que a medição indicava.

O outro relatório que tenho para entregar aos senhores aqui tem a ver com essa história de Mato Grosso, que eu já citei. Lá foi constatado um conjunto de coisas muito interessantes. Primeiro, quando há perdas de faturamento e perdas de energia na rede, quem paga é o consumidor. Só que isso é de responsabilidade única e exclusivamente de quem é dono da empresa, que deixa de fazer instalações devidamente atualizadas, com dimensionamento adequado dos transformadores, redes. E, se ele não consegue cobrar a energia dos consumidores, faz parte do risco do negócio dele. Ironicamente, nas perdas, a revisão tarifária feita... O nome do relatório é o seguinte: *Indício das irregularidades na segunda revisão tarifária periódica da concessionária de distribuição de energia elétrica do Mato Grosso em 2008/2012, conduzida pela ANEEL*.

Tem outras coisas que ele aponta que são até interessantes. Uma delas: *self-dealing*. A CEMAT compra energia de Lajeado, que é dela. A tarifa era de 95 reais. Depois de um tempo, aparentemente, passa a 125, seguindo um reajuste dito do IGP-M.

Mais interessante ainda: a CEMAT, quando foi privatizada, tinha um conjunto de usinas de pequeno porte, cerca de 29 megawatts. Essas usinas ela tirou de dentro da concessão, criou uma empresa fora dela, pertencente a ela, e aí, valendo-se da possibilidade dada pela lei, contratou essa energia como energia



distribuída a local. A que preço? A R\$225,86 o megawatt. Parte dessa energia não era necessária, e a ANEEL autorizou a que ela comprasse a 225 e revendesse a 80, que é o preço médio. Mais ironicamente ainda, depois, com esse fluxo de caixa garantido até 2027, essas empresinhas, do mesmo grupo, separadas da distribuidora, foram colocadas à venda para um grupo internacional, que comprou o fluxo de caixa.

São investigações muito interessantes, do Dorival, que fez o doutorado na USP conosco e tal.

Finalmente, outra coisa que me deixou estarrecido foi o procedimento que se criou no Brasil para calcular a parcela A e a B, criando uma empresa de referência. Em vez de olhar em cada empresa o que de fato estava acontecendo, a ANEEL, em 2006, criou uma metodologia dizendo que há uma assimetria de informação muito grande. Isso é um conceito técnico do jargão econômico que diz que, de fato, quem opera o negócio conhece muito mais dele do que quem vai fiscalizá-lo. Aí ela resolveu criar uma coisa que os chilenos inventaram na década de 70: as chamadas empresas de referência. Ela, que não consegue entender o que uma empresa real está fazendo — não é que não consegue entender, ela tem dificuldades, como ela diz na decisão —, resolve criar então uma empresa fictícia. Ora, ela não vai ser melhor do que a real quando ela calcula salários dos dirigentes etc. E aí, então, nota-se claramente que há sinergias. Num mesmo grupo empresarial que divide recursos, essa sinergia não é levada em conta. Há um conjunto de fatores. Não dá tempo de entrar em detalhe aqui. O relatório do Prof. Dorival é muito didático. Eu o deixo como contribuição. Mas certamente esse é um problema generalizado que precisa ser visto.

Finalmente, vou deixar aqui um pequeno trabalho técnico. Depois que o Governo Federal anunciou que quer concluir Angra 3 e quer fazer mais... Vejam que eu e o Pinguelli somos engenheiros nucleares com doutorado na área. Trabalho na área há muito tempo. Angra 3 tem uma estimativa de que vai custar 180 reais o megawatt-hora. Com esse dinheiro de Angra 3 — 7,8 bilhões de reais para concluir-la — dá para fazer pelo menos o dobro, senão o triplo da capacidade hidráulica no Brasil.



Pior ainda: recentemente o Governo anunciou que quer fazer mais 4 termelétricas com os franceses, a um custo estimado de 10 bilhões de reais no Nordeste.

Senhores, vamos voltar ao planejamento, olhar o nosso potencial hidráulico, olhar o potencial eólico que está aí com um processo de longo prazo, a contribuição da biomassa, das pequenas centrais hidrelétricas, os programas de racionalização de energia. Há todo um conjunto. É preciso retomar o planejamento efetivo e orientar.

Concordo plenamente e subscrevo a proposta do Pinguelli. Acho que está na hora de retomar em novas bases os conceitos do planejamento, da gestão eficiente e da política energética brasileira, grande parte do que já estava escrito aqui, em 2002, num trabalho de que somos os autores. Os 3 primeiros aqui: eu, o Pinguelli Rosa e o Roberto Araújo, que em 2002 fez um conjunto de recomendações para reconstrução do setor elétrico brasileiro, que, para nossa honra, teve o endosso, aqui no fundo, do Prof. Celso Furtado, então.

Infelizmente, pouco do que foi proposto aqui foi seguido. Por isso, possivelmente, estamos com essa enorme dúvida que os senhores têm. E resolvi trazer mais aqui. Agora me proponho a ajudar a investigar e trazer respostas com o Pinguelli.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de agradecer ao Prof. Ildo Sauer.

Vou passar a palavra ao Relator, mas antes informo que a lista para que os Parlamentares possam se inscrever para fazer as perguntas se encontra ali. Quem não o fez ainda pode fazer.

Com a palavra o Relator, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, certamente esta tarde foi de muita valia para todos nós que queremos ter esse entendimento do que o setor elétrico faz, de como está se portando, já que quem está pagando a conta são os produtores nacionais e o povo brasileiro. Portanto, acho que este momento é muito salutar, principalmente quando vejo aqui o nosso sempre Presidente Arlindo Chinaglia, que contribui muito para esta Casa, que levará certamente ao Governo,



ele que tem acesso direto, algumas diretrizes. Acho que está na hora de o Presidente Lula dar ao povo brasileiro isto que tanto está esperando: transparência nas tarifas de energia elétrica.

Se não estamos podendo nos entender, se nós, hoje, tendo aqui, para alegria de todos nós, esses 3 palestrantes que são referência no mundo em energia, não estamos podendo ter a clareza, a transparência e o papel principalmente da ANEEL dentro do sistema nacional, certamente teremos que nos debruçar na investigação, buscar a razão de termos neste momento os valores multiplicados incessantemente. E, acima de tudo, pelos estudos que nos apontam agora, os valores nos próximos anos vão nos proibir de ter produção nacional. É um momento de muita valia para todos nós. Não teríamos como agradecer a cada um dos senhores.

Começaria pedindo desculpas pelo atraso no início, pelos momentos que passamos até aqui para ouvi-los, o que era de suma importância para todos nós. Portanto, em nome de todos os Parlamentares desta Casa, o nosso agradecimento, em nosso nome e em nome daqueles que esperam uma resposta do Congresso Nacional.

Dr. Pinguelli, ao senhor, que nos ofertou aí momentaneamente, eu pediria que pudesse, em breve tempo, talvez nos pontuar qual seria o modelo para alavancar os investimentos de que necessitamos e qual seria a melhor moldagem que se poderia praticar dentro do sistema elétrico, pegando geração, produção, todos os setores que fazem com que chegue à ponta a energia elétrica, com todas as garantias de que não teremos apagão no futuro, e também de que os investidores não serão esses especulativos aí que estão ganhando mais do que os bancos, pelos nossos cálculos. Os bancos, hoje, estão perdendo para aqueles que aplicam no setor elétrico, principalmente nessa cascata que estamos vendo aí. Portanto, pediria que o senhor pudesse ainda nos ofertar, em alguns momentos, essa moldagem, para que pudéssemos fazer o encaminhamento de alguma investigação e alguns procedimentos.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Bem, a questão da tarifa está dependendo disso tudo, ela é o produto final do funcionamento do setor como foi descrito. Eu acho que, na geração, um ponto importante era dar um papel à ELETROBRÁS semelhante, guardadas as devidas proporções, ao da PETROBRAS no setor de



combustíveis fósseis, petróleo, gás natural. Ou seja, a ELETROBRÁS, não ela em si, mas o conjunto das empresas que a compõem, como Furnas, etc., tinha que ter um papel dinamizador do investimento, em particular buscando as energias renováveis, em particular a hidraulicidade mesma.

Por exemplo, não tem sentido, no caso do Rio Madeira, 2 empresas da ELETROBRÁS competirem uma com a outra, como minoritárias num grupo. Não tenho nada contra o grupo, inclusive foi um grupo francês que ganhou uma das licitações, com uma das empresas ELETROBRÁS como sócia. Uma foi a CHESF, outra foi Furnas. Era melhor, como era nossa ideia, juntar essas forças e, em vez de propiciar o lucro maior do grupo privado, diminuir a tarifa.

Não é nenhum absurdo a ELETROBRÁS — está registrado aqui — ter um lucro de 6% sobre o seu patrimônio líquido. O que é absurdo é ter 100%, 30% em outros casos. Então, uma empresa como a ELETROBRÁS poderia ter um papel diferente. Quer dizer, o Estado assumiria um papel mais importante dentro de uma filosofia. Eu acho que aí tem que mudar o modelo de serviço público. Eu acho que o setor elétrico deve, sem eliminar uma componente inevitável de mercado, porque há várias empresas que funcionam e dependem da energia elétrica, ter um papel primordial no serviço público. Eu acho que essa é uma mudança fundamental.

É claro que várias coisas têm que vir juntas. O planejamento tem que dar mais prioridade às energias renováveis, a começar da hidrelétrica no Brasil. A EPE tem que mudar a maneira de fazer os planos que conduzem aos leilões.

Eu acho também que, no caso da transmissão, essa segmentação da licitação, colocando várias empresas no mesmo trecho, fazendo, como o Roberto mostrou, a confusão nas conexões... E uma tarifa de transmissão alta também. Devia ser mudado. Eu acho que, no caso, devia se juntar geração e transmissão numa atividade única.

A distribuição teria menos mudanças conceituais. Seriam mais mudanças tarifárias. Eu acho que, pelos lucros mostrados aqui nessas tabelas, está super-remunerada a distribuição de energia. Aqui é atividade mais simples. É só pegar a energia gerada e transmitida e fazê-la chegar aos locais do seu consumo.

Eu acho, então, que essas medidas poderiam acertar o passo na direção das mudanças que são necessárias. Eu tenho impressão de que isso exige uma



discussão com o Governo. O Governo tem que estar interativamente... Não temos aqui uma fórmula milagrosa: vamos mudar tudo. Não, não é assim. Eu acho que também têm de participar dessa discussão os agentes do setor que estão empenhados aí.

Finalmente, o mercado livre tem que ser outra coisa. O mercado livre tem que ser um cobertor de ajuste, e não pode estar abrigando 25%, ou mais do que isso até, do consumo de energia elétrica do Brasil. O mercado livre tem que ser disciplinado. Ele expõe todo o setor ao risco, porque nós não podemos desligar as empresas, porque as empresas são produtivas, geram emprego, geram impostos, geram a riqueza do País. Então, não é possível dar soluções drásticas, como a de, quando houver necessidade de energia, desligar as empresas. Elas têm que ser disciplinadas para estabilizar esse sistema, que fica muito instável com esse mercado livre funcionando como funciona. Então, ele também deveria ser mudado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Muito obrigado.

Dando seguimento, quero me dirigir ao Dr. Roberto — agradeço muito a sua vinda aqui, já que nós completamos; acho que a fala dos 3 foram complemento um do outro. Isso, foi muito importante para todos.

O serviço pelo custo não levaria a uma generalização da ineficiência, uma vez que não há incentivo à eficiência quando as tarifas são definidas pelo custo de serviço? Essa é uma pergunta que eu faria ao senhor.

E já faria imediatamente outra. Quais sugestões teria para aprimorarmos o modelo do setor? Que garantias teríamos de que as tarifas seriam reduzidas?

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Essa discussão ocorreu muito na década de 90, sobre o fato de que o serviço pelo custo seria uma visão retrógrada a respeito dos setores elétricos no mundo. Mas, quando você olha o quadro geral, vê que isso não é verdade. Eu citei aqui o caso de vários Estados americanos. Existe uma lei americana chamada Public Utility Holding Company, de 1935. Se vocês entrarem na página chamada Citizen.org, que é uma organização não governamental que olha essas questões, vão ver lá que o que eles dizem é o seguinte: nenhuma empresa americana que obedece à PUHCA, a Public Utility Holding Company, falhou. Ao contrário, as empresas que não seguem essa lei faliram, como foi o caso da Enron.



No caso das hidrelétricas, mesmo que você seja altamente ineficiente, pelo fato de uma hidrelétrica durar 100 anos, fica evidente que, se você tiver uma contabilização da amortização do investimento e depois isso seja revertido — não precisa reverter para tarifas baratas; talvez os Estados Unidos possam fazer isso, baratear as tarifas, mas talvez nós podíamos capturar uma diferença, essa diferença das usinas amortizadas num fundo público que podia reverter. E aí não deixar que isso fosse capturado privadamente, e, por exemplo, compensar os gastos que nós temos que ter com a Luz para Todos, com a baixa renda, como PROINFRA, e assim por diante. Ou seja, o sistema brasileiro, por um lado, tem enormes custos, enormes itens de subsídio, mas, por outro, tem uma espécie de ralo, por onde o dinheiro sai.

Acho que essa discussão de custo público de serviço não está terminada no mundo. E, evidentemente, dependerá da eficiência e da capacitação das agências reguladores. Pelo que eu sei, a ANEEL é a Agência Reguladora que tem menos funcionários no Brasil. Todas as outras têm mais funcionários. Acho que a ANEEL só tem 300 funcionários. Uma das críticas que se faz muito é o tempo que leva a ANEEL para examinar um projeto. Então, eu acho que o custo de serviço será bom ou não dependendo da eficiência e da capacitação do regulador. Se tivermos uma Agência Reguladora ineficiente, que não consiga entender quais são as contabilidades que têm de ser feitas, realmente a gente vai perder. Desculpe-me, a sua segunda pergunta ...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O regime de serviço pelo custo não levaria a uma generalização de ineficiência?

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Essa eu respondi. A segunda?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Quais sugestões teria para aprimorarmos o modelo do setor e que garantia teríamos de que as tarifas seriam reduzidas?

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Vou responder uma coisa muito conceitual. Entenda o seguinte: não tem importância nenhuma de as usinas, as barragens, os geradores e as turbinas serem privados. Não há problema. Mas a água que passa por ali não é privada. A água é nossa. E, no caso do Brasil, sendo um país tropical com diversidade hidrológica, com variações de energia enormes, ou seja, tem anos em que não precisa de nenhuma outra forma de energia a não ser a



água. Se isso se transforma numa vantagem, isso não pode ser capturado privadamente.

Então, nós, em 2003, já no Governo Lula, achamos que o racionamento tinha sido um impacto suficientemente grande para que propuséssemos uma mudança, mesmo que fosse gradual. Todas as usinas seriam contratadas pela potência. Por exemplo, temos uma coisa chamada energia assegurada, aquele certificado de energia. A gente não encontra essa energia assegurada em nenhum manual de nenhuma usina. Ela é uma invenção da nossa burocracia elétrica. A potência de uma usina, você entra numa usina, está lá na máquina.

Então, se as usinas fossem remuneradas pela potência, além da vantagem de conseguirmos capturar a vantagem da mudança de água, porque ela não seria capturada pelas usinas, o investidor teria a certeza de que, mesmo que houvesse uma diminuição da capacidade hidrológica, não teria risco hidrológico, e a receita dele seria constante, porque proporcional à potência. Em vez de contratar a energia, se contrataria a potência.

E sugerimos também que houvesse um comprador único, ou seja, uma entidade que, além de operar e de comercializar, planejaria o sistema, porque não existe essa separação. Na realidade, quem opera e quem planeja praticamente usa os mesmos modelos. São apenas pequenas diferenças. E não se consegue separar a comercialização da operação, tanto que os comercializadores fizeram enormes críticas ao Operador Nacional do Sistema sobre a maneira de operar, que era uma hipótese de completa separação.

Então, essas hipóteses não estão funcionando no Brasil. Isso foi sugerido. Evidentemente que isso daí implicaria uma mudança institucional um pouco maior. Mas nós achávamos, e estávamos errados, que o racionamento não foi suficiente ainda para mobilizar as pessoas para fazer um modelo mais encaixado na realidade brasileira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Muito obrigado.

Eu só queria dizer ao senhor que, imediatamente, solicitaremos à ANEEL os dados anteriores a 2003 e que eles ficarão aqui livres para pesquisa e para o estudo dos senhores também.



Dr. Illo, para esquentarmos um pouco. O mercado negro fraudou o processo. O mercado de energia deveria ser extinto, ou o senhor acha que a inovação, através do planejamento, das demandas futuras, desse monopólio maquiado, faz com que a gente suscite ou tenha certeza de que a ANEEL está prestando um desserviço à Nação brasileira?

O senhor poderia discorrer sobre esse tema?

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Veja, a questão do mercado livre é, como o chamei, um cavalo de Troia, que acabou sobrevivendo à era Fernando Henrique, entrou no novo modelo, tênue e pequeno, como mostrei — quase ninguém em 2003 —, e, de repente, no caldo de cultura, na sobra de energia da descontratação, no caldo do PLD, floresceu que nem um cogumelo. Em pouco tempo, já 25% de toda a eletricidade brasileira estava no mercado livre. E algo muito grave: estava pendurado nele lá talvez mais da metade do PIB industrial brasileiro.

De maneira que, como tentei mostrar antes, o mercado sinalizava, para aqueles que se mantinham contratados no mercado regular, pagando tarifa cheia, que equivalia ao custo, porque me parece adequadamente calculado pela ANEEL, que poderiam estar pagando a metade. Só que essa metade não refletia os custos. De maneira que era uma distorção inaceitável, criada por uma conjuntura que já leva 6, 7 anos agora, e que produziu enormes prejuízos.

Quando eu mostro a rentabilidade do setor elétrico é porque, possivelmente, as geradoras, que foram obrigadas a vender próximo do custo para manter o mercado regulado e compensar as heranças caras das usinas térmicas do VN Térmico e outras coisas mais, e porque parte da energia delas foi canibalizada indo para o mercado livre. É por isso que elas têm a rentabilidade baixa e não têm recursos acumulados para voltar a investir. É só verificar os balanços das estatais, algumas delas com prejuízos sequenciais. Mas isso é parte da gestão. Primeiro, que o mercado livre, na minha opinião, e estamos dispostos a contribuir nessa análise detalhada dos dados para confirmar essa hipótese...

Aqui já me referi a uma carta ao então Ministro de Minas e Energia, em final de 2006, 14 de novembro, dizendo que havia um problema que precisava ser visto, que alguém que tivesse os dados teria de dar uma olhada. A coisa só se agravou de lá para cá. De maneira que o mercado livre, do jeito que é no Brasil, é uma



distorção, porque ele foi criado teoricamente livre, só que não havia risco para ninguém que entrasse nele. A energia estava meridianamente assegurada e os preços baixos também. Essa é a grave situação que se criou, uma função de transferência econômica. E o mercado livre, com esse processo todo, virou uma verdadeira cavalaria de transferência econômica das geradoras públicas, dos investidores, que gastaram seu capital e não o recuperaram adequadamente, para os grupos. E alguns não foram nem grandes consumidores, alguns deles foram comercializadoras, meros intermediários, gente com uma secretária, um telefone, fazendo *brokerage*. Parecia que estavam na Bolsa de Nova York: compravam aqui e vendiam lá. Quando deu aquele pico no final de 2007, algumas delas quebraram. Hoje, há enorme quantidade de processos judiciais. Porque, enquanto eles ganharam milhões e milhões, comprando a 20 e vendendo a 60, a 70, acumularam. Na hora em que o pau comeu, eles não pagaram. E hoje está na Justiça. É só verificar lá na CCE. Não liquidaram seus débitos. Alguns devem 180 milhões de reais lá. E só ver.

Então, esse sistema não é condizente com o sistema onde se quer, primeiro, expandir, na melhor trajetória possível, a produção de energia, num conjunto de atributos de política pública, meio ambiente, modernização tecnológica, etc. De outro lado, quer atender, com segurança, a toda a demanda para evitar novo racionamento. Achei que essa página estivesse virada.

Em 2007 e no ano passado inteiro nós queimamos 2 bilhões de reais em combustível, que foi transferido como encargo a todo mundo, por medo de que, se a economia continuasse crescendo, faltasse energia. E eu atribuo isso à insegurança do fato de que os livres não têm obrigação de contratar. E eles dizem: “*Estamos respaldados na lei. A lei nos diz que temos de comunicar ao IPEA quanto vamos consumir. Disponibilidade de energia é problema do Governo*”. Esse é o jogo que está sendo jogado e tem sido imposto por ações que muitas vezes se aproximavam do assédio moral, ao ponto de as estatais garantirem, como o caso que eu mostrei aqui, de a PETROBRAS garantir gás, garantir energia sem ter vendido e foi forçada a assinar um termo de compromisso que, se não era ilegal, no mínimo era duvidoso.

Nesse sentido, acho que esse mal tem que ser extirpado. Isso não quer dizer que nós sejamos contra o capital privado. As geradoras podem ser privados, o



consumidor pode ser privado. Qualquer coisa. É preciso remunerar adequadamente todos eles. Não se pode converter uma franja de 25% da energia elétrica brasileira, que comanda mais da metade do PIB industrial, num cassino, onde quem não entra é visto como ineficaz, como menos capaz de se apropriar das oportunidades que o mercado oferece. Mas, depois que ele entra, não tem como sair. E não tem como sair porque, quando ele vê que há dificuldades, o preço está lá em cima e ele não tem como contratar, a não ser por um preço elevado; quando o preço desce, ele continua lá. Então, é um incentivo perverso criado legalmente. Portanto, é uma situação que precisa de urgente correção. E a solução para isso é muito simples. O mercado livre quer continuar? Continue, mas priorizemos os melhores investimentos para o serviço cativo público, e ele, se quiser, fique pendurado na rede, sugando água, cuja consequência futura não se sabe qual é. Tem que ter registrada a garantia de que ele comprou uma usina, cuja construção e disponibilidade é assegurada por uma fiscalização eficaz do agente fiscalizador, que é a ANEEL.

Nesse sentido, ele pode continuar. Do contrário, não é possível, porque ele se transformou em um processo duplamente perigoso. Primeiro, porque está sugando o excedente econômico das estatais, que não está indo para subsidiar o mercado cativo. Segundo, está colocando em risco a segurança do abastecimento, pela falta de transparência. Então, essa mudança é urgente.

Quanto ao modelo futuro, como dizia ao Roberto antes, grande parte do que nós propúnhamos está aqui. Não se discriminava capital privado nem estatal. Todo mundo pode contribuir para construir as novas usinas ao menor custo. Dada a circunstância de que não se conhece hidrologia, a solução mais simples é socializar o custo da capacidade das térmicas, da transmissão e das hidráulicas, e o combustível é dividido entre todos, sempre que ele for necessário. É o modelo mais simples. Não precisa criar um grande cassino complicado, cheio de contratos, cheio de risco, pendurar parte da geração numa cadeia de contratos que vão para a Bolsa de Nova York, mercado futuro de combustíveis, mercado futuro do diesel, do óleo combustível, do gás natural liquefeito. Nós criamos um ritual, uma parafernália que alimenta uma burocracia empresarial necessária para proteger cada um seus riscos. Analistas de investimento, advogados, contratos para fazer uma coisa que é extremamente simples e que já vinha sendo feita. E sorrateiramente, felizmente, o



ONS ultimamente vem fazendo isso, voltou a operar o sistema por uma curva guia. Toda vez que os reservatórios estão abaixo de certo limite, ele não olha mais o que diz o programa de computador: manda o pé nas térmicas para garantir. De maneira que ele está fazendo isso na marra, e ele está correto nesse sentido.

Grande parte do que nós tínhamos a dizer hoje já dissemos em 2002, como eu referi antes, está aqui, é só recuperar essas propostas. Quando o senhor fala dos custos dos serviços, eu quero dizer ao senhor que hoje, como existe nos contratos de concessão, o Brasil tem uma coisa esdrúxula. Entrou no mercado, entrou na reestruturação do setor elétrico dizendo que criaria tarifas preço-teto por incentivos. Isto é, o concessionário tem aquele preço máximo, ele tem o direito de ser eficiente, e, no futuro, a ANEEL vai lá e come uma parte da eficiência a favor do consumidor. Aconteceu o contrário. Só que, em paralelo, nós colocamos outro negócio, garantimos equilíbrio econômico financeiro. De maneira que o que nós fizemos na prática foi o seguinte: reduzimos a capacidade do regulador participar do controle e da verificação do que está acontecendo nas contas da empresa. Criamos até uma empresa de referência, que é uma ficção literal, para orientar a decisão, e, de outro lado, garantimos o equilíbrio econômico financeiro, que é muito importante para esta Comissão também. Porque, ao longo do tempo, quando o Risco Brasil era elevado, as tarifas foram explodindo, porque todo o capital alocado é remunerado pelo custo médio do capital. Como agora o capital está caindo, o Risco Brasil diminuiu, os capitais estão com um custo bem menor, é necessário fazer várias coisas. Primeiro, fazer uma revisão tarifária extraordinária, na minha opinião, para rever a base de capital de todas elas, porque toda vez que tem um fato extraordinário, que muda o custo da geradora, da transmissora ou da distribuidora, ela vai à ANEEL.

Agora um fato extraordinário: o custo do capital caiu, tem que revisar as tarifas. E, acima de tudo, as tarifas de transmissão, porque muitas delas tem custo de capital de 14%, 15%, rentabilidade de 20% ao ano. E, em geral, uma outra simetria: a grande transmissão brasileira é a antiga estatal: a nova são um monte de empresinhas que entraram, foram chamadas — é legítimo o direito de elas participarem. No ambiente em que elas entraram, o custo de capital era elevado; só que agora o custo do capital é bem mais baixo. E essas coisas os senhores podem propor: uma revisão tarifária e uma legislação que obrigue a mudar a estrutura de



custo, porque para transmissão e para geração elétrica o maior custo é o de custo de remuneração do capital envolvido e o processo de depreciação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Ildo, só para não deixar sem ouvi-lo para depois ouvir os nossos brilhantes Deputados. Os contratos de emergência só servem para pura especulação. As outras políticas nos trazem alguns temores, já que alguns entes hoje do Governo, algumas empresas do Governo estão cada vez mais sem condições de fazer injeções financeiras para seus investimentos. Ante a especulação que está sendo colocada, ante essa bolha que estamos vendo aí, dos leilões, as reservas, essa modelagem, para pura especulação que nós estamos constatando aqui, conta com a bênção da ANEEL?

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Eu acho que a ANEEL, em algumas situações em que ela tem deficiência de quadros, como foi dito aqui, tem se pautado como um órgão técnico que foi sendo criado e treinado para cumprir um papel institucional. Há situações particulares, uma delas que apontei aqui, do Mato Grosso, em que um colega apontou dúvidas sobre o que foi feito ou deixado de fazer. Mas a ANEEL, como instituição, acho que alguém tem de vigiar a qualidade da energia e velar pela execução das normas e contratos. Se a ANEEL tem problemas, temos de corrigi-los. Eu não vejo. Acho que o nosso maior problema, como apontei hoje aqui, é de política e de gestão de energia.

Todos os fatos que eu trouxe aqui, a manutenção de energia emergencial até 2006 comendo 6,2 bilhões de reais sem necessidade e sem benefício, foi uma opção, foi uma escolha. Na minha opinião, na PETROBRAS foi feito diferente: nós revisamos os contratos imorais. Esse foi mantido, não sei por que. Quem fez, tem de explicar. A pressão sobre a PETROBRAS e sobre outras empresas, para que elas mantivessem um colchão de reserva, veio das esferas políticas, não veio da ANEEL. É claro que a ANEEL, de vez em quando, foi instrumentalizada junto com o ONS, junto com a EPE, no Comitê de Monitoramento Setor Elétrico, para viabilizar certas coisas que não foram feitas.

Agora, quanto aos investimentos, empresas como a PETROBRAS e outras têm capital para investir, e tem de ser um capital respeitado. Não dá para investir 3 mil megawatts de energia disponível a um custo anual de 1 bilhão e meio de dólares e não ter remuneração nenhuma, como eu mostrei em uma das cartas que eu lhe



entreguei. De forma que hoje parte do sistema elétrico brasileiro está descapitalizado, sim. O baluarte, como disse o Pinguelli, era o Sistema Eletrobrás, antigamente com reputação e pujança até superior à da PETROBRAS. Ele não foi reconstruído, mesmo com a efêmera passagem na sua presidência do Prof. Pinguelli, no começo de 2003. Por quê? Porque as políticas necessárias para recuperar — eu noto — a manutenção desse modelo mercantil especulativo como orientador dos investimentos da operação do sistema foi uma opção política. Medo, talvez, de passar a borracha em algo que deu errado e não agradar a um conjunto de agentes que estavam se beneficiando e aplaudindo. Aplaudiram, e com razão, porque ganharam muito, mas a responsabilidade é de quem fez isso, de quem permitiu que fosse feito.

O nosso grande patrimônio são as estatais elétricas ainda, sem prejuízo e sem demérito da participação do capital privado na expansão. O modelo é simples. Vamos planejar o que precisa ser feito, quanta energia precisa ser contratada, recuperar a capacidade do Sistema Eletrobrás, recuperar o planejamento público, porque o que a EPE faz hoje é uma espécie de terceirização do planejamento. Interessante, isso. Tirou-se dos agentes públicos dizendo que queriam alguém mais neutro, que a EPE, aparentemente, tem mais confiança do mercado. São todas coisas que estão subjacentes ao discurso, que poucos têm coragem ou vontade de explicitar publicamente, mas que estão na origem da situação que nós vivemos hoje. É isso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Muito obrigado, eu volto a dizer que certamente, numa nova oportunidade, se for possível, nós estaremos com os senhores para nos debruçar sobre um entendimento a ser tomado no nosso relatório. Muito obrigado, Sr. Presidente, e eu devolvo a palavra ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de fazer uma referencia ao 3º Secretário da Casa, Odair Cunha, e tenho certeza de que vai ser consenso de todos passar a palavra ao nosso sempre Presidente Deputado Arlindo Chinaglia, que está inscrito para apresentar sua colaboração.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar os 3 expositores, a quem conheço e respeito de longa data. E creio que a abordagem sistêmica que fizeram dá uma



demonstração da importância do setor e também faz aí uma avaliação que vou chamar de histórica, talvez com erro na formulação, e que analisa o que aconteceu no Brasil nos últimos 10 ou pouco mais anos e compara com o que aconteceu e acontece em outros países. Portanto, eu creio que trouxeram subsídios relevantes para a reflexão desta CPI.

Eu queria indagar o Prof. Pingueli Rosa — parece uma provocação, mas não é. Pela exposição que o senhor fez e, depois, de certa maneira, foi referendado posteriormente, estaria havendo, na sua opinião, no setor elétrico, um benefício cruzado às avessas? O benefício cruzado, no antigo modelo, quando não havia o mercado livre, antes da privatização, visava baratear o custo da energia para os mais pobres, ainda que isso, por exemplo, no plano regional, ainda aconteça no presente momento. Agora, quando o senhor, no início da exposição, disse que a tarifa é cara quando colocada na rede, mas ela não é cara no mercado livre, me ocorreu esse tipo de abordagem, para ver se é isso mesmo.

E para o conjunto de expositores. O Prof. Ildo Sauer agora disse — eu não anotei e nem vou lembrar — que é simples, que tem de fazer isso, isso e isso. O objetivo da CPI, evidentemente, é dar a sua contribuição para melhorar também o sistema. Talvez fosse o caso — eu não participei de uma sessão anterior da CPI — de nós ouvirmos aqueles atores, conforme os 3, de maneira direta ou indireta propuseram, talvez, o Prof. Ildo tenha sido mais direto, até para que a gente vá analisando e fazendo eventuais contrapontos. Porque na próxima semana vai vir aqui o Presidente da ANEEL.

O que eu retive, entre outras questões relevantes, é que a ANEEL tirou do sistema o preço da energia antiga e, a partir daí, evidentemente, como vocês comentaram, não aparecem os aumentos dados, e parece, então, que estaria dentro do razoável, mas levando em conta o tempo anterior, a energia velha, não estaria.

Finalmente, eu queria perguntar o seguinte: o Prof. Ildo fez referência àquele modelo de cálculo do valor da tarifa. Eu não sei se eu entendi bem, por isso a pergunta. No início, como parte da explicação, o senhor falou que contabilizaram usina da Argentina, que não poderia fornecer usina; contabilizaram não sei o quê da Bolívia, que não poderia fornecer. E lá no final — repito, eu não sei se eu entendi bem, eu não sou da área — disse que, quando se oferece uma suposta ou



segurança ou fornecedores, aquilo dá uma garantia e isso aumenta o preço da energia contratada das termelétricas. Eu, provocativamente, queria perguntar se isso é domínio da própria ANEEL, se isso é de domínio da empresa que teria que fazer o planejamento, porque eu penso que aí estaria um ponto a ser analisado, uma vez que isso implica diretamente no preço da tarifa, que é o objeto desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Luiz Pinguelli Rosa, para responder.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Obrigado. Eu acho que há benefício cruzado. Existe, como você falou, o correto, que é o Luz Para Todos. O Luz para Todos está financiado pelo sistema, como o Roberto e o Ildo mostraram naquela dissecação do que nós pagamos na tarifa. Também a tarifa social que existe para quem consome muito pouco é um subsídio, é um benefício cruzado, vamos chamar assim, um subsídio. Também a CCC. A CCC é mais polêmica, mas em boa parte ela financia o combustível para os sistemas isolados, que são áreas — tirando Manaus, que é uma cidade economicamente muito ativa e está nessa categoria — realmente pequenas, localidades em que é muito difícil ser econômico nelas.

Agora, o que eu entendi que o Deputado está interessado é sobre como é que o mercado livre se beneficia. É figuradamente como...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O benefício cruzado, vamos agora precisar, seria o Robin Hood às avessas.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA.- É o Robin Hood às avessas, porque é um benefício cruzado, porque acaba que uns pagam muito para outros pagarem pouco. Na realidade, essa operação do mercado livre, como acabou sendo feita, beneficia muito mercado livre, e ele se beneficia do sistema.

O conceito de mercado livre originalmente era um empresário bastante grande que preferia, ao invés de estar subordinado a um sistema com regras, prover sua energia. Ele pode até ser um autoprodutor, não é bem o caso, mas ele pode ter os chamados produtores independentes que geram a energia para ele. Ele compra e acabou. Mas não é bem assim. As comercializadoras fazem o cruzamento. Elas compram energia do sistema e vendem para esse mercado livre que acaba, sim, sendo beneficiado às custas do sistema.



Então, eu acho que é assim, esse benefício cruzado às avessas. Eu acho que isso é um grande problema. E isso causa essa insegurança. Porque você não vai dizer o seguinte: “Se *faltar energia, desliga as fábricas*”. Você não vai fazer isso. Que Governo vai fazer isso? Porque isso significa desemprego, perda de produção. Então, as empresas não podem viver dessa forma. Eu acho que esse mercado livre tem um papel perverso.

E, mais ainda: quando a energia fica muito cara em proximidades de escassez, eles reclamam, como o Roberto mostrou, dizendo. “*Bom, agora eu não quero mais ser mercado livre*”. E fazem até apelo para intervenção do Estado, que é um pouco a tradição brasileira. É um empreendedorismo meio dependente do Estado. É muito liberal na hora da festa. Mas, na hora da dificuldade, todo mundo é estatista para arrumar um dinheiro. Não só no Brasil. A General Motors virou uma empresa estatal americana, e os comentaristas econômicos continuam fazendo louvação para o neoliberalismo, como se nada tivesse acontecido. Então, eu acho que acontece, sim, isto.

E falando da outra pergunta geral, de fato é sem nexo você criar uma energia de reserva para segurança. Já foi sem nexo na época de 2001. Porque nós já pagamos isso. O que nós pagamos na tarifa inclui a segurança. Então, a tarifa cobrada e regulamentada pela ANEEL é incluindo a garantia do fornecimento. A não ser por motivos naturais, incontroláveis, se justifica a falta de energia. Então, não tem sentido cobrar a mais para dar segurança. Eu acho que, se tivesse que cobrar mais, devia cobrar, sim, do mercado livre, porque ele está se valendo, através das comercializadoras, da variação da energia elétrica e subtraindo parte dela, diminuindo a segurança do sistema, até porque ninguém vai mandar desligar as empresas. Só faço uns comentários.

A ANEEL é uma atriz secundária em tudo isso. Eu não vou dizer que não tenha a verificação da correção da aplicação dos cálculos, essa empresa virtual, essas maluquices, mas o problema é maior. O problema da tarifa está no sistema, na política de energia elétrica que foi adotada no Brasil, que está errada e tem que ser corrigida. Não é para virar às avessas. Eu acho que há coisas corretas, como foi citado o Luz para Todos. O Luz para Todos foi importante. É importante, sim, a tarifa social. Eu acho que a suspensão do processo de privatização foi importante.



Eu acho que essas grandes estatais de energia elétrica podem ter um papel estabilizador importante no sistema, como é o caso do petróleo. O que seria de nós se não tivesse a PETROBRAS neste jogo do pré-sal? Primeiro, não teria sido descoberto o pré-sal; segundo, ele seria um festival, com todo mundo enfiando canudinho para chupar o petróleo e levar embora. Só não é assim porque há uma PETROBRAS atuante. Eu acho que o setor elétrico precisava desse papel, dessas estatais, principalmente federais.

E aí eu acho que é um outro erro político que está se cometendo. Só chamo a atenção para não irmos procurar o bode expiatório na ANEEL e no cálculo disso ou daquilo. Existe uma filosofia que tem de ser corrigida; senão, perdemos a vantagem comparativa de termos num dos maiores potenciais hidroelétricos do mundo, como foi mostrado aqui, e utilizarmos muito menos do que outros países, que tem menos do que nós e utilizam mais. E, ainda com esse problema ambiental que está hoje em foco, vamos aumentar as emissões brasileiras de gás do efeito estufa, se nós passamos a gerar muita energia elétrica com um combustível fóssil em proporção maior do que se devia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Prof. Ildo Luís Sauer.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - É um privilégio estar aqui com o Deputado Arlindo Chinaglia. Eu o cumprimento pessoalmente, porque tive o prazer de ajudar inaugurar hoje um dos grandes benefícios na infra-estrutura da Câmara com o novo restaurante do SENAC. O Pinguelli, o Roberto e eu agradecemos a sua inovação: uma escola substituindo um escândalo.

Sr. Deputado, eu comprehendo que nós 3, embora sem ensaiar, tentamos colocar uma visão em seqüência. O assunto é relativamente árido e complexo e chama a atenção. Embora muito importante para a população, para todo mundo, o povo só fica sabendo se tem risco de “apagão”, se não tem “apagão”, ou se a luz está muito cara ou não está. No meio, tem um monte de questões que exigem uma acuidade importante, que dependem muito menos daqueles que estão operando e fiscalizando, como é o caso da ANEEL, da própria ANS, e depende muito mais de uma visão política e de gestão e orientação. Eles são atores que operam. Quem cria as grandes regras e normas é o Governo e o Congresso. São os Deputados e



Senadores com o Governo, adotando uma visão de mundo sobre o que fazer na energia.

Compreendo que há complexidades, e por isso vou tentar explicar. Primeiro, a tarifa final da energia elétrica é produto de um conjunto de atividades. Primeiro, a geração. Eu me detive muito mais na geração, embora para o consumidor final ela, em média, represente apenas um terço do custo final. Se paga 350 reais para cada mil quilowatts/hora, cem, cento e pouco é da geração — eu mostrei 109 aqui. Aí vem a transmissão, vem a distribuição, aí vem aquela montanha de encargos que foram sendo empilhados, vem uma montanha de penduricalhos que foram criados, alguns deles eu mostrei aqui, que eu não entendi. Por que foi mantido em gênero emergencial, se não precisava? Se estava sobrando energia, por que manter o emergencial? Por que não mudou. Pior, pagou o triplo do que valia, e o troço foi desmantelado. Essa é a pergunta atroz. Mostrei outros. Por que vende energia para alguns a um preço muito mais abaixo do que o custo e não deixa essa energia ir para o outro lado? Na geração, qual é o modelo? Contratação hoje de longo prazo — 15 anos para térmicas, 30 para hidrelétricas, uma espécie de concorrência. A concorrência vem sendo “fraudada”, entre aspas, porque há um número extremamente importante, chamado Fator de Despacho previsto para as térmicas que provavelmente não corresponde à realidade. Isso foi provado no passado, quando elas operaram o ano inteiro, praticamente, por algum problema.

Existe um programa de computador chamado Newave que olha a previsão de chuvas do futuro, a previsão de consumo elétrico no futuro, estoque de água hoje, a capacidade existente de produzir e orienta. Toda semana, o Operador tem que escolher se ele opera térmicas ou não opera térmicas. Porque, se ele opera térmicas, ele guarda água, mas tem o risco: no futuro, essa água pode ser jogada fora, como está acontecendo agora. No ano passado, nós queimamos 2,3 bilhões de reais de combustíveis, criamos um tumulto na área do gás, confusão enorme; agora, está sobrando gás e a água está sendo jogada fora. Pode até ser circunstancial, não me parece.

Então, nesse sentido, com esse programa de computador, o Operador tem uma espécie de auxiliar para tomar decisão. Ele ajuda a organizar isso. O que não é correto, o que é um crime contra os conceitos de qualquer economia séria é dizer



que o preço que surge daí, dizer que a água vale muito (vale pouco hoje), que sempre num sistema hidráulico você só pode aproveitar uma parte pequena da água, uma parte significativa. Quando há muito chuva, você não pode valorizar, não serve. Só que o Operador tem que decidir isso. O que foi feito nesse processo, nessa grande astúcia dessa metamorfose. Esse preço calculado, custo marginal de operação, passou a ser metamorfoseado em preço de liquidação diferente, com alguns ajustes, e passou a se utilizar para orientar um monte de decisões, especialmente para o mercado livre. Como sobrou aquele colchão de energia da descontratação, a demanda tinha caído, por causa do "apagão", tinha uma energia sobrando, manteve-se o mercado livre criado antes. Quem podia entrar nele, foi entrando — *"escuta, está garantido que até 2009 não vai faltar energia."* O PLD vai ficar na ordem de 18, 20 reais a maior parte do tempo. Por que eu vou pagar 100, se eu posso comprar a 20. Esse foi grande Robin Hood às avessas, onde o sistema majoritariamente público de geração deixou de receber o preço justo, que remunerasse o capital, a operação, a depreciação etc., etc. Foi para esse grupo de 600 consumidores e grande parte para os intermediários, cerca de 2 ou 3 dúzias de empresas especuladoras. Se era para entregar energia a 20% do custo, que botasse no mercado cativo. Esse é um grande problema.

Daí vai adiante, na outra ponta, essa primeira formação de preço, e o consumo indicativo paga o preço contratado de longo prazo, que recupera os custos. O especulativo pega um fator fictício, que é o cassino da água e de São Pedro, que permitiu transferir 15 bilhões de reais. Isso é sério, está na base dos balanços ruins das estatais elétricas tão caras a nós todos, que poderiam hoje estar capitalizadas, cheias de dinheiro para investir e depender menos de outros capitais para expansão em bases melhores.

Na outra ponta, quando eu falo que, se a energia contratada, com bases em contratos, para o mercado regulado, prevê uma qualidade enorme — por isso ela é cara; só se aproveita água absolutamente garantida nelas; as térmicas também é energia só garantida, e isso tem um custo. Então, se todo mundo contratou o que devia e todo mundo que contratou e que vendeu forneceu e é fiscalizado, não podia faltar, não precisava contratar a energia de reserva que foi contratada. E a distribuição do custo foi 75% para os cativos, 20% para o mercado livre. A energia



de biomassa, bagaço de cana, é muito bom que se contrate. Só que não precisava entrar pela porta dos fundos, entrando de esgueira; podia ter entrado de frente, como deve entrar.

Então, esse é um problema que está colocado. Não sei se consegui explicar essa situação, Sr. Deputado, de como ter um esquema de formação aqui, como lá na ponta, porque a tarifa só vai aumentando, à medida que se vai agregando transmissão, distribuição, penduricalhos. Tudo aquilo que ficou para trás, dos últimos anos, está lá. Eu acho que mais urgente que nunca é mudar esse processo.

Quanto a não privatização, é evidente, Pinguelli, que foi excelente, por não termos avançado as privatizações, que eram um retrocesso enorme. Só que também manter as empresas estatais e criar uma cavalaria, onde parte do que ela produz é vendida abaixo do custo de produção, é um outro processo de transferência do público para o privado que aconteceu. Se é justificado ou não é, cabe aos Deputados investigar aqui a quem cabe essa responsabilidade. Acho muito bom o que o senhor sugeriu, que se chame aqui os verdadeiros inspiradores deste processo para um debate, para todo mundo poder dizer seu ponto de vista, e os Deputados, em nome do povo, julgar e depois mudar o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Roberto de Araújo, para que ele possa também responder às perguntas.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Eu só queria acrescentar. Eu tenho uma... É uma questão de ênfase apenas. Eu acho que nós, no campo do Brasil, temos um modelo, como se fosse um terno, que não encaixa no sistema brasileiro. E nós somos vítimas disso, inclusive o mercado livre. Porque eu não sei se vocês sabem que esse período onde houve a energia muito barata, vendeu-se megawatt/hora a 4 reais, a 16 reais, recorde no mundo. Não existe ninguém no mundo que venda 1 megawatt/hora por esse preço. Esses agentes que ganharam esse dinheiro, quando chegou no final de 2007, eles enfrentaram uma variação para quinhentos e tantos reais. Essas pessoas falem. Portanto, eles são vítimas também. Eu tenho dito isso.

Parece que há um desentendimento de como funciona o sistema brasileiro. Há uma coisa que é preciso entender. Por exemplo, na Inglaterra, se há poucas usinas e a demanda aumenta, o *ex-post* cresce. Se, ao contrário, se há muitas



usinas e a demanda cai, o *ex-post* cai. No Brasil, você pode ter sobreoferta, com muitas usinas, com *ex-post* alto por causa das afluências. Você pode ter suboferta com *ex-post* baixo.

Portanto, esse preço de mercado não significa absolutamente nada. E por que isso virou o paradigma do mercado livre? Por que não se consegue isolar? Porque no mercado livre existe gente honesta, tem gente que faz o seguinte: eu vou entrar em contato com uma usina e vou fazer um contrato deles com 2 anos dentro do mercado livre. Por que acaba virando um paradigma dentro do mercado? Porque há uma liquidação de diferenças. E isso só acontece no Brasil, porque só no Brasil é que uma usina térmica, por exemplo, pode ficar desligada 3 anos e vender energia. E como ele tem que vender essa energia pagando a liquidação com a diferença, isso é transformado para preço.

Então, há uma espécie de vazamento de uma visão de operação para dentro da vista comercial. E olhem o perigo disso. Hoje, há uma discrepância enorme entre a visão do operador e a visão comercial, sendo que o modelo comercial, pretensamente, simula a operação. Então, há essa discrepância muito grande.

Então, veja o problema: se a gente colocou um modelo de operação dentro de um modelo comercial, nós não podemos alterar nenhum critério, porque se eu alterar um critério, eu altero os contratos. Isso é que é grave. Por exemplo, custo do déficit: esse parâmetro, custo da falta de energia, forma o CMO — Custo Marginal de Operação, que vira preço de liquidação de diferença, que vira preço de mercado de curto prazo. Se eu alterar o custo do déficit, que é a coisa mais difícil de saber... Eu não sei quanto é o custo de déficit. Mas, no entanto, a ANEEL diz que custa 2 mil e tanto. Se custa 4 mil, a energia garantida do sistema cai e os contratos caem, a energia assegurada de todo o mundo cai, o certificado pode cair.

Então, nós estamos amarrados. Não podemos mexer em nenhuma regra dentro do modelo, porque nós adotamos um modelo comercial onde o centro, o coração dele é o modelo de operação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu apenas queria, primeiro, agradecer, e fazer um comentário final. Quando das privatizações e quando houve esta queda no preço da energia, o que se comentava, não sei o que tinha de verdade ou não, é que alguns dos compradores queriam devolver as



empresas ou uma delas especificamente, porque estaria supostamente dando prejuízo, o que também já aconteceu algumas vezes no Brasil. Você privatiza e depois, quando ela dá prejuízo, volta para o Estado e assim vai.

Mas, digamos, eu queria apontar o seguinte, veja: se há um tobogã, onde o próprio mercado livre se ressentir, digamos, do próprio modelo, ou seja, vocês foram unâimes, quer dizer, a estrutura do modelo está errada. Esta é a síntese que eu estou até o momento fazendo.

O Dr. Roberto agora disse: “*Olha, mas existe uma amarração jurídica*”.

Pois bem, eu acho que é nosso papel aqui pelo menos tentarmos, e partindo, digamos, desses pontos, ver o que dá para compatibilizar, para atingir o objetivo central de ter um sistema seguro. Aí vamos usar uma palavra talvez um pouco ideal demais, justo. Até onde for possível, fazermos ele justo.

É isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. poderia me informar quantos oradores estão inscritos, porque vejo que já estamos às 18h41min e não sei se V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Temos 6 oradores e vamos fazer blocos de 2 em 2 para que...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ou talvez de 3 em 3, porque seria mais célere, até porque eu terei interesse também de fazer algumas indagações. E me parece que os expositores já começam a dar um pouco a demonstração de cansaço, até porque estão colaborando e muito, e o debate está fluindo com muita clarividência para todos nós. Mas também não poderíamos extrapolar.

Portanto, eu faria essa indagação e V.Exa. responda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos acatar a sugestão do Deputado Cajado e passar a palavra para o Deputado Marcio Junqueira, já que o Deputado Antonio Chamariz cedeu a sua vez ao Presidente Arlindo Chinaglia.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro também quero cumprimentar os expositores pela presença, e dizer que a CPI vai demonstrando a importância para o País de nós observarmos o elevado grau de informações que obtivemos hoje nesta tarde.

Mas eu começo falando de absurdos. O que eu ouvi hoje aqui são verdadeiros absurdos. Falando assim de uma forma bem popular, não é só mais uma caixa-preta o sistema de energia brasileiro, é uma caixa-preta e uma caixa de gordura, uma caixa de esgoto. Tem muita coisa suja que começa vir à tona.

Quando eu ouço esta palavra mercado cativo, eu me lembro de cativeiro, de prisão, de escravidão. E assim é que o povo brasileiro está hoje. O consumidor, hoje, ele é prisioneiro, ele é escravo de um sistema perverso e criminoso, Sr. Relator. Perverso e criminoso, Presidente Eduardo da Fonte.

O que eu noto é que o povo brasileiro, esse que tecnicamente é chamado de mercado cativo nosso, os escravos, nós estamos roendo o osso; e as distribuidoras comendo o filé.

Um sistema que condena o País a não se desenvolver. Isso é muito sério, Sr. Relator. O que nós ouvimos na tarde de hoje não pode, a meu ver, ser encarado como uma aula. Eu escutei aqui denúncias graves que têm que ser apuradas. Há pessoas que estão se beneficiando de forma inescrupulosa. Essa é a grande verdade.

Portanto, eu quero parabenizar e agradecer o serviço que os senhores prestaram hoje ao País, àquele cidadão, como aquele que mora lá no meu querido Estado de Roraima, que está lá indefeso, está lá indefeso, sem sequer saber desses números, dessas contas, dessa maluquice que é para se chegar ao preço da tarifa energética que nós pagamos, nós, o mercado cativo, volto a repetir, os escravos do sistema.

Mas eu inicio perguntando ao Dr. Luiz Rosa: o Governo descontratou essa questão da energia. Eu pergunto de forma direta: por que descontratou? Mesmo orientado a não fazer, ele o fez. Como pode, Dr. Luiz, um mega custar 8 reais e, depois, o mesmo mega custar 140 reais, o mesmo reservatório, o mesmo rio? O que muda? O que faz algo tão absurdo, porque ele custo 8 reais e depois ele passa a custar 140 reais. A água mudou? O que houve?



Quero, de novo, repetir, até porque, como está sendo gravado pela TV Câmara, é importante que o povo brasileiro saiba que vocês possam colocar de forma mais simplista por que se paga uma termoelétrica parada, parada! Só no Brasil mesmo, como os senhores disseram aqui. Mas eu queria que os senhores respondessem de novo como se paga uma termoelétrica parada.

Pergunto ainda: o senhor acredita que existe uma cartelização no sistema de energia brasileiro? O sistema brasileiro é cartelizado? O senhor acredita que as privatizações não trouxeram o benefício prometido?

Para o Sr. Roberto. Dr. Roberto, como o senhor entende essa postura da ANEEL no que diz respeito à tarifa de energia praticada no Brasil de hoje? Qual é a postura da ANEEL? É muito dúbia, a meu ver, mas quero saber a sua opinião.

O senhor afirma que o sistema de distribuição de energia está monopolizado. Em determinado momento, o senhor disse que o sistema de distribuição de energia é hoje um monopólio. O senhor acredita nisso? Por quê? O modelo?

Na semana passada, tivemos aqui uma outra audiência em que o representante das distribuidoras disse que não se recorda... Perguntei a ele se em 2007 e 2008 eles tiveram lucros. Ele disse que não se recorda. Perguntei a ele: o senhor poderia nos dizer se houve lucro e quanto foi o lucro? Ele disse que não tinha esse estudo, não sabia. Pergunto ao senhor, e quero que responda ao povo brasileiro: essas distribuidoras estão tendo lucro? Sim ou não?

Por fim pergunto ao Sr. Ildo Luís Sauer. Como são temas parecidos, eu tinha já elaborado algumas perguntas específicas ao senhor pelo fato de ter sido Diretor de Gás da PETROBRAS.

Então, queria saber do senhor qual é o impacto do preço do gás natural no preço da energia elétrica para o consumidor. Se houve, se existe, qual é esse impacto? O senhor foi Diretor de Gás da PETROBRAS na fase de maior expansão de consumo do gás natural. Hoje, o consumo encolheu e o custo explodiu. O que está errado? O que deve ser feito para reduzir o custo do gás natural e qual a diferença do preço existente entre o gás natural no mercado nacional e o do mercado internacional? O que pode justificar essa distorção de preços?

Por fim, pergunto para os 3 expositores, se quiserem responder, ou para apenas um.



Eu tinha ainda uma pergunta para o Dr. Ildo Sauer. Mas está bom de pergunta, senão não deixarei nada para o Deputado Chico Lopes perguntar.

Na avaliação dos três, o povo brasileiro está sendo explorado no preço da tarifa da energia elétrica? Nós, os cativos, os escravos, estamos sendo explorados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra, agora, ao Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Começo agradecendo ao Relator, ao Presidente, aos companheiros da última reunião por terem aprovado requerimento de grande importância para esta CPI, por quase unanimidade. Só houve um voto contra. Até estranhei, o companheiro do governo, sabendo que nós temos interesse na base do governo de explicitar essas questões, mas em política há coisas que até Deus duvida. Mas vamos em frente.

Queria dizer da satisfação de ter 3 debatedores que pensam, democraticamente, o País. É importante que o debate seja amplo, aberto, mas pensando no País, sem nenhum sectarismo, nada, porque também não devemos ser uma Casa de santos. Há denúncias aí que num país sério, as pessoas envolvidas já estariam na cadeia ou já se teria tomado os bens dele, porque nada disso é feito de maneira ingênua.

Fui Deputado Estadual, comecei essa briga a respeito das privatizações. A COELCE conseguiu tirar todos os medidores. E se a gente não chega a tempo... Vem lá do Chile, que também é dela, porque achava que os medidores estavam superados. Foi dito aí, que é verdade, houve comprovação. Depois, conseguiram botar os medidores numa altura em que só eles iriam saber qual o consumo. É outro tipo de falta de respeito com o consumidor, com o usuário.

Vejam bem, a PETROBRAS tem papel importante, porque está aqui o cidadão na revista de hoje que também entende que a PETROBRAS tem de pagar a ele, rapidamente, 1 milhão por dia pela usina que fez lá, que nunca produziu coisa nenhuma, mas produziu muita rentabilidade para o seu patrimônio, pois é o homem mais rico do Brasil. Está aqui: “O empresário Eike Batista passou por alguns percalços recentemente. O alvo das operações de Toque de Midas da Polícia Federal..”.



Então, queria apenas parabenizar os senhores e dizer que a CPI, com essas declarações de hoje, tem de convocar todos os caras que passaram pela agência reguladora, sem exceção. Porque tirar do computador foi a proposta. Não foi porque ficou superada. Tirar a proposta!

A questão do mercado livre é porque brigar com a residência é fácil, mas brigar com os empresários tem-se de arranjar um jeito para se conciliar. Então, o mercado livre é isso. Não tem nenhum segredo!

Um outro aspecto que chamamos — desculpem-me, companheiros do PSDB...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES Eu sei! E é cabra dos bons!

Como você é da paz e eu sou cangaceiro do Ceará, a gente se entende bem!
(Riso.)

Agência reguladora não é coisa nova, ela foi criada no século XIX e funciona muito bem nos Estados Unidos. Só aqui que tem toda essa dificuldade. Elas funcionam dessa maneira, porque cumpria um regime de desmoralização da economia brasileira. Saibam os senhores que eles investiram naquelas empresas de energia elétrica que não estavam bem, deixaram elas um brinco, como se diz no Nordeste, e as privatizaram a troco de nada.

Aí, vejo um Senador, ex-Governador do Ceará querendo a moralização dos bons costumes. Espera ainda, camarada! Tenha calma! Tenha calma, porque a privatização da COELCE vai dar muito o que falar. Portanto, quero apenas que esta CPI tenha a responsabilidade de não querer encontrar chifres em cabeça de cavalo, mas também não perdoar, porque isso é soberania nacional, isso é respeito com as coisas públicas. E nós, Deputados, somos servidores públicos e bem pagos, não podemos brincar aqui de fazer CPI.

Obrigado e parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Obrigado, Deputado Chico Lopes, que faz parte da Comissão de Defesa do Consumidor desde 2007, assim como eu. Acompanho sua luta em defesa do povo do Ceará e contra os abusos das tarifas de energia elétrica.

Gostaria de passar a palavra agora ao Deputado Urzeni Rocha.



O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Agradeço ao Deputado Eduardo da Fonte, Presidente desta CPI, ao Deputado Alexandre Santos, nosso ilustre Relator e, de forma especial, saúdo os 3 expositores.

Eu confesso a vocês que de toda essa parafernália intelectual, técnica de energia elétrica, eu não tenho todo o conhecimento que vocês têm. Estou muito longe. Sou médico, talvez da medicina eu entenda profundamente, mas é um setor que a gente não tem todo o conhecimento. E hoje vocês puderam nos ensinar muito, a exposição de vocês foi brilhante, esclarecedora, clara para o povo brasileiro, não só para nós, aqui na Comissão. Eu acho que muitas informações que todos vocês três passaram para esta Comissão são de grande valia, Deputado Dudu da Fonte, para que a gente possa ter o maior êxito possível na conclusão dos trabalhos que a sociedade brasileira espera desta Comissão.

E eu quero já de antemão, se for possível, que o Dr. Ildo Sauer nos presenteie com um livro desse. Se não for presente, diga quanto custa, porque eu me interessei muito e eu gostaria de ler esse livro em que está mais ou menos tudo aquilo que vocês pensam a respeito do setor elétrico brasileiro. Quero dizer o seguinte: ninguém melhor do que vocês para saber e entender a realidade do nosso País.

O Deputado Eduardo da Fonte teve um trabalho muito grande, um trabalho bem articulado de convencimento dos Parlamentares desta Casa para chegar ao ponto de instalar uma Comissão que foi polêmica, uma Comissão que tinha muitas dúvidas, até duvidavam do que realmente a gente iria fazer ou não. Foi muito difícil. Eu quero parabenizar o Deputado Dudu da Fonte por essa persistência.

E isso tudo nasceu de um clamor da sociedade. O povo brasileiro, e eu falo de forma especial aos mais pobres, aos mais humildes, eu talvez não exagerasse em dizer que são escravos, mas são aqueles que são penalizados, porque hoje, vocês podem ter certeza, amigos, o povo mais pobre do nosso País, quando chega no final do mês, eles não sabem se compram comida ou se pagam a conta de água e a conta de luz. É um desespero todo mês, um desespero que toma conta das famílias do povo brasileiro.

Então, esse foi o motivo. E nós aqui somos a caixa de ressonância da sociedade, nós representamos o povo brasileiro. Por isso estamos nos sentindo



muito à vontade de tratar de um assunto que talvez o mais humilde brasileiro não tenha voz para ecoar nos 4 cantos deste País e fazer sacudir as autoridades responsáveis pela legislação do nosso País.

Então, nós estamos muito à vontade. Portanto, nós procuramos e deveremos fazer o melhor. E aqui eu ouvi de todos, de uma forma geral, do Dr. Roberto, do Dr. Luiz Pinguelli, todos muito bem entendidos do assunto, e deu para eu fazer mais ou menos uma síntese. Eu não sei se estou errado. Primeiro, o sistema está errado. O sistema está completamente errado. Isso é uma primeira confirmação.

Segundo, tem gente ganhando muito dinheiro à custa dos consumidores do nosso País. Ganhando sem fazer nada. Ouvi dizer, por exemplo, o Dr. Luiz Pinguelli disse que as geradoras, às vezes, produzem 1 *quilowatt* por até 8 reais. O senhor disse isso aqui. E quando chega na distribuidora, para chegar na ponta, no consumidor, isso passa para os valores que vocês falaram de sessenta, oitenta, cento e poucos, trezentos e cinquenta...

Então, alguma coisa está muito errada nisso. Há alguém passando a mão num dinheiro que não é gasto com a produção e tem os lucros que estão sendo auferidos, que não estão sendo controlados pelo Estado, pelo Governo brasileiro. Porque não pode eu produzir alguma coisa de oito e chegar na ponta a trezentos.

Então, eu acho que aí é que está o fio da meada. Eu acho que aí é que está a partida inicial do trabalho que esta CPI deve fazer de investigação. Vi aqui alguns colegas partidizar o problema. A sociedade brasileira quer ver resolvido o problema. Não estamos aqui neste momento para debater quem acertou, quem deixou de fazer. Porque todos nós somos passíveis de acertos e de erros. Onde nós erramos nós deveremos corrigir, entender o erro, aceitar o erro e procurar resolver. E onde a gente acertou temos, cada vez mais, de melhorar aquele acerto produzido.

E nós estamos extremamente preocupados. Eu ouvi aqui, por exemplo, o Dr. Luiz Pinguelli também dizer que um dos problemas maiores da questão da formatação da tarifa elétrica é um negócio que se chama Índice de Custo Benefício, aplicado nas licitações. Eu não entendo muito. Ele disse isso, talvez seja um dos causadores. Então, é preciso que nós investiguemos essas licitações. Como é que são feitas essas licitações. Por que alguém compra energia mais barata e vende mais cara e não tem ninguém que controla isso, não tem um agente regulador? Qual



é o papel? A ANEEL foi criada, tem que ter um papel. A ANEEL tem que ter um papel regulador nessa história.

Dr. Roberto disse que o Brasil lidera os recursos hídricos. E o senhor disse também que as usinas podem ser privatizadas, a transmissão pode ser privatizada, mas a água é nossa, o potencial hídrico. Então, quem tem de ditar as regras somos nós, o Governo brasileiro. E a gente não pode chegar em um momento desses, em 2009, e ficar dizendo: a culpa foi lá atrás. É muito fácil jogar e atirar pedras, difícil é encontrar soluções, coragem de dizer: olha, está errado e nós vamos fazer assim. Não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira e dizer: olha, eu acho que não fomos nós que erramos, então, deixa a coisa para lá, nós não temos nada a ver com isso. Tem. Todo mundo no seu tempo tem a sua responsabilidade.

Foi dito também pelo Dr. Roberto que o poder de compra do brasileiro em quilowatts, até 2002, era de 7 mil quilowatts/hora. Cada brasileiro podia comprar isso. E, a partir de 2003, hoje o poder de compra é 3 mil, 3 mil e pouco. Tem que saber também isso. Será que foi só porque a tarifa de energia subiu ou tem alguns fatores que estão combinando para chegar a essa realidade da sociedade brasileira?

Dr. Ildo foi claro quando falou sobre a estrutura, eu comprehendi muito bem. Mas ele disse uma coisa aqui, que está em uma transparência dele, a política da desova: vende barato aquilo que sobra. Então, é preciso enxergar isso também, Deputado Eduardo da Fonte. Se está sobrando, por que o Governo, por que os responsáveis pelo setor não controlam isso? E fica aquele mercado do: olha, vende baratinho porque nós vamos lá na frente vender mais caro. Tem algum coisa que está errado aí também, e esta CPI tem de investigar. Isso aí tem de ficar esclarecido, Deputado Alexandre Santos, que vai fazer, tenho certeza, um grande relatório para o Brasil sobre essa questão.

E depois, eu acho, na minha visão, que nós não podemos demonizar o mercado livre da energia elétrica. Eu acho que o mercado livre pode ter tido, pode estar cometendo alguns erros, que podem ser corrigidos pelo Estado, como deve também ter alguns acertos, como disse o Dr. Roberto. Agora mesmo ele disse: não, não são todos. Eu entendi muito bem.



Então, a pergunta para os três é a seguinte. Diante de todas as explicações técnicas, gostaria que cada um desse a sua opinião. O que o Brasil deve fazer para desmascarar essa farsa de formatação de energia elétrica que chega ao povo brasileiro em uma situação que ninguém aguenta mais? O que nós como Governo, o que nós como responsáveis poderemos fazer para mudar esse quadro no Brasil, para que o brasileiro possa ter, porque é seu direito, educação, saúde, energia, transporte? É direito do cidadão ter isso de uma forma que ele possa pagar e viver dignamente sem ter que, no final do mês, estar lá desesperado sem saber se compra o arroz e o feijão ou se paga a conta de luz. Se não pagar, 2 dias depois vão cortar sua energia. Eu queria que todos três respondessem da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço o Deputado Urzeni Rocha pela colaboração.

Passo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu serei breve, Sr. Presidente. Quero aqui cumprimentar V.Exa.; o Relator, Alexandre Santos; e o Dr. Luiz Pinguelli, o Dr. Roberto D'Araújo e Dr. Ildo Sauer.

Primeiro, quero fazer um curtíssimo comentário a respeito da excelência da exposição dos senhores. Muito obrigado. Nós, que somos Parlamentares, eu pessoalmente sou bacharel em Direito, advogado, e não conheço nada da energia elétrica, dessa questão complexa que envolve o sistema elétrico brasileiro. Mas os senhores foram didáticos. Eu acho que conseguiram nos orientar em determinadas posições, que devem, sem sombra dúvida, nortear o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, o resultado que ao final conseguirmos apresentar, os senhores, tenham certeza, estarão colaborando para que isso ocorra.

Para mim ficou claro que nós temos alguns pontos sobre os quais teremos de nos debruçar, Presidente e membros da Comissão. A questão do modelo de contratação entre o regulado e o mercado livre é uma temática das mais importantes. Eu acho que ficou claro. Não sei se vocês tiveram oportunidade de se reunir antes ou se têm esses pensamentos homogêneos há muitos anos. Os três foram extremamente coerentes nos pontos de vistas e completamente assemelhados. Então, acho que o pensamento entre um e outro difere muito pouco,



se é que difere. Pude escutar as 3 explanações e perceber que um dos fatores sobre o qual temos que nos debruçar é esse: a questão do modelo de contratação.

Ficou claro que existe uma diferença entre o modelo do operador e o comercial. É uma outra questão sobre a qual também temos de nos debruçar. Averiguar por que o modelo operador é um e diferencia tanto da realidade, do modelo comercial instituído. Essa é outra linha, Sr. Relator, Deputado Alexandre Santos, na qual V.Exa. tem de conduzir os trabalhos.

Como também fica claro — e aqui, Dr. Ildo, o senhor apresentou a estrutura institucional do setor elétrico do Governo atual — que não é apenas a ANEEL. A ANEEL é um dos personagens, é um dos atores. No setor elétrico é a ANEEL, o Ministério das Minas e Energia e o Conselho Nacional de Política Energética. No outro lado, fazendo parte de um corpo, como 2 braços, você tem a ANP, a Agência Nacional de Petróleo. E aí você tem na ANEEL o Operador Nacional, você tem o CCEE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Enfim, todos eles terão que vir aqui expor o porquê desse modelo, o porquê desse sistema. E aí, sim, talvez, Sr. Presidente, V.Exa. haverá de demorar muito mais do que poderia esperar na presidência deste trabalho. Nós teríamos que tentar entender como foi concebida essa conceituação. Mais do que isso, acho que, no final, temos que debater o porquê do preço da tarifa elevada paga pelo consumidor final, que foi outro consenso estabelecido aqui nesta audiência pública. A tarifa de energia elétrica praticada no Brasil é das mais altas do mundo. E é um contrassenso, porque temos uma das maiores matrizes hidráulicas do mundo. Como explicar isso? É outra linha de investigação.

Portanto, acho que com esses 4 pontos poderemos ter, se conseguirmos desvendar essa caixa preta, uma nova que surgiu, e confesso minha total ignorância por não ter nem percebido de longe essas entradas que temos no Governo. Se, de certa forma, existe uma atuação, uma política pública energética no País, o Governo é responsável. Se o Governo é responsável, tem que dar transparência e satisfação a todos, principalmente a nós, Parlamentares, que somos os porta-vozes do povo brasileiro.

Também quero aqui fazer algumas indagações. Não escolheria um ou outro individualmente, mas tenho algumas indagações a fazer. Por exemplo, temos aí um



lucro elevado nesse sistema, e de que parte? De quem gera, de quem transmite ou de quem distribui? Inclusive respondendo ao Deputado Deley, que deixou claro aqui que há empresas distribuidoras que têm lucros de 102%, 45%, 30%. Isso seria um lucro anual, mensal? Tanto faz, não é? O resultado final sobe o patrimônio líquido. Então, são lucros excessivos. Não conheço empresas, e talvez demonstre até minha ignorância, que tenham *performances* tão altas, com 35% de lucro. Nem banco, no Brasil, tem essa *performance*.

Queria deixar outra indagação. esses custos elevados são em cascata, quer dizer, vêm da origem, dos geradores; passam pelos transmissores e desembocam nos distribuidores. Os senhores têm ideia de como diminuir esses custos em cascata, que acabam elevando o preço final da tarifa?

De igual forma, há ineficiência no sistema? Porque é uma coisa o modelo ser errado e, por si só, trazer prejuízos, mas existe a ineficiência. A falta, digamos, de competência em uma ou outra área prejudica e acaba onerando a tarifa para o consumidor final?

Também queria dizer aqui que o Dr. Roberto deu uma sugestão. Queria perguntar: qual é a sugestão que os senhores deram? Sobre o modelo o Dr. Roberto falou, poderia ser em cima da potência de quem gera. Essa poderia ser uma proposta. Dr. Ildo, o senhor tem alguma sugestão? Dr. Pinguelli teria uma sugestão de um outro modelo?

Nessa mesma vertente eu perguntaria: no mundo, quais países têm um bom sistema, um sistema que pudesse ser um referencial? Guardadas as proporções do Brasil, qual seria o modelo de outros países que seria o ideal para que o País pudesse não adotar, mas seguir como referência? Vi aqui, pela explanação, que o Canadá se aproxima, pela sua matriz energética e hidráulica, ao Brasil. Há a questão das reservas, mas não sei se o modelo de lá é parecido com o nosso. Tivemos por base o modelo inglês, como foi dito, que foi o modelo referência. Então, pediria, no mundo, qual o modelo e o sistema que seriam mais eficientes para que pudéssemos nos nortear?

Por fim, falamos em Robin Hood, mas existiria um bandido nessa história? Não que fosse “a” ou “b”, mas quem seria o responsável maior por essa deturpação que o sistema brasileiro tem? Quem seria o malvado — para não usar a palavra



bandido — dessa história que poderíamos identificar como o ponto nevrálgico que temos que, efetivamente, eliminar ou modificar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Deputado Sérgio Petecão e, em seguida, ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO PETECÃO - Sr. Presidente, Deputado Eduardo da Fonte; Sr. Relator, Deputado Alexandre, primeiramente, parabenizo nossos convidados à CPI.

Confesso que sou da linha da maioria aqui, conheço muito pouco de energia. Quando foi instalada esta CPI na Câmara, fiz questão de divulgar no meu Estado. Eu sou do Estado do Acre, um Estado pequeno, pobre, que paga um preço muito alto. O Acre tem uma das tarifas mais caras do País. Para os senhores terem uma ideia, o ICMS cobrado na tarifa lá é em torno de 33%. Agora, imaginem, no Acre deveria ser exatamente o contrário: deveríamos ter uma tarifa barata para atrair alguém que queira investir naquela região.

Deputado Eduardo — Dudu da Fonte, como o chamamos —, não vou fazer perguntas até para não ser repetitivo. Só queria parabenizar os senhores e não tenho dúvidas. Quando o pessoal da ANEEL esteve aqui confesso que fiquei meio confuso, porque eles deram uma explicação e colocavam como se a energia do Brasil fosse das mais baratas do mundo, e hoje estou convencido de que não é.

Não estou querendo aqui partidarizar. Acho que temos que estar acima disso, seja do PT, seja do PSDB. Compartilho da intenção do nosso Presidente, pois acompanhei a sua luta para que pudéssemos estar hoje aqui com esta CPI, e a luta da maioria dos colegas Parlamentares que estão aqui.

Estou convencido — e vou falar na língua do caboclo lá da Amazônia — de que a confusão é maior do que o que eu imaginava; não é aquela coisinha pequena.

Eu estava em Manoel Urbano neste final de semana, Deputado Marcio, um cidadão chegou para mim e me deu duas contas de luz; ele estava preocupado porque, num comércio, ele paga 2 reais de iluminação pública e no outro comércio, na mesma rua, paga 46 reais de iluminação pública. Lá não é taxa, é proporcional ao valor da conta de luz. É isso o que nos preocupa.

O povo brasileiro quer pouca coisa, e o que estamos vendo aqui é que a situação é mais complicada do que se imaginava. Estão brincando com o dinheiro



público, um dinheiro que, com certeza, poderia estar levando uma energia barata para a nossa Amazônia.

Se é que nós queremos preservar a Amazônia, se é verdadeiro esse discurso, essa seria uma forma de incentivar as pessoas que moram naquela região a não derrubar. São esses incentivos que têm que ser criados para a Amazônia. Você tem que ter uma contrapartida; para que você preserve, alguém tem que pagar por isso, e acho que esse é um mecanismo, não cobrar essas taxas exorbitantes que estão sendo cobradas na nossa região.

Então, quero apenas parabenizar os senhores, que foram explicativos, foram didáticos. Acho que este é o caminho, Presidente: trazer pessoas que conhecem, porque esse emaranhado de informações é muito complicado para nós. E pessoas como os senhores é que poderão nos ajudar, se Deus quiser, a que possamos trilhar um caminho e, não diria resolver, mas pelo menos amenizar o sofrimento da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Cumprimento a Mesa na pessoa do nosso Presidente. Não tive o privilégio de ouvir o primeiro expositor, mas, pelo que deduzimos da fala dos colegas, certamente esteve à altura dos 2 últimos.

Aproveitando este preâmbulo, Presidente, esta Comissão, como esta Casa, é formada por homens do povo; homens que saem de todas as matizes da sociedade e, obviamente, não há, nem deveria existir, *experts* neste ou naquele assunto, inclusive este. Dito isso, sabemos do excelente quadro de técnicos que esta Casa disponibiliza para as nossas Comissões. Mas fato é que as exposições a que assisti aqui, dos 2 últimos expositores, nos deixam a imaginar um emaranhado, como disse o Deputado Petecão, de nomenclaturas, de cifras, de conceitos e outros de difícil entendimento para nós, Deputados simples, extraídos da sociedade.

Daí, fica a nossa preocupação sobre a necessidade de que tenhamos, doravante, nesta Comissão, assessoria para que possamos oferecer o contraponto às demais instituições que certamente aqui virão. Porque cada um virá aqui defender a sua sardinha, não tenho dúvida quanto a isso. E nós, ignorantes que



somos, quase na totalidade, sobre assuntos de tamanha envergadura e complicação, certamente não poderíamos prescindir dessa assessoria.

O Deputado Petecão falou de confusão, e quero botar uma pitadinha a mais em tudo isso. Quero focar Roraima, Estado que aqui represento. Diferente de tudo o que se falou aqui, Roraima não produz; Roraima compra energia da Venezuela, que chega na nossa fronteira a menos de 7 centavos o quilowatt, e nós pagamos à Boa Vista Energia, a distribuidora, quase 50 centavos o mesmo quilowatt.

Aqui há algo que, para nós, se já era inexplicável, a partir desta audiência torna-se ainda mais contundente a nossa incapacidade de compreender o que está acontecendo naquele Estado, porque não temos despesa com geração, não temos despesa com investimento, não temos passivo ambiental a ser considerado na energia que consumimos e, ainda assim, temos tarifa dessa envergadura.

Então eu gostaria, se possível — sei que é uma questão fora do contexto da exposição do senhores —, que nos dessem alguma luz ao entendimento dessa questão.

Obrigado Presidente, colegas Deputados, em especial senhores expositores pois, certamente, de todas as audiências de que participei até agora, sem desmerecer as demais, esta nos trouxe conhecimentos impagáveis para o andamento desta CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes e passo a palavra ao Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, Deputado Eduardo da Fonte; Sr. Relator, Deputado Alexandre Santos; nobres expositores, Dr. Luiz Pinguelli, Dr. Roberto, Dr. Ildo, eu não poderia deixar de, primeiro, dizer uma coisa.

Lembro quando recebi o ofício, no meu gabinete, onde meu Líder me encaminhava para ser um dos representantes do meu partido nesta Comissão. Para mim, seria mais uma das CPIs que esta Casa já teve ao longo da sua existência. Estou vendo que não; que é uma CPI da mais alta importância. Quero parabenizar V.Exa., autor do requerimento.

Para mim, como já foi dito por vários colegas — nós que somos leigos nessa questão do setor elétrico brasileiro — saber que tem tanta gente que nos colocou aqui que está sendo lesada por esse Brasil afora... Faz-se necessário, mais do que



nunca, Sr. Presidente, Sr. Relator, que façamos chegar a esta Comissão todos esses representantes da ANEEL, desde a sua existência até aqui, para que possam esclarecer tudo o que ouvimos aqui dessas pessoas que conhecem profundamente esse setor, que pudessem explicitar para nós, com muita clareza, as vantagens e mais vantagens que essas concessionárias estão tendo.

Temos que rever essas outorgas que foram dadas no passado; temos que ficar muito atentos inclusive, Sr. Relator, já que estamos, aí, prestes a vencer o prazo de concessão dessas distribuidoras. Temos que rever isso muito. Ver o que foi dado e o que está por ser dado nesses vencimentos que estão para ocorrer. Fala-se muito em 2014. Precisamos nos debruçar em cima disso.

De forma, Sr. Presidente, que eu quero parabenizar aqui os expositores, parabenizar V.Exa. por ser o autor desse requerimento e dizer que esta CPI, sem a menor sombra de dúvida, através do Relator Alexandre Santos, vai poder dar à população brasileira o conhecimento de uma coisa que — imaginem — nós aqui, que representamos o povo, não temos conhecimento. Imaginem eles lá fora, que pagam e não pagam e estão pagando sem saber o que estão pagando.

Sr. Presidente, muito obrigado. Parabéns, mais uma vez, pela autoria desse requerimento.

Agradeço aqui aos palestrantes, aos expositores. Foi da mais alta importância vocês estarem aqui hoje conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de agradecer ao Deputado Nelson Bornier e passar a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba, que tão bem representa o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, eu não pude estar aqui presente, mas tomei notícia do que aqui foi discutido e debatido pelos Deputados e pelos expositores.

Desde a minha intervenção na reunião próxima passada, eu tenho dito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é de suma importância para o País. Não só em função do hoje, porque o hoje é apenas o reflexo da história da energia neste País, quando nós analisamos a forma como foi tratada a questão da LIGHT em nosso Estado, por exemplo; quando aquela concessão deveria ter sido devolvida ao



seu término e, ao invés disso, aconteceu justamente o contrário: o Governo, mais uma vez, desembolsou recursos para tomar, apropriar-se daquilo que já era seu.

Depois, nós observamos a privatização. E nesse processo de privatização, as coisas não ficam claras, principalmente no que diz respeito às agências reguladoras. E falo aqui não só da agência reguladora responsável pela energia. Nenhuma das agências reguladoras neste País exerce a sua função de regular absolutamente nada. O que elas fazem é apenas chancelar aquilo que os prestadores de serviço, que os concessionários de serviço público realizam. Isso ficou claro, isso ficou patente principalmente durante a CPI que eu presidi, que foi a CPI das Interceptações Telefônicas, onde ficou claro que não existe qualquer controle da agência responsável pelo controle das telecomunicações.

Saindo da energia, indo para as telecomunicações, para onde formos, veremos que nenhum concessionário cumpre com nada do que foi acordado, e todos eles, a todo momento, modificam as suas tarifas sem sequer dar qualquer prestação de informação à população. Nós verificamos, inclusive, que no caso específico existem pareceres contrários, exarados pelo corpo técnico da agência, que, no fundo, no fundo, não foram respeitados.

Então, eu acho que chegou a hora de este Congresso exercer o seu papel de fiscalização sobre quem deveria fiscalizar, pedindo, inclusive, a remoção, a "democracia" desses indivíduos que, hoje, estão sentados nessas agências reguladoras, porque regulam única e exclusivamente a favor do concessionário e jamais em favor da população.

Por isso eu espero que, dos debates, das informações, que estamos colhendo aqui, nós vejamos capazes, inclusive, de fazer uma lei de *recall* desses indivíduos que são indicados para essas agências, para que eles possam, inclusive, ser demovidos, por ato do Congresso Nacional, quando não respeitam os interesses nacionais e os interesses da nossa população.

Por isso quero parabenizar V.Exa., o Relator e principalmente os expositores por terem colocado as coisas como elas são. E nós aqui precisamos botar o dedo nessa ferida e fazer sangrar, sangrar a favor do povo brasileiro e não contra o povo brasileiro, que é o que hoje ocorre em nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço a participação ao Deputado Marcelo Itagiba, que tão bem colocou os problemas do povo brasileiro.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu gostaria de perguntar ao Dr. Luiz Pinguelli o que ele acha da antecipação das renovações dos contratos de concessão de 2015 para 2010. Se o modelo atual deve ser renovado. Qual a sua opinião a respeito do assunto.

Gostaria de passar a palavra, para que ele comece a responder a pergunta dos Deputados.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Bem, por que foi descontratada a energia? Parece, o caso contado assim, um pouco esquisito. Uma usina termoelétrica ganha dinheiro parada. A energia mais barata gerada por Furnas, pela CHESF, é descontratada e entra no seu lugar uma energia mais cara, que vai refletir na conta que pagamos. Isso, eu não vou aqui localizar nenhum demônio. Nós todos somos um pouco demônio disso.

Nós somos convencidos, uns mais, outros menos — eu me coloco entre os menos — de que o mundo devia funcionar de um certo modo. É o modo que levou a essa crise financeira — reconhece-se isso no mundo inteiro, que houve uma excessiva liberalização do mercado financeiro. É também o modo que levou à crise ambiental, das emissões dos gases que se acumulam na atmosfera, arriscando fenômenos climáticos catastróficos. E também é a ideia de que o setor de energia, mesmo a energia elétrica, deveria funcionar num sistema de competição. E o sistema de competição funciona. Se eu gosto de uva — é bem o caso — e a uva está muito cara, está a 10 reais o quilo — eu acho que, medindo com outras coisas, está hoje ao preço de meia garrafa de vinho, que é feito de uva, no mercado, vinho barato, comum —, então, eu não como uva. Eu posso comer outra fruta: ameixa ou tangerina, mas não compro uva; estou esperando ela baixar o preço. Com a energia eu não posso fazer isso. Se a energia tiver cara, o que eu vou fazer? Posso apagar um pouco as luzes, é verdade, como em 2001, não porque estava cara e sim porque era proibido exceder um certo valor. Mas eu não tenho essa escolha.

Nós estamos cativos, nós estamos ligados a uma rede. E quando se fala em monopólio, como foi falado aqui pelos meus colegas, não é no sentido de uma escolha política; é no sentido de um regime econômico, quer dizer, um regime



econômico no sentido teórico. Há certas coisas que funcionam no regime monopólio porque não há outro modo. É difícil! Há maneiras de eu poder escolher o meu fornecedor de energia, mas isso é muito complicado, e funciona muito pouco. No fundo, pelo menos, com a distribuição, só se pode passar uma linha de postes no meio da rua — e estou imaginando umas 15 linhas de postes — para eu ligar no que eu quiser. Pode uma coisa dessas? Como é que vou escolher isso? Isso é muito complicado.

Mas, historicamente, na maioria dos países e no Brasil também se estabeleceu um sistema de concessão, de serviço pelo custo, de controle desse custo. Depois, em muitos países, no Brasil em particular, se acreditou que seria possível estimular, criar, simular um regime de mercado, mercado no sentido competitivo, para que saísse mais barata a energia e você pudesse escolher qual a energia que você queria. Mas o efeito foi contrário. A questão da descontratação seguiu essa filosofia: vamos tirar dessas grandes empresas — Furnas etc., a maioria estatais — esse poder de elas venderem essa energia e vamos estimular várias empresas para que venham ao Brasil fazer uma competição. E isso é muito difícil. É mais fácil fazer num sistema termoelétrico. O sistema hidroelétrico é dificílimo. E a ideia que presidiu a descontratação etc., era essa.

Então, como ia-se privatizar as empresas elétricas, a ideia foi que elas começassem a diminuir sua participação no mercado, para que outras entrassem em competição. Isso foi uma legislação compatível com a privatização do setor elétrico. Quando o Governo do Presidente Lula declarou que não ia continuar o processo de privatização, a lógica era não descontratar a energia. Mas, por razões de prudência — porque havia uma preocupação, uma reação do chamado mercado, que não é só o ligado à energia elétrica, de pressões internacionais, comerciais —, o Governo foi cuidadoso e manteve essa ideia: *"Bom, vamos manter a descontratação"*. Essa descontratação significou exatamente isso: Furnas tem a sua geração elétrica mais adequada.

Por isso que, graças a Deus, houve essa separação entre comercialização e despacho de energia. Porque senão, se o modelo inglês fosse aplicado — e uma grande consultora internacional fez um estudo muito bem remunerado, na base dos milhões de dólares, e deu um conselho ao Brasil, que o Brasil devia acabar com



aquele sistema de despacho de energia e fazer um parecido com o da Inglaterra, o que significava o equivalente a desligar uma empresa elétrica inteira como a CEMIG — nós perderíamos uma potência enorme. Porque no sistema hidrelétrico é necessário uma racionalização do despacho de energia para você usar as vantagens do sistema hidrológico, ter mais águas às vezes numa bacia do que na outra, e às vezes você transfere energia etc. Bom, então a descontratação seguiu essa lógica, e o Governo manteve essa lógica. Ele foi incoerente, porque a descontratação era num sistema de privatizar as empresas todas e se estabelecer um sistema competitivo. Como não era para ser privatizado, era o lógico não descontratar. O que é descontratar? Furnas vendia energia para a LIGHT; a LIGHT comprava energia de Furnas a um certo valor que estava no contrato. Como Furnas podia vender barato, porque ela tem usinas antigas amortizadas, que já não... O capital tinha sido recuperado, a operação é barata, ela tinha possibilidade de vender energia, digamos, eu acho que era mais ou menos um valor desse tipo, 40, 50 reais o megawatt/hora, mais para 40, até. Mas ela foi descontratada, e em 2003 começou a diminuir o fornecimento de energia. Quem ganhou o contrato, da maneira que o jogo foi jogado? E já estava sendo jogado.

Foi uma continuidade, não começou em 2003. Pode ter sido uma termoelétrica; uma termoelétrica, que vendia energia, autorizada pelas regras do jogo, por 140 reais o megawatt/hora. Cento e quarenta reais. Agora, a lógica, a racionalidade do uso dos recursos naturais e da compra de combustível indicava que era melhor Furnas gerar energia, porque ela tinha energia para gerar. E manter a termoelétrica desligada, porque senão você tem que gastar combustível ou gás natural. Não tem lógica.

Eu vou jogar água fora e comprar combustível? Nem aqui no Brasil, que é um país esquisito, se chega a tal imbecilidade. Nós fazemos muitas, mas não a tal ponto. Então, o que se faz? Usa-se a água. Mas quem está contratado é a termoelétrica. Vale a regra do jogo. Ela é que recebe, embora ela não forneça energia. Agora, ela remunera Furnas, através de um sistema complicado — nem interessa entrar em detalhe; meus amigos já entraram. Mas o fato — interessa mais repetir isso —, mas o fato é que Furnas vendia num mercado, vamos chamar aqui de *spot*, que estava valendo, esse é um número real na época, 8 reais o



megawatt/hora. Então, Furnas fornecia energia, alguém ganhava 140 reais; nós pagávamos pelos 140 reais, e Furnas era remunerada no spot a 8 reais o megawatt/hora. Era assim mesmo. E o pior...

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Isso, na minha linguagem, é estelionato, Dr. Pinguelli.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Não, isso é negócios.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Não, isso é estelionato.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Bom, negócios. A regra do jogo era essa. Eu quero aqui chamar a atenção para o seguinte: vários grandes jornalistas, que escrevem nos jornais, defenderam ardentemente, e outros economistas de Chicago, quase todos, com PhD — O Ildo tem o PhD no MIT, eu... não é tão... — eles demonstravam, com teoremas, algumas contas, que isso era o melhor, o povo ficaria muito mais feliz.

Naturalmente, a medida de felicidade do povo deles não sei qual era. Mas o fato é que era demonstrado isso, que era... como fazer a felicidade de todos, era isso. E todos acreditaram nisso, e esse Governo estava intimidado, embora (*ininteligível*) a privatização, bom, mas não vai mexer em contrato; contrato, não se mexe. Vou dar um exemplo pior — o Ildo falou rapidamente: a Argentina, ela não tinha energia elétrica, e Furnas tinha um contrato que pagava uma empresa espanhola, que era vendedora da empresa da energia argentina. A Argentina não tinha energia, e a gente pagava todo ano. E não pagava pouco; pagava 400, 500 milhões. Por uma energia que não existia. Mas tinha um contrato. E para os economistas, alguns dos senhores talvez sejam, não sei, o contrato, não se mexe. Contrato, escreveu, está escrito. Isso é de uma estupidez monumental. Mas... Quer dizer, eu pagava a energia da Argentina, que não tinha energia nenhuma. Mas tinha um contrato.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Nós fomos roubados, então.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Hein? Não, mas é a regra do jogo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Mas na regra dos contratos tem a teoria da imprevisão.



O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Pois é. Aí é que entra uma parte jurídica interessante. Mas eu acho que a descontratação foi essa ideia de que isso seria o fim melhor para todos. Mas não foi. A descontratação foi um absurdo. E...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Não, foi melhor para essas empresas, foi ótimo, foi maravilhoso. Ganharam, sem prestar serviço, sem fornecer, e nós pagamos. Para eles, foi ótimo.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Mas eu chamo a atenção para o seguinte: foi uma ordenação juridicamente estabelecida dentro de uma filosofia econômica, que era muito aplaudida. Com essa crise atual do mundo, ela está um pouco em baixa. Mas era, naqueles anos, uma maravilha. A maneira de promover a felicidade geral era estabelecer competição, inclusive nesse caso do setor elétrico. Então, de fato houve essa descontratação dessa maneira. Cartelização? Obviamente que há, porque o setor elétrico não comporta centenas de empresas. Algumas são muito grandes. Então, há um grupo de empresas. E o povo brasileiro acaba sendo explorado por esse sistema. Então, eu acho... Explorado, nesse sentido que eu acabei de descrever. Não há um roubo. Existem vantagens econômicas num sistema que se estabeleceu. Aquele índice de custo/benefício que eu falei, acho que o Roberto definiu um pouco mais, é alguma coisa que procura também estabelecer um critério de licitação, que não é o preço mais barato. Porque é complicado. O setor elétrico é complicadíssimo.

Os senhores vejam uma coisa interessante: na Carta Testamento de Getúlio Vargas ele fala da PETROBRAS, que deu lutas e que ele sofreu essas lutas. E fala na ELETROBRÁS, que ele queria criar. Ele diz que não conseguiu criar. Está lá. No caso também do Governo João Goulart, quando foi criada a ELETROBRÁS, existe um grande economista da época — Jesus Soares Pereira — que escreve da imensa dificuldade da criação da PETROBRAS. E no Governo do Presidente Lula, em que ele teve intenção de mudar esse regime do setor elétrico, do setor de petróleo. No setor de petróleo ele foi bem-sucedido, a PETROBRAS está aí obtendo êxito, descobrindo o pré-sal. No setor elétrico, ele não conseguiu. Até hoje a ELETROBRÁS está cheia de restrições, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo...



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Olha que o Gallotti não está mais vivo, hein? E olha que o Gallotti não está mais vivo, hein, dos canadenses.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Pois é. Então, veja só. Eu acho que o setor elétrico é muito complicado, porque a gente vai falar de petróleo... É simples: o petróleo está embaixo de um buraco, a gente quer o petróleo e o petróleo pode servir para isso ou para aquilo. Embora seja complicado refiná-lo, a história política é simples.

Agora, eletricidade! Vocês ouviram o que o Roberto falou aqui: que coisa complicada. Depois o Ildo; é mais complicado ainda. É muito difícil. É uma situação... Ainda mais colocá-la no mercado, inventando uma competição impossível quase. Então, tem um programa computacional para estabelecer o preço, com umas fórmulas que ninguém consegue entender, a não ser quem fez o programa, e por aí vai. É muito difícil, por isso dá margem a isso tudo. O lucro elevado, foi colocado aqui, existe, como está mostrado numa das transparências do *power point*.

Algumas empresas têm lucro até de 100%, outras, de 50%, de 30%. Quando chega na vez da ELETROBRÁS ela tem 6%, e a ELETRONORTE está dando prejuízo. Então, no setor estatal, enquanto a PETROBRAS prospera e tem capacidade de investimento, o setor elétrico, embora tenha capacidade de investimento também, ele, comparado ao setor privado elétrico, o setor estatal elétrico está numa situação diferenciada. Ineficiência existe. Existe ineficiência. Ela não explica, por si só, essas tarifas altas, mas ela é um ingrediente. Acho que a eficiência elétrica é um objetivo a ser perseguido em toda a cadeia até nós, consumidores finais, que gastamos energia elétrica às vezes de maneira inadequada. Isso é importante para o País.

Novo modelo. Eu não chamaria de novo modelo; eu evitaria dizer novo modelo, porque esse modelo é novo, é deste Governo. Mas uma mudança desse modelo para ele se adequar a interesses do País, isto é necessário. Qual é o país que poderia ser o modelo para nós? É muito difícil dizer. Mas alguns ingredientes. O Canadá já foi citado, alguns Estados americanos de serviço pelo custo/base da elétrica; a França, com a diferença que lá a geração é nuclear, tem uma certa diferença, mas de qualquer modo ela tem um modelo e a energia é barata em relação à europeia. Acho que o Brasil não precisa nem muito olhar para esses



outros países, esse modelo atual tem que ter algumas mudanças; algumas já foram apontadas. Eu não procuraria bandido, acho que eu procuraria erros; eu não falaria em lama, mau cheiro. Essa caixa é um vespeiro: a gente bota a mão nela, vai levar picada. É um vespeiro. Agora, tem que botar a mão e tem que enfrentar o vespeiro. É cheio de erros. O Roberto já falou que não podemos ver o mercado livre como um demônio, o culpado. Não é bem isso, eles também têm uma margem de perda e risco, embora eu ache que eles tenham ganho muito mais do que perdido.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - É o único mercado que tem 190 milhões de consumidores. Não tem nada no Brasil que tenha um mercado como esse, 190 milhões.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Não, mas esse não é livre. Esses 190 milhões estão na rede. Então, seiscentas e tantas empresas que são as grandes consumidoras de energia elétrica, que são livres.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Mas elas consomem para vender para alguém. Esses 190 milhões é que estão pagando o preço.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Não, não, Deputado, elas consomem para si, para produzir coisas. Não são as empresas elétricas, são os grandes consumidores de eletricidade. Então, acho também que o Estado e o Governo não são bandidos, e a ANEEL muito menos. A ANEEL cumpre umas regras, com um pinguinho de gente lá. Acho que às vezes falta energia à ANEEL no sentido de tomar providências, mas o sistema está errado. Seria preciso sentar e convencer as pessoas de como corrigir essa confusão, porque esse sistema ficou... Intencionalmente era para caminhar nessa direção do serviço público.

O Roberto, em particular, participou de uma discussão forte dentro do Governo, no início do Governo do Presidente Lula, e a filosofia que era defendida era de, como ele explicou aqui, não estatal ou privada, mas um serviço público em energia elétrica, com objetivos públicos etc. Acho que isso pode ser resgatado.

Há vantagem nesse modelo, por exemplo, o planejamento. Isso é uma vantagem, criou-se uma empresa para isso, a IPE. Mas não basta, acho que faltam muitos ingredientes, e foram apontados alguns aqui. Acho que esta Comissão poderia fazer o papel importante de mostrar esses erros, no sentido de ficarem evidentes, e procurar convencer o Governo de que mudanças fazer. Governo e



agentes, porque isso não vai ser uma coisa só de Governo. Acho que os agentes, que são as empresas, e os consumidores brasileiros... Se vocês puderem, usando o poder de comunicação que tem o político com o povo, explicar essa confusão de forma simplificada...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas a vontade que dá, Dr. Luiz, é de pedir ao povo brasileiro não pagar mais a conta de luz, porque fomos tungados anos e anos. Pelo que estou vendo aí, tínhamos que decretar moratória e não pagar essas pessoas que nos assaltaram.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - É, não sei, isso está acima da minha... Não tenho elementos para análise se é melhor fazer isso ou aquilo. Agora, acho que é preciso consertar e creio que é possível consertar. Algumas coisas já foram aqui apontadas. O que não aceito é o Governo chegar e dizer que está tudo uma maravilha e que a energia é a mais barata. Isto, não, isto não é verdade. Agora, como consertar? Acho que a partir desses elementos colocados, e se os senhores conseguirem transformar numa fórmula, legislativamente ou através de regulamentação — alguns dos senhores pertencem à base do Governo —, e fazer uma solução negociada para também não se ficar eternamente discutindo sem solução. Eu compararia...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Antecipação de 2015 para 2010, que o Deputado...

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA - Estou preocupado principalmente com a geração. Porque a geração, se fizermos isso que está também previsto pelas regras... Temos que mudar algumas regras. Essa coisa de regra imutável não existe, se fosse assim ninguém ia poder se divorciar, porque casou, está casado. Não é assim. Então, tem que mudar.

Acho que essa regra da licitação, como outras, está errada, como a de descontratação, que foi feita. A licitação vai fazer o seguinte: a usina amortizada, vai ser licitada e vai ser paga de novo. E nós vamos pagar de novo. Essa é uma ideia liberal errada. Dizem que é para estimular, estimular nada. Se a usina está paga, não tem sentido licitá-la novamente. Isso vai cair muito na mão de empresas como a CHESF, Furnas etc. Como o economista típico, com raríssimas exceções, tem essa tendência de uma economia de mercado, e várias dessas usinas estão nessas



empresas estatais elétricas e continuam estatais, eles vão pressionar muito filosoficamente pela licitação dessas usinas. Mas isso não é do interesse do consumidor. Ele vai ter que pagar mais caro. Nós já pagamos. Quando se venderam usinas amortizadas, nós a pagamos de novo. Porque o sujeito comprou uma usina, ele botou dinheiro ali, ele vai ser remunerado por aquele dinheiro que ele botou. Na filosofia do serviço público, ela já estava amortizada, deveria estar com o valor quase zero na tarifa, quando se vendeu de novo. Acho que vamos cometer o mesmo erro. Esse é um ponto que os senhores vão... Não antecipar coisa nenhuma e, ao contrário, arrumar um sistema que possa manter essas concessões, a não ser aquelas que estiverem completamente erradas por alguma razão, e tem que se saber qual.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Se o Presidente me permitir. O senhor tocou num ponto fundamental. Agora, acho que essa questão que o senhor trouxe é o grande alerta. Quer dizer, já foi amortizada, está zero, faço um processo e esse processo... Vou ter que amortizar todo esse capital que foi investido novamente. Ou seja, é um saco sem fundo e sempre para os mesmos, porque no fundo, no fundo, isso vai recair sempre na mão daqueles grupos econômicos que hoje estão por trás dessa atividade.

Sou muito simplista nas minhas análises, e essa questão da tarifa, que é a principal que discutimos aqui, vejo como a seguinte: é como um taxi, pego um táxi, o táxi tem a bandeirada, a bandeirada baixou e eu tenho que seguir o que está pago no taxímetro. A única coisa que existe de diferente é que no táxi existe um órgão que faz o aferimento, se aquele relógio está funcionando e se o preço está de acordo com que o Estado contratou. No caso em questão, temos, como o senhor disse muito bem, uma fórmula matemática daquelas mais intrincadas possível para você nunca descobrir qual é a forma de aferimento para não ter quem controle.

Então, na verdade, o que temos é o abandono de todo o processo, é como você pegar um táxi sem aferimento, e o cara põe na bandeirada o que ele quer botar.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, lembro-me que aprovamos requerimento da agência, mas tão-somente agora da diretoria atual.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, já foi aprovado das 2 diretorias anteriores também.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Também das anteriores? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Dr. Roberto Pereira D'Araújo e agradecer ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa pela explanação e pela contribuição que nos deu nesta CPI.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO - Eu quero responder as perguntas do Deputado Marcio Junqueira. Tem uma pergunta que eu acho excelente, até porque a gente precisa entender certas coisas. Está parecendo que a gente está demonizando muita coisa, que a gente pode estar demonizando as usinas térmicas. Vejam, as usinas térmicas no Brasil são extremamente úteis. Vou explicar por quê. Tem um momento, quando vem o nosso verão tropical, que nós precisamos esvaziar os reservatórios. Nós precisamos abrir o espaço para que uma nova água entre ali e se transforme. Aquela chuva, vai-se transformar em quilowatts/hora. Se eu mantiver os reservatórios cheios, eu não consigo guardar aquela água. Como é que eu consigo guardar essa água? Porque eu tenho certeza que se eu precisar ligar uma térmica, eu posso ligar.

Então a térmica funciona como um seguro, de tal maneira que o operador possa ter coragem de esvaziar os reservatórios, e assim ele consegue fazer um volume de espera que ele consegue guardar água, que de outra maneira não iria se transformar em quilowatts/hora. Então, as térmicas são extremamente úteis. O problema todo...

Aqui eu tenho uma posição um pouco diferente. Eu acho que não há demônios nem há culpados. Temos um sistema que é conhecido na Teoria Econômica como monopólio natural. O sistema brasileiro é um monopólio natural. As usinas térmicas, hidráulicas, eólicas, as linhas de transmissão, nesse País que tem 4 mil quilômetros de extensão verticalmente e quase 4 lateralmente, eles formam uma coisa única. Por isso é que o operador nacional do sistema é monopolista. Isso é bom. Se ele não fosse monopolista, se ele não tivesse uma visão do todo, nós perderíamos, o que o Pinguelli falou, nós perderíamos uma CEMIG, que foi o erro dos ingleses quando vieram aqui. Eles chegaram a sugerir que as usinas



hidroelétricas competissem entre elas. O que é um absurdo, porque o sistema é completamente cooperativo.

Então, isso daí gera uma série de problemas. Por exemplo, volto a insistir. As usinas não vendem a sua própria energia. Elas vendem um certificado. Esse certificado é dado *a priori*. Por exemplo, vocês devem conhecer o caso da termo Pernambuco, da Termopernambuco, que até hoje está em questões judiciais. Foi dado um certificado de energia de que a Termopernambuco podia vender uma quantidade de energia. Só que essa quantidade de energia era uma suposição de uma capacidade dela mesma gerar energia. E essa suposição estava errada. Quando se fez os testes nas térmicas a gás e que elas não geraram, rebaixaram o certificado de energia. Mas só que aí a energia estava vendida. O que ficou foi a energia que foi vendida com certificado errado.

A energia hidráulica. Na realidade, há uma descompasso enorme entre o modelo de mercado e o modelo físico. Na realidade existe um modelo virtual de mercado. O modelo é completamente virtual, de papel. As usinas não negociam energia. Elas negociam um papel dado *a priori* por um modelo computacional, com uma metodologia correta, extremamente complexa, que tenta simular a operação. Quando essa operação difere dessa visão da operação do futuro, vários conflitos aparecem.

Então, a gente precisa tomar cuidado com isso. Não há uma forma de energia que seja ruim. Não é isso. Há uma característica do sistema que não se encaixa no modelo comercial. O lucro das distribuidoras. Eu acredito que é verdade, o lucro das distribuidoras está alto. Pelo que o Illo explicou, à maneira do *price cap*, do preço teto, que faz reajustes tarifários e de 4 em 4 anos faz uma revisão tarifária. Nessa revisão tarifária de 4 em 4 anos é que se procura capturar o excesso de lucros que ocorreu. Então, isso eu acho complicado; de 4 em 4 anos você deixar de ter um lucro acima do que o serviço público deveria ter, eu acho complicado.

Agora, respondendo ao Dr. Urzeni Rocha: o salário em quilowatt/hora. Apesar do aumento da renda média... Eu mostrei um gráfico que a renda média da população, acima de 10 anos caiu até 2003 e depois subiu, até em função da recuperação do salário mínimo. Apesar desse aumento, isso transformado em



quilowatt/hora cai. Ou seja, o quilowatt/hora passou a ser mais caro do que o aumento da renda média, isso é indiscutível.

Concordo com quase tudo que o Deputado Cláudio Cajado falou, acho que pegou muito bem os pontos, os custos em cascatas, o lucro elevado. Só não concordo quanto a dizer que é como se houvesse um responsável maior.

Na realidade, uma questão que eu esqueci de responder ao Deputado Marcio Junqueira, é a seguinte. Eu não gostaria de estar no papel da ANEEL. Até porque, justamente por estar com este modelo tão mal encaixado no sistema brasileiro, a ANEEL tem um papel extremamente complicado. Há uma ilusão no Brasil de que as agências reguladoras, elas tem que ser independentes. Eu acho ótimo elas serem independentes. Mas se você for olhar no mundo, tem muita agência que não é dependente. A Bélgica, por exemplo. A Bélgica tem um setor totalmente privado e a agência reguladora só tem poder consultivo. Tem países que não têm agência reguladora, ou seja, o setor privado se entende direto com o Ministério. A questão da regulação, não está no órgão, a questão da regulação está nas leis. E num sistema tão mal encaixado como o sistema brasileiro essas regras vivem mudando toda hora. Então, a ANEEL também sofre em função dessa incongruência do modelo. Praticamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de registrar a presença do ex-Deputado e sempre Deputado e hoje Prefeito de Marechal Deodoro, nosso amigo e irmão, Cristiano Mateus.

Passo a palavra ao Dr. Ildo Sauer e agradeço ao Dr. Roberto Araújo. Aproxima-se a hora do seu vôo. Vamos permitir que ele vá e agradecer mais uma vez a sua colaboração e do Dr. Luiz Pinguelli Rosa.

Com a palavra o Dr. Ildo Sauer.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Em primeiro lugar, quero agradecer a agradável companhia do meu professor Pinguelli Rosa e do meu companheiro Roberto D'Araújo, que tem que ir — eu já deveria ter ido há muito tempo. Mas é uma honra permanecer aqui por mais um pouco de tempo. Começo, ainda na presença do Roberto e do Pinguelli. O Pinguelli falou dos jornalistas, que acredito... só do outro lado dos economistas.



Mas por uma liberalidade, Sr. Presidente, quero prestar homenagem a um grande jornalista brasileiro, chamado Raimundo Rodrigues Pereira, que ao longo desses anos tem-se esmerado e tem escrito sobre energia elétrica, tem publicado uma revista chamada *Retrato do Brasil* e reportagens, que têm feito uma análise extremamente precisa do que vem acontecendo na energia. E eu recomendaria, a quem tiver interesse, olhar para trás; tem 2 exemplares dessa revista que são importantes. Um trata dos contratos imorais, da contratação das térmicas. O outro, mais lá no começo, trata... O título é *A escolha de Dilma*, onde ele já antecipava algumas das questões que poderiam surgir no novo modelo, em função do que o Pinguelli disse. Houve enorme dúvida sobre o quanto de mudança se faria em 2003, em relação ao que se prenunciou, talvez o grande fracasso do governo anterior, que foi este modelo mercantil, liberal do setor elétrico.

A prudência a que se referiu Pinguelli talvez tenha sido exagerada. Por isso que nós hoje aqui falamos das questões de política e gestão da energia como sendo muito mais importantes, até do que o papel. Às vezes com problema sim — é preciso investigar — da ANEEL. Mas a ANEEL não está no centro do problema; ela faz parte do problema, apenas. O centro do problema está em outra dimensão: é a questão da política da gestão da energia no Brasil. Eu acho que...

Então, respondendo ao Dr. Marcio Junqueira, primeiro, na questão do gás natural, ele me recoloca lá no passado: qual o impacto do gás natural sobre a eletricidade? Qual o consumo... Por que o consumo encolheu e o preço explodiu? E qual o preço nacional e o internacional? Bom, isso daria para dar um outro depoimento aqui, porque a questão é mais ou menos complexa, mas vamos entender.

O Brasil, para atender aquelas térmicas do PPT, fez um acordo extraordinário com a Bolívia para trazer gás para cá. A produção brasileira era muito pequena; ela cresceu depois. Em 2003/4 havia sobra de gás, porque as térmicas não queimavam gás nem foram terminadas, mas o gasoduto foi feito. Os US\$ 2,5 bilhões foram gastos, e lá na Bolívia gastaram-se US\$ 3 bilhões para produzir esse gás. O petróleo no mercado internacional estava a US\$ 20 naquele tempo, o óleo combustível muito barato; poucos queriam gás naquele tempo.



A PETROBRAS, olhando esse problema e percebendo 2 coisas: primeiro, que o gás natural é um substituto, quando ele está disponível, excelente para o petróleo, que cada 150 metros cúbicos de gás substituem com vantagem econômica e ambiental 1 barril de petróleo, que pode não ser importado, pode ser exportado ou pode ser guardado para o futuro, por isso a PETROBRAS propôs, naquele tempo, o programa de massificação do uso do gás, que levaria uma fração pequena daquele gás, uns 10 milhões de metros cúbicos, e colocaria gás em todos os domicílios brasileiros, reduzindo a conta do GLP. Hoje uma família, já há muito tempo, paga R\$ 35 ao mês para comprar um botijão de GLP de 13 quilos. A conta do gás cairia para a metade. Essa história ainda levaria... além dos dutos, geraria muito emprego, e levaria junto a fibra ótica. O Governo optou por não autorizar essa linha, porque tinha de ter uma coordenação nacional. Tinha de ter as distribuidoras. Então, uma coordenação é importante, e isso não avançou.

O fato é que, depois que o preço do petróleo explodiu, todo o mundo queria gás, porque o gás se tornou muito mais barato do que o petróleo. Só que o preço do gás, o da Bolívia e o da PETROBRAS, na produção, até entregar à distribuidora, ele varia a cada 3 meses. Uma parcela é fixa, que é para cobrir o custo dos investimentos das redes; outra parte é variável, flutua com o preço do óleo; só que, toda vez que o petróleo estiver abaixo... acima dos US\$ 40 por barril, e hoje ele está a US\$ 70, o gás sempre é mais vantajoso do que o... O problema é que ele varia com média móvel, de 3 em 3 meses, média móvel de meses anteriores, e em São Paulo a reguladora estadual só permite repassar uma vez por ano os custos. Aí ficou represado um monte de dinheiro de quem consumia antigamente barato. Ficou uma conta do ano, quando o petróleo estava a 150, para trás, e ela está sendo repartida agora entre quem consome.

Outro problema que tem a ver com a gestão da energia é o seguinte: em 2005/6 para cá, o Governo Federal, vendo que poderia haver problema no abastecimento por causa do mercado livre, que não se estava contratando, não havia transparência, porque havia 2 mil megawatts da Argentina que foram contratados e não podiam ser entregues, porque tinha a térmica de Uruguaiana, a térmica de Cuiabá, que não tinha como entregar energia — 3 mil megawatts —, passou a pressionar a PETROBRAS para guardar o gás, para sustentar o setor



elétrico duplamente: primeiro, para não ter apagão; segundo, para evitar que o preço no mercado livre subisse e esses que ganharam tanto fossem pagar a conta. Esse foi um problema político que aconteceu.

E com isso foi feito o PLANGAS da PETROBRAS, para produzir mais gás. Tanto que, no final de 2007, houve uma intervenção no mercado que desconstruiu toda uma trajetória que era de, lenta e gradualmente, colocar o gás, porque ele tem esse papel importante, para substituir o petróleo, poupar o petróleo; é mais limpo, custa menos, aumenta a competitividade. Mas também a PETROBRAS tem que recuperar seus custos. Os preços aumentaram porque o petróleo aumentou, mas vão voltar a cair. A queda do preço, a queda no consumo deve-se justamente a estas 2 coisas: o preço ter aumentado muito e a política equivocada implementada pelo Governo, imposta pelo Governo à PETROBRAS, para guardar gás para as termelétricas e evitar, se a economia crescesse, que faltasse energia. E isso assustou toda a indústria, que deixou o gás de lado. E a PETROBRAS, que comprou um monte de... investiu um monte para produzir gás, vai ter de achar uma metodologia de vendê-lo, talvez voltar ao programa de massificação do uso do gás.

E, além disso, a PETROBRAS tomou uma iniciativa muito importante naquele tempo. Sabendo que as termelétricas não precisam do gás continuamente, só quando falta água, criou o gás natural liquefeito, isto é, terminais que trazem gás do mercado internacional, líquido; depois ele é... Ele vem a menos 170 graus centígrados, líquido, e ele é aquecido para a temperatura ambiente, e aí entra no mercado interno, e vai atender às termelétricas só quando é necessário — porque antigamente o sistema ótimo brasileiro, térmico, hídrico, era simplesmente o mesmo que tem de ser hoje. Explico — é aquilo que Roberto e Pinguelli tentaram explicar: o sistema elétrico brasileiro é um grande monopólio natural. Significa isso o quê? Que na verdade é uma mesma estrutura de operação e produção, coordenada, que tem o menor custo. Criar competição entre vários fornecedores não resolve o problema. Por quê? Se você criasse várias empresas paralelas, o custo total ia ser maior e os consumidores pagariam muito mais.

Neste modelo, a melhor solução é a seguinte: ter uma base hidráulica brasileira, tipo: 80% a 85% da capacidade tem de ser hidráulica, talvez uma parte eólica, agora no futuro, as pequenas centrais hidrelétricas etc., e tem de ter uma



base térmica, que hoje tem de estar na ordem de 20%, de usinas que só custam o capital. Se você quer colocar para essas usinas um contrato de gás permanente, você tem que pagar o gasoduto, que está pendurado nela, mais a capacidade de produção de gás, que está lá na ponta, na Bolívia ou no Brasil, e o gás não está sendo usado.

Então, a melhor solução, e já era assim na década de 60, não tinha gás liquefeito, na década de 60 o sistema elétrico era este: faz hidráulicas, constrói térmicas — Piratininga em São Paulo, Bongi em Pernambuco, Camaçari na Bahia, Igarapé em Minas Gerais, Santa Cruz no Rio. Elas estavam lá, paradas, prontas para entrar, consumindo óleo, que era produzido pela PETROBRAS ou importado, a cada 5 anos, quando havia um período chuvoso crítico, quando numa sequência de anos de pouca chuva e de crescimento do mercado. Era essa a melhor solução, e continua sendo.

Então, quando a PETROBRAS resolveu trazer GNL, gás natural liquefeito, é porque novamente ela liberava o gás firme para substituir petróleo, com vantagem econômica, com vantagem ambiental, e traria o gás somente quando necessário, porque o consumo brasileiro para as térmicas é muito pequeno, quando comparado com o mercado internacional desse gás natural liquefeito. Comparação internacional, Deputado.

Aí é difícil comparar, porque depende de se o gás é firme ou mercado spot. O mercado spot atual, nos Estados Unidos ou na Europa, varia muito, de acordo com se é verão ou inverno e de acordo com a economia. Agora que a demanda mundial diminuiu há gás sobrando lá fora, e ele está disponível, baratinho, mas não se pode esquecer que aqui o gás que está sendo feito na Bolívia e no Brasil teve investimento em poço, teve investimento em duto, teve investimento na produção, e esse é um custo permanente; se você quer ter o gás permanente, tem que pagar. E o gás, mesmo assim, hoje na ordem de US\$ 6 por milhão de BTUs, significa um gás a menos do que US\$ 40 o barril.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - É, mas esse gás poderia estar sendo explorado hoje no mercado livre, e não está.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Veja, esses bolsões de gás no mercado livre existem. O modelo de precificação da PETROBRAS prevê, quando há sobras



temporárias — sobras —, poder vendê-las no curto prazo por um preço diferente. Seria uma exposição muito longa, para expor toda a metodologia, mas o fato é este: há problemas de gestão e política, mas não vêm da PETROBRAS, vêm de quem impôs à PETROBRAS essa sequência de caminhos. Essa é a minha leitura.

Chico Lopes... Bom, Osni Rocha... O que fazer? Eu vou dizer daqui a pouco.

Dr. Claudio Cajado, realmente Roberto tem razão; Pinguelli, como professor, deve sentir-se muito orgulhoso de ver que ele, em 4 minutos, sintetizou tudo que foi dito aqui, o que é importante. Depois se estendeu um pouco mais, mas foi interessante ver a sua observação do problema da dicotomia brutal entre o modelo físico otimizado e um modelo mercantil comercial que não se ajusta a ele. Está lá, está aí o problema do setor elétrico brasileiro. Estão querendo impor uma competição, ou mimetizar a competição, onde não é possível, onde ela vai ser ineficiente.

É por isso que nós propusemos, está no livro, trocar a competição no curto prazo, cujo preço é baseado pela chuva, hidrologia, fazer preço, para alguém (*ininteligível*), fazer a competição pelo mercado; isto é, o cara que faz a melhor proposta recebe o direito de construir uma usina e recuperar seu capital por 15 anos. Isso ajusta-se com que Roberto disse e com o que eu disse antes, que o melhor sistema é o seguinte: contratar das estatais e das privadas a construção da capacidade de gerar energia, da capacidade de transportar energia, pagar pelo capital e pela operação e manutenção — a água é de graça —, e só queimar combustíveis quando necessário, e ratear o custo do combustível entre todos. Isso foi a...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nesse momento, quando tiver que queimar?

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Quando tiver que queimar, só naquele momento. Hoje há contratos de usinas penduradas lá, com contrato de risco para cá e para lá, contrato de suprimento de combustível, tem que ser honrado, porque alguém um dia pode ser chamado, a qualquer hora pode-se chamar, está-se de prontidão. Há uma série de ineficiências que vêm dessa idéia de mimetizar a competição, que desotimizou completamente a característica fundamental do sistema hidrotérmico brasileiro. Essa, do ponto de vista física, nós preservamos a capacidade de mantê-la



ótima; do ponto de vista dos contratos, essa idéia de criar competição a fórceps quando ela não é possível emburreceu o sistema e desotimizou-o. E a conta está aí, embora... Nessa situação nova, criaram-se muitas oportunidades para 25% da energia brasileira chegar a ser vendida por 20% do custo, sangrando aqueles geradores que investiram, no passado, para ter as usinas, deixando de ter a receita.

A... em geral, as estatais. Então... alguém perguntou quem ganha e quem perde. Ora, para mim é nítido o balanço: perderam os consumidores, perderam as estatais, as distribuidoras ganharam, porém perderam as distribuidoras estatais, especialmente as públicas lá da Região Norte, e continuam perdendo, por razões até estruturais. Temos que compreender a situação delas lá. São todas... Então, nesse sentido, esse é o balanço do que vem acontecendo. Isso tem que ser estancado, e acho que é papel de todos nós contribuir; primeiro, compreender o que aconteceu. E, como eu disse antes, tanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro quanto a de São Paulo, quanto a do Mato Grosso, onde Dorival está, e outras, certamente estarão à disposição dos senhores, quando chamadas, para ajudar a entender e... entender primeiro o que aconteceu; daí tirar lições, reprender as lições que estão ali — que já pudessem ter sido aprendidas... — e seguir para a frente, fazendo os ajustes barbaramente necessários.

Bom, o Deputado Cajado também perguntou se havia algum bandido, algum malvado. Eu, outro dia, na televisão, disse que talvez, discordando um pouco de Pinguelli, a PETROBRAS vai bem porque ela, por sua história, vai bem, mas se dependesse do modelo que foi mantido do Governo anterior, de concessões, com a MP também, não estaria tão bem assim, não. Ela resiste porque é forte. Por isso é que de vez em quando dizem que ela é muito arrogante, e tal, mas não é. A PETROBRAS faz jus à sua história, e é uma história de cumplicidade dela com o povo brasileiro. E tem resistido bravamente a muitas pressões, que buscam muitas vezes converter dirigentes em despachantes. Às vezes, isso acontece. E lá eu brincava que talvez a PETROBRAS tenha a característica, digamos assim, de uma Gata Borralheira; todos os Governos... É a Cinderela; todo o mundo quer escravizá-la, e tal, mas ela altivamente resiste, e constrói a sua história, e está sendo reconhecida. E aqui fora havia alguém, talvez uma madrasta malvada, que a



tratava às vezes... Em cada Governo havia, neste particularmente há uma também, que é a presidente do Conselho de Administração.

Talvez se alguém, com algum... não sei se foi malvadeza, falta de percepção, vítima, em relação às pressões políticas... quem orientou no Governo Lula a escolha de manter os pilares fundamentais desse modelo que está levando a essas consequências foi alguém que os senhores conhecem, foi um Ministro, que dirigia o Ministério de Minas e Energia e tal quando isso foi decidido. Então, não diria que foi malvado. Talvez, nesse sentido, não valha a pena personalizar, porque todos são co-responsáveis, mas não se pode deixar de reconhecer que alguém foi mais ouvido do que os outros na decisão de manter os pilares fundamentais, que já tinham dado errado sob Fernando Henrique Cardoso e foram mantidos agora, e estão gerando isso. Reconheço também que houve avanços, o modelo de contratação com o mercado regulado foi importante, outras coisas mais, mas há muita coisa ajustar ainda aí.

A de Edio Lopes, isto, Venezuela. Deixe-me dizer que eu tenho uma certa afeição pelo sistema elétrico de Roraima, porque eu e outros da Universidade de São Paulo, em 1993/4, assessoramos o Itamaraty para mostrar que era melhor do que construir Cotingo e continuar queimando *diesel* interligar com a Venezuela. Nossa intenção, e já havia técnicos da ELETRONORTE antes dizendo isso, era levar essa interconexão até Manaus. Essa era a nossa idéia.

E eu fui lá; na Venezuela, assoreei o Itamaraty, para dar esse resultado aí que saiu, porque naquele tempo nem a ELETROBRÁS nem a ELETRONORTE eram muito favoráveis a isso. Lembro que naquele tempo a energia entraria no Brasil por cerca de US\$ 25 a US\$ 30 o megawatt/hora, o custo de geração; depois havia mais uma faixa para fazer a... tinha-se que fazer os aportes anuais para indenizar a rede de transmissão...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - De US\$ 1 milhão, mais ou menos, hoje.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - É. E eu imaginava, nas minhas contas, outro dia, que provavelmente Roraima, mantido o contrato, que eu não vejo há muito tempo, talvez fosse ter energia mais barata do Brasil. Então, o senhor surpreendeu-me, e eu estou um pouco aflito. Será que eu ajudei a cometer um desatino? Acho que não.



Tenho que ver esses números lá, direitinho, para ver o que aconteceu, e tal. Mas, por acaso, estive pessoalmente envolvido nisso, acho que foi uma grande ação.

E acho também, nessa direção, que, se a gente for reformar o modelo do setor elétrico brasileiro, existe uma coisa importante: ele é interligado com o da Argentina e o do Chile. O Rio Paraná nasce aqui e vai até o Rio da Prata. Há um monte de usinas, e acho que nós temos que procurar integrar o nosso sistema elétrico com o argentino, com o paraguaio, com o uruguai, superar um monte de coisas que são debatidas agora em torno de Itaipu, criar uma capacidade de ordenar os investimentos, otimizar os recursos, porque a operação interligada vale... quanto maior o sistema... A Europa está fazendo isso. A Europa unificou-se, a partir do acordo do carvão e do aço, de 1957. É como um país, hoje, com... Por que é que nós, aqui na América do Sul, não podemos usar nossos recursos integrados? Vale para a Venezuela, vale para o Sul, essa idéia de que tem que interligar. E agora que Manaus está sendo interligado, o sistema é interligado, mais urgente ainda é interligar Guri com Manaus.

Está tão grande o sistema sul-americano de energia, com custos variados, sendo... que isso otimiza todo o investimento. Um parque térmico, digo assim, um parque térmico de 20% da capacidade, ou um pouco mais, com um parque hidráulico, permite-lhes aproveitar o máximo da água. O problema aí não é esse sistema, que ainda está mantido mais ou menos intacto; o problema que temos no Brasil hoje é como os custos de investir, os custos de operar esses sistemas são divididos entre quem consome energia. Esse é o grave problema.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então... só aqui, até para nós lá do Norte: e como ficam então Jirau e Santo Antônio nesse sistema? Vamos interligar? O senhor está falando de Guri; nós estamos ali em Rondônia, próximo do Amazonas, do Acre. Como fica o sistema Jirau e Santo Antônio, que é a grande esperança da energia brasileira?

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Bom, vou dizer: Jirau e Santo Antônio são excelentes projetos, mas eles estão muito mais perto de La Paz do que de São Paulo e do que de Brasília. Quer dizer, do ponto de vista energético, se a EPE tivesse cumprido, se o Governo tivesse cumprido sua tarefa de estudar novos inventários, provavelmente Santo Antônio e Jirau seriam feitos mais adiante. Todo o



parque que mostrei aqui, de mais ou menos 150 mil megawatts que ainda estão disponíveis, hidráulico, no Centro-Oeste, no Norte, e aqui no Sudeste também, teria sido feito antes, em uma sequência natural. Mas faltaram projetos. Em Santo Antônio e Jirau, os números são muito promissores, assim como na de Belo Monte, que é muito mais perto da região que mais tem carência de energia, que é o Nordeste. Nós temos um parque, temos, porque entreguei aqui e mostro; nós temos que continuar expandindo as hidráulicas, avançar nas eólicas, criar escala para isso, e promover a interligação, sim, com todos os vizinhos, criando uma coordenação e cooperação. E eu acho que a cooperação, nesse caso, é superior à competição, porque nesse caso a competição é muito difícil. Esse é o problema que muitos não querem reconhecer.

A... bom, o último...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Dr. Illo, só me permita uma interrupção. O senhor concordou com a gente, pelo menos entendi assim, em que nós temos uma energia que não deveria ter esse custo, mas eu gostaria que o senhor...

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Na Venezuela?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Em Roraima, em Roraima.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Ah! Bom, eu não sei os números.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Bem, em Roraima custa hoje US\$ 30, US\$ 32, quer dizer, sai aí a R\$ 0,07 o quilowatt, ou menos, e nós pagamos quase R\$ 0,50 o quilowatt. O que justifica na sua visão, ou o que poderia estar acontecendo, para essa discrepância entre o valor que recebe e o que vende, já que nós não tivemos custo com a implantação da hidrelétrica, não tivemos passivo ambiental, não tivemos uma série de custos?

O SR. ILDO LUÍS SAUER - É, o custo da hidrelétrica está sendo traduzido pelos US\$ 32 que o senhor cita aqui, eu não tenho os números, US\$ 32 por megawatt/hora, o que faz sentido, porque era mais ou menos o previsto. É muito barato; US\$ 32 o megawatt/hora é menor do que Santo Antônio e Jirau. Eu não sei justificar, não me cabe. Eu posso especular que talvez haja um problema nos custos de distribuição, que não me parecem poder ser tão caros lá em Boa Vista. Mas aí... os números estão aí; é só verificar, é só fazer uma revisão das contas. A ANEEL



pode fazer isso com facilidade. Se não, qualquer professor desses ajuda e vê o que está acontecendo.

De fato, com US\$ 32... É claro que nós não podemos confundir-nos aqui: um é o custo de geração, depois tem que acrescentar a transmissão, depois tem que acrescentar a distribuição. Quanto mais detalhado, quanto menor o consumo, maior o custo unitário. Isso faz parte da estrutura técnica de produção, transmissão e distribuição de energia. Mas essa discrepância tão grande, aqui no Brasil, no resto do Brasil, digamos assim, não... Temos o quê? O custo médio de geração é uns R\$ 100 o megawatt/hora, e em São Paulo nós pagamos cerca de R\$ 350. É um fator de 3,5. O senhor está trazendo aqui um fator aqui de 7. Se é isso... Bem, tenho que verificar.

E o último ponto, antes de encerrar aqui, eu queria dizer o seguinte: sobre as concessões, que é o problema fundamental com que o Congresso vai debruçar-se agora, eu acho que ele está no âmago de uma questão: existem 2 visões na área da energia elétrica sobre como construir, operar e expandir, qual a melhor saída técnico-econômica. Não há muita dúvida entre a maior parte dos especialistas, é isto de que nós falamos: base hidráulica, 80%, complementa com eólica, biomassa, alguma térmica que já exista, e a base térmica, que só vai operar... e vai ter um custo fixo do capital e o variável do combustível, só quando queima, sem ter um monte de contratos de risco de opção pendurados nelas, como é hoje. Aí, vem a segunda questão: como precificar essa energia. Aí, existem 2 modelos, um pelo custo médio — e aí passa-se aos consumidores o custo médio da geração, soma a transmissão, soma a distribuição. E lembro aos senhores que a maior parte do custo, fora o combustível, é o custo do capital; o custo do capital caindo todo o tempo, porque havia um fator extraordinário para as distribuidoras, elas têm o direito, pela lei, de pedir o reajuste tarifário extraordinário. A ANEEL analisa e concede. Agora, acho que é o caso de pedir um reajuste tarifário extraordinário na transmissão e na distribuição, porque o custo de capital delas, a base de capital delas, que é o custo principal para a transmissão e da geração, é bem menor. O Risco Brasil caiu. Caiu de 1.500 pontos de *rating* para 150, 160. Então, isso é uma coisa importante aqui.



Mas, voltando à questão, no modelo que nós propusemos aí, nós propusemos uma coisa muito simples: se a gente tivesse mantido a geração hidráulica sob controle público, nós teríamos progressivamente uma grande quantidade de usinas hidráulicas totalmente amortizadas. É como se fosse um poço de petróleo que não acaba nunca, porque é movido todo dia pela energia do sol, que movimenta o ciclo hidrológico, a chuva, e vai operando. É uma energia extremamente barata, porque é só há custo de operação e manutenção.

Como usar essa vantagem comparativa? Alguns querem agora prorrogar as concessões para privatizar essas usinas. Isso é o que está na base. Querem prorrogar agora de 15, 14, por mais 20, 30 anos, para poder pegar o fluxo de caixa, descontado dessa energia futura, fazer uma conta, e vender para alguém essas usinas, e o povo fica pagando essa tarifa. Isso é o que está no horizonte das pressões que estão aí. Todos os projetos que eu vi caminham para isso. São aqueles que estão entendendo o que se passa e querendo fazer isso.

Isso tem 2 outras soluções que melhoram, até no interesse público, na minha opinião: primeiro, você poderia deixar essa energia quase de graça no *mix* tarifário. Isso não é ruim, mas é um pouco iníquo, porque favorece quem mais consome energia e não ajuda quem nem energia hoje ainda tem. Existe um outro jeito: é fazer uma média entre o custo médio e o custo das novas, uma parte fica com os consumidores, e a outra parte, entre o custo um pouco acima da média, é feito um fundo público para investimentos sociais, e resgatar um monte de questões aqui para usar essa vantagem comparativa, dado que a água é de todos, diz a Constituição, e que os potenciais naturais são da Nação. Então, essa é a ideia de partilhar um pouco o benefício da energia hidráulica com consciência social.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Poderia substituir a CCC?

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Claro! A CCC, parte dela, vai acabar quando o gasoduto de Urucu chegar a Manaus. Foi uma outra obra da PETROBRAS. Tenho o orgulho de ter tomado a decisão, como a de Roraima, de fazer também, de ter ajudado lá.

Mas, voltando aqui, esse é um modelo também que nós defendemos para o petróleo do pré-sal: que, sendo os recursos naturais apropriados socialmente pela capacidade produtiva construída historicamente pelo sistema elétrico mais a



transmissão estatal pela PETROBRAS, partilhe-se esse excedente com aqueles milhões de brasileiros que não tinham como consumir petróleo nem derivado, andavam a pé, e aqueles que estavam na escuridão até agora, ainda. O Luz para Todos é uma iniciativa importante, mas, na minha opinião, já poderia ter terminado há muito tempo. Entre a verdade também.

Então, acho isto: que temos que ficar na base do problema, porque a disputa em torno do excedente econômico, isto é, a diferença entre o custo de produzir e o valor de circulação no mercado é muito grande no setor elétrico, no setor de petróleo e no setor de gás, e está todo mundo de olho no pré-sal, nas hidrelétricas daqui, para ser o controlador disso e criar depois mecanismos, que são construídos a partir de discursos que ficam escondidos da obscuridade, da complexidade do modelo, e que permitem então fazer aquilo de que nós conseguimos fazer uma fotografia parcial hoje aqui, de quem ganha, quem perde, quem está beneficiando-se e quem está pagando a conta nessa história da eletricidade.

Então, é este o meu encerramento, agradecendo a compreensão aos senhores e dizendo que é uma honra estar aqui. Continuamos com a disposição, lá, de cooperar na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou passar a palavra ao Relator Alexandre Santos para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Dr. Ildo Sauer, esta Comissão mais uma vez reitera os agradecimentos pela explicação da luta já encaminhada nos anos pelo setor de energia, já conhecida, já muito conhecida pelo senhor. Portanto, eu também queria agradecer muito a presença de Raimundo, esse que é um lutador, nosso jornalista, que é um lutador permanente pelo sistema elétrico nacional, e dizer da importância deste dia, desta sessão de hoje. Nós estamos aqui em sessão já faz algumas horas, e nós tivemos um público aqui permanente, em face da importância das elucidações dos senhores. Portanto, eu queria aqui agradecer-lhes muito, em nome desta Comissão, em nome dos Parlamentares.

E agradeço muito ao nosso Presidente Eduardo da Fonte, que, por sua luta, e junto com os seus companheiros, trouxe-nos uma batalha que estava escondida, uma batalha a que estava surdo o Governo, que o Governo não queria ouvir. Nós



podemos ver aqui claramente o gato, porque aquele pobre coitado, que é obrigado a fazer, o rabo dele está começando a aparecer. E eu já vejo que nós vamos ter um grande trabalho para nos aprofundar com as distribuidoras, os leilões que está havendo aí, e que o modelo nós temos de mudar a qualquer custo, para o bem e o futuro deste Brasil e para a garantia, principalmente, da Nação brasileira.

Portanto, eu queria aqui agradecer aos senhores presentes. Agradeço aqui a Eduardo Maia, do Rio de Janeiro, que nos brinda com a sua visita. E quero dizer, Eduardo da Fonte, que Pernambuco saberá dar-lhe a resposta, e o povo brasileiro e todos nós vamos agradecer-lhe por essa iniciativa.

Dr. Ildo, leve à Diretoria da PETROBRAS, aos funcionários da PETROBRAS, nosso carinho e nosso reconhecimento por aquela instituição. E eu deixarei aqui a palavra para que o senhor fale e se posicione, o senhor que foi Diretor da PETROBRAS e que passou por aquela Casa com tantos elogios; como o senhor comentou aqui que querem fazer dos dirigentes despachantes, o senhor tem agora a possibilidade de até explicar essa sua colocação, se assim quiser. O microfone é todo seu.

O SR. ILDO LUÍS SAUER - Não, todos nós sabemos que, historicamente, o espaço do Estado e do Governo é palco de disputas, e é por isso que muitos Parlamentares buscam seus padrinhos e indicações em todos os cargos. Obviamente, isso não é generosidade somente. Então, há um espaço de disputa que se expressa muitas vezes de maneira muito dura e voraz e se abate especialmente sobre aqueles que não têm esses vínculos funcionais de nenhuma ordem, que estão apenas lá para exercer a função de dirigente. Quando acontece esse tipo de coisa, evidentemente a impressão que fica é que se quer converter dirigente em despachante de interesses, e portanto isso tem que ser repelido por todos, com toda a veemência, e tem sido assim, mesmo do jeito que eu tenho visto as coisas, e da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de, em nome do povo brasileiro, agradecer mais uma vez ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa, ao Dr. Roberto Pereira D'Araújo, ao Prof. Dr. Ildo Luís Sauer, por esta grande tarde em que tivemos a oportunidade de nos aprofundar nos problemas do sistema energético brasileiro, onde confirmamos aqui, hoje, os grandes problemas que o povo brasileiro



enfrenta, com problemas de especulação no mercado de energia elétrica, onde sempre quem paga a conta é o povo brasileiro, onde vemos empresas sendo privilegiadas, onde vemos distribuidoras de energia elétrica lucrarem fábulas e mais fábulas, onde há a remuneração, acredito eu, mais alta do mundo, onde uma empresa chega a ter o retorno do seu capital no ano de mais de 100%, e a média das outras é acima de 30%, e não vemos isso em nenhum outro segmento, onde constatamos aqui, Deputado Márcio Junqueira, Deputado Edio Lopes, o que acontece hoje com o povo brasileiro, que não tem a quem reclamar quando a sua conta de luz chega, no final do mês, e muitas vezes o pai de família brasileiro tem que escolher se alimenta os seus filhos ou se paga a conta de luz para não ficar no escuro.

Então, essa é realidade do nosso País hoje, onde as tarifas de energia elétrica pesam, e pesam muito, no orçamento da família brasileira. E tenho certeza de que esta CPI vai fazer um trabalho responsável, um trabalho que vai chegar ao seu final com resultados concretos para o povo brasileiro, porque tenho certeza de que a expectativa da nossa gente, do nosso povo, é muito grande.

Com isso, tenho certeza, mais uma vez, de que o Relator Alexandre Santos vai fazer um grande relatório, um relatório onde vamos, Prof. Ildo Sauer, fazer sugestões concretas e exigir que essas sugestões sejam adotadas pelo sistema energético brasileiro, porque o povo brasileiro não agüenta mais pagar essas tarifas que vem pagando.

Então, quero comunicar que esta Presidência requisitou à ANEEL informações, conforme o Requerimento nº 5, de 2009, o qual foi respondido de forma incompleta. Estou enviando hoje a reiteração da requisição das informações não prestadas, e espero que seja atendida, sob pena de se configurar obstrução aos trabalhos desta CPI, do que surtirão as consequências previstas na lei penal.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para amanhã, às 14h, no Plenário 1 do Anexo II da Câmara dos Deputados, para a apreciação de requerimentos.

Está encerrada a reunião.